

inep
80anos
1937·2017



inep
80anos
1937-2017

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Educação

Rossieli Soares da Silva

Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Maria Inês Fini

Chefia de Gabinete da Presidência do Inep

Valdir Quintana Gomes Júnior

Diretora de Avaliação da Educação Básica

Luana Bergmann Soares

Diretora de Avaliação da Educação Superior

Mariângela Abrão

Diretor de Estatísticas Educacionais

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Diretora de Gestão e Planejamento

Eunice de Oliveira Ferreira Santos

Diretora de Estudos Educacionais

Alvana Maria Bof

Diretor de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais

Camilo Mussi

Comissão Organizadora Inep 80 anos

Alexandre Retamal Barbosa

Christyne Carvalho da Silva

Emerson José de Almeida Santos

Jane Hudson de Abranches

Luiza Maria Sousa do Amaral Madruga

Maria Cândida Lacerda Muniz Trigo

Maurício Medici Vidal Carvalho

Renata Sanches

Sílvia Maria Pires Véspoli Godoy

Produção Executiva do Projeto

Renata Sanches

Assistente de Produção

Francisca Helena Teixeira Florentino de Carvalho

Loraine Correa Silva

Núcleo de Gestão

Maria Inês Fini (presidente do Inep)

Camilo Mussi (diretor DTDIE)

Carlos Eduardo Moreno Sampaio (diretor DEED)

Eunice de Oliveira Ferreira Santos (diretora DGP)

Luana Bergmann Soares (diretora DAEB)

Mariângela Abrão (diretora DAES)

Alvana Maria Bof (diretora DIREDD)

Unidades Parceiras**Diretoria de Gestão e Planejamento**

Eunice de Oliveira Ferreira Santos

Diretoria de Estudos Educacionais

Alvana Maria Bof

Coordenação de Editoração e Publicações

Carla D' Lourdes do Nascimento

Assessoria de Comunicação

Alexandre Retamal Barbosa

Centro de Informação e Biblioteca em Educação

Augusto Marques de Castro Oliveira

Coordenação Institucional

Comissão Organizadora Inep 80 anos

ELOS Educação e Comunicação**Coordenação Geral**

ELOS Educação e Comunicação

Coordenação Editorial

Francisco Vieira Garonce

Gilberto Lacerda Santos

Maylena Clécia Gonçalves

Pesquisa Histórica

Cássio Tessmer Elias Soares

Francisco Vieira Garonce

Gilberto Lacerda Santos

José Ricardo Moreira

Maylena Clécia Gonçalves

Tarcísio Paniago

Pesquisa Iconográfica

Cássio Tessmer Elias Soares

Francisco Vieira Garonce

Maylena Clécia Gonçalves

Pesquisa Institucional - Inep

Alex Ricardo Medeiros da Silveira

Brenda Narjara de Oliveira Miranda Ribeiro

Célia Maria Guimarães Anchieta

Leonardo Ruas Correia

Ludmila Barros Costa

Luiza Maria Sousa do Amaral Madruga

Mayara Dias Miranda

Thomas Félix Sousa Nizio

Parceria**Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)**

SHS Quadra 6 - Conjunto A Bloco C - Sala 919 Complexo Brasil 21

CEP: 70.316-109

Brasília- DF

<https://oei.org.br/contato>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Setor de Indústrias Gráficas (SIG)

Quadra 4 lote 327

Ed. Villa Lobos

Brasília- DF

CEP: 70610-908

<http://portal.inep.gov.br>

Redação

Gilberto Lacerda Santos

Francisco Vieira Garonce

José Ricardo Moreira

Projeto Gráfico

Maylena Clécia Gonçalves

Logomarca Inep 80 anos

Marcos Hartwich

Diagramação Eletrônica

Didier Max Nogueira

Revisão

Cássio Tessmer Elias Soares

Consuelo Martins César Cordeiro

Francisco Vieira Garonce

Renata Portella

Legendas

Cássio Tessmer Elias Soares

Reprodução Fotográfica

Ademir Rodrigues

Maylena Clécia Gonçalves

Tratamento de Imagens

Didier Max Nogueira

Maylena Clécia Gonçalves

Produção Gráfica

ELOS Educação e Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
Inep 80 anos: 1937-2017/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira-- Brasília: Viva Editora, 2018.
200 p., il: color.

ISBN: 978-85-63520-17-3

1. Educação 2. Ensino- Brasil 3. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira 4. História da Educação Brasileira I. Título

CDU: 37"1937-2017"(81)





“ Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a má



quina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública. ”

Anísio Teixeira

APRESENTAÇÃO

O surgimento do Inep na década de 1930 foi cercado de eventos e articulações políticas e sociais para atender necessidades educacionais urgentes inspiradas principalmente pelos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Um alinhamento de oportunidades e a perspicácia dos fundadores permitiram que o país criasse, naquele momento, um instituto vocacionado a apoiar o Brasil no enfrentamento de questões educacionais estruturais para o desenvolvimento do país.

A trajetória apresentada neste livro trata do compromisso do Inep em diferentes momentos de sua história, ressaltando questões estratégicas para o desenvolvimento do país, entre as quais a erradicação do analfabetismo e a educação de jovens e adultos.

Em diferentes projetos e ações institucionais, essas questões até hoje mobilizam as equipes técnicas do Inep.

Desde sua criação foram 32 mudanças no seu principal cargo de direção, 11 diferentes sedes, em duas capitais, e até mesmo uma “quase” extinção, habilmente revertida, que culminou com a mudança de estrutura, elevando-o ao patamar de autarquia federal.

Este livro, numa abordagem histórica, traz ao leitor a oportunidade de entender os primeiros passos do instituto, seus principais desafios, os momentos de guinada em sua trajetória e o contexto histórico no qual tudo isso aconteceu.

Narrado em uma linguagem de divulgação científica, que busca fugir do rigor típico dos textos acadêmicos e trazer curiosidades históricas, esta obra fará com que o leitor seja conduzido por uma trilha que não precisa ser rigidamente seguida para que se entenda cada uma das suas diversas partes.

O que se busca com esta publicação é levar ao conhecimento do maior número possível de pessoas os trabalhos que foram e continuam sendo produzidos pelos profissionais que atuam direta e indiretamente nas atividades do Inep, promovendo o levantamento de informações e estatísticas educacionais por meio da avaliação da educação básica e superior, o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no país, padronizando estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais, organizando os exames de acesso ao ensino superior, articulando-se com instituições nacionais e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e científica bilateral e multilateral.

Convido o leitor a percorrer as páginas deste trabalho para vivenciar a redescoberta de fatos instigantes da história das políticas educacionais do Brasil, entremeadas nos fragmentos da história do Inep, que durante 80 anos participou ativamente do cenário educacional e social do Brasil, oferecendo de diversas maneiras, em contextos cada vez mais complexos, dados e informações seguras acerca da educação brasileira.

Ao conhecer sua atuação no passado e no presente é possível vislumbrar uma caminhada futura cada vez mais participativa no cenário nacional.

Tenham todos uma boa leitura.

*Maria Inês Fini
Presidente do Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira (Inep)*

SUMÁRIO



Passado 15



Presente 107



Futuro 175





E.C. 407 NORTE BRASILIA

TRANSFORMERS

E.C. 407 NORTE BRASILIA



INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep completou, em 2017, 80 anos de atividades a serviço do desenvolvimento da educação brasileira.

Desde 1937, são oito décadas de uma história extraordinária, que edificou e modelou a autarquia que é o instituto hoje, um dos mais importantes órgãos do Ministério da Educação e, sem dúvida, uma das maiores e mais especializadas instituições de avaliação educacional do cenário mundial.

Uma série de eventos acadêmicos, de significativo valor para a educação brasileira, marcaram as ações promovidas pelo Projeto Inep 80 anos e culminam com a publicação deste livro, fundamentado em extensa pesquisa documental, entrevistas com aqueles que são a história viva do instituto e levantamentos dos acervos históricos em busca de uma iconografia inédita, que fará com que os leitores viagem no tempo para entenderem a grandeza do Inep nos dias de hoje.

Aqui é abordada a história singular do Inep em três perspectivas indissociáveis: passado, presente e futuro.

A primeira se refere aos anos de 1937 a 2017 e coloca em evidência um percurso fascinante, que se confunde com a própria história do Brasil republicano. É contada por meio de uma narrativa reveladora não apenas de elementos já conhecidos da história do Inep, mas também de elementos importantes e interessantes dos bastidores da evolução do instituto, desde sua fundação. Trata-se do capítulo intitulado “Do Instituto Nacional de Pedagogia ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: O Inep e seu percurso singular”.

A perspectiva seguinte evoca o instituto hoje, como uma poderosa autarquia federal, incontestável quando se trata do entendimento do cenário da educação brasileira, da avaliação de seus resultados, do planejamento de ações futuras e da elaboração de políticas públicas. A segunda parte do trabalho, intitulada “O Inep em ação: Retrato de uma autarquia federal a serviço da educação brasileira”, apresenta as principais ações em curso para a avaliação da educação básica e da educação superior, desde o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), criado em 1990, até o recente BASIs (Banco de Avaliadores), criado em 2017, com especial destaque às importantes cooperações internacionais que estão integradas a diversas ações em curso.

Por fim, a perspectiva futura busca situar o instituto nos anos vindouros a partir das conquistas alcançadas até agora. Explícita o que se almeja para o cumprimento da missão fundamental do Inep de apoio ao Ministério da Educação e a outras agências governamentais e não governamentais na edificação de uma sociedade mais justa e igualitária através da educação de qualidade para todos. Nessa última perspectiva, cujo capítulo é intitulado “Inep: O Inep do Século XXI”, são apresentados a evolução e o fortalecimento do Inep em prol do desenvolvimento da educação nacional, exatamente como vislumbravam seus fundadores.

Além de obra agradável à leitura, temos aqui um registro histórico que ficará para as gerações futuras como referência de muito do que já foi feito, mas, principalmente, base de entendimento de muito do que ainda está por vir.

Legendas das páginas 4 e 5

1. Anísio Teixeira em frente à Escola Parque Carneiro Ribeiro. Salvador - BA
Fotografia, década de 1950

2, 3, 4 e 5. Alunos do Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Salvador - BA
Fotografia, década de 1950

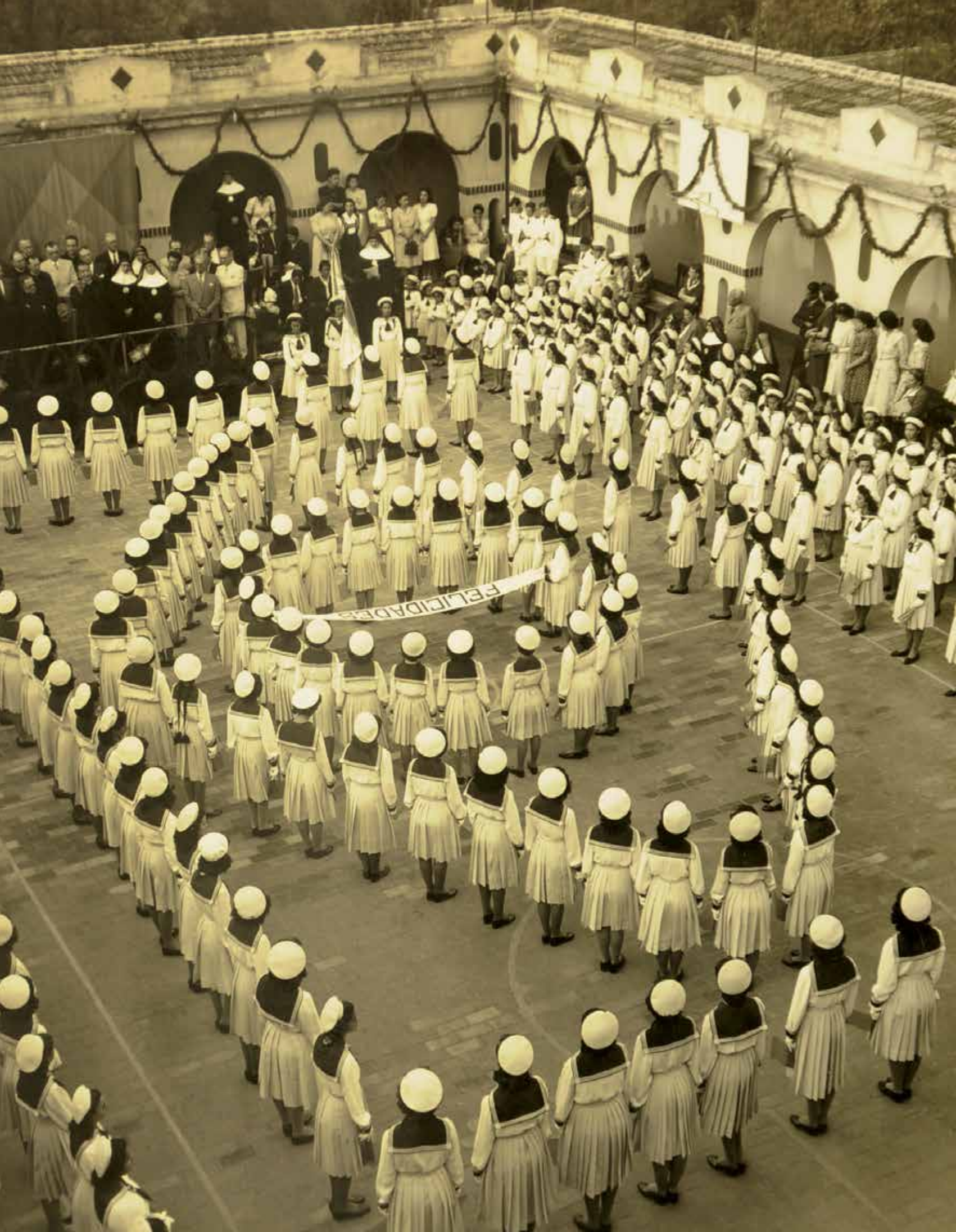
6. Matrícula de alunos no Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Salvador - BA
Fotografia, década de 1950

Legendas das páginas 10 e 11
7. Alunos da Escola Classe 407 Norte. Brasília - DF
Fotografia, 2014

8. Anísio Teixeira rodeado de alunos do Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Salvador - BA
Fotografia, década de 1950



Passado
I.N.E.P. 1937 a 2017



Do Instituto Nacional de Pedagogia ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: O Inep e seu percurso singular

O Inep foi idealizado para ser um órgão atuante e profundamente comprometido com a evolução e o desenvolvimento do povo brasileiro através de uma educação universal e de qualidade.

Criado por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, promulgada pelo presidente Getúlio Vargas, na gestão de Gustavo Campanema, na época à frente do recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MES), o Inep foi inicialmente denominado de Instituto Nacional de Pedagogia, com a função de realizar pesquisas sobre os problemas do ensino no Brasil, atribuição até então do Departamento Nacional de Educação. Manuel Bergström Lourenço Filho, à época diretor-geral desse departamento, conduziu o processo de organização do novo instituto que teve seus trabalhos iniciados, de forma efetiva, em 1938, sob a Direção-Geral do próprio Lourenço Filho e já com a denominação de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. O Decreto-Lei nº 8996, de 18 de fevereiro de 1946 alterou sua denominação.

Esta mesma lei, que tratava da organização geral do ministério, também criou o Serviço de Estatística da Educação e Saúde (SEES), com o objetivo de adotar normas para a padronização e o aperfeiçoamento das estatísticas da educação brasileira.

Foi também em 1937 que Oscar Niemeyer, recém-formado e empregado no escritório de Lucio Costa, elaborou seu primeiro projeto arquitetônico: a Obra do Berço, no Rio

de Janeiro. Foi o ano em que foi criado nosso primeiro parque nacional, em Itatiaia, e o ano em que Dalva de Oliveira, Herivelto Martins e Nilo Chagas emocionavam o país com a celebrada canção “Ave Maria no Morro”. Esse foi o ano da criação do Inep.

Logo que passou a funcionar, em 1938, o Inep contava com apenas quatro funcionários, incluindo seu diretor-geral, tendo mudado de sede várias vezes. Foi instalado provisoriamente em uma sala do Palácio Tiradentes, que à época abrigava o Congresso Nacional.

Alguns meses depois, foi transferido para um casarão na Praça Marechal Âncora, ao lado do Museu Histórico Nacional. Em seguida, passou a funcionar em um dos mais modernos edifícios de escritórios da cidade do Rio de Janeiro à época: o Edifício Rex, na Praça Marechal Floriano, na Cinelândia, em frente à Câmara Legislativa.

9. Semana da Pátria no Colégio Imaculada Conceição. Belo Horizonte- MG Fotografia, 1946

10. Palácio Tiradentes. Rio de Janeiro- RJ Cartão postal, década de 1930

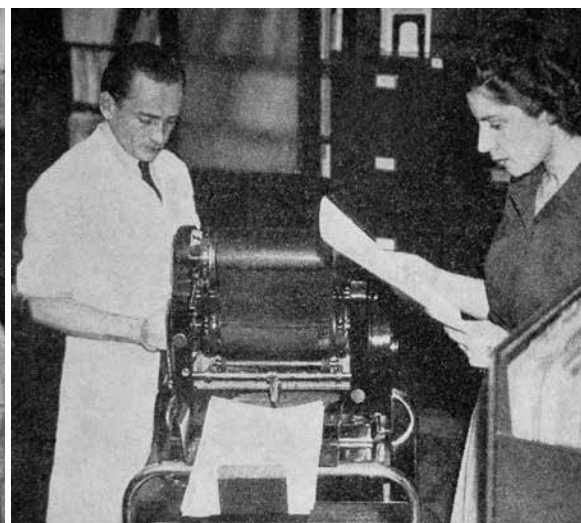




11. Biblioteca Pedagógica do Inep.
Rio de Janeiro- RJ
Fotografia, 1942



12. Serviço de Biometria Médica do Inep.
Rio de Janeiro- RJ
Fotografia, 1942



13. Serviço de Reprografia do Inep.
Rio de Janeiro- RJ
Fotografia, 1942

14. Fichários do Serviço de Intercâmbio do Inep.
Rio de Janeiro- RJ
Fotografia, 1942

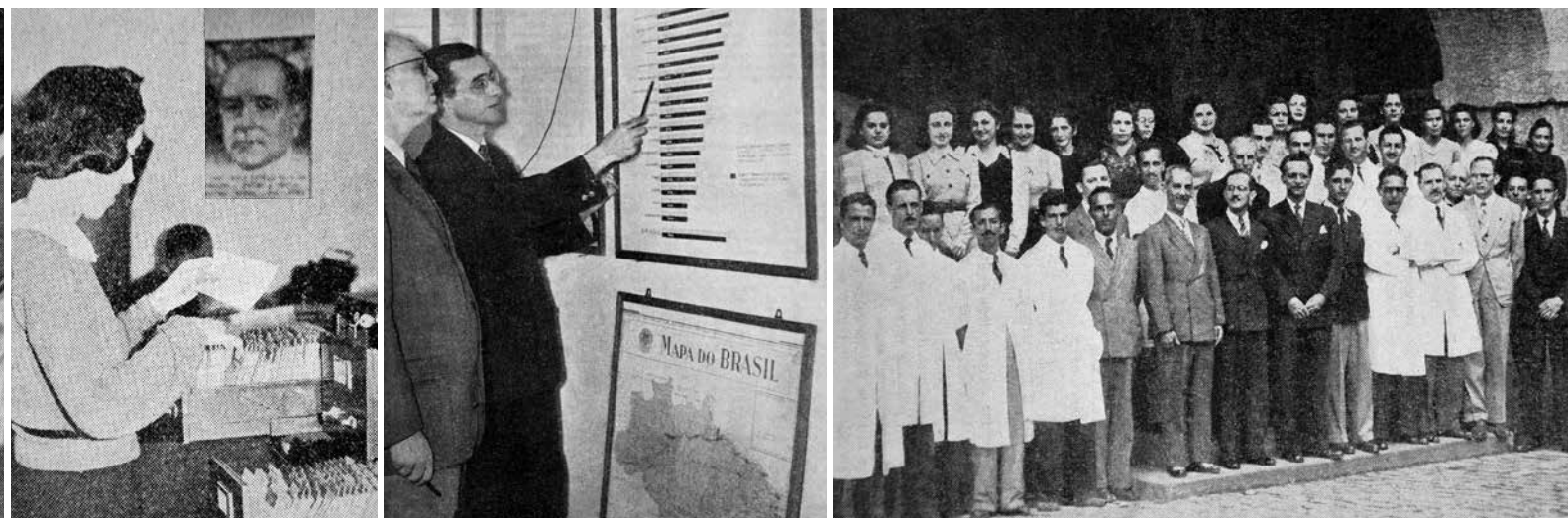
15. Lourenço Filho apresenta dados do ensino primário nos diferentes entes federados.
Fotografia, 1942

Os servidores asseguravam o funcionamento do instituto que, além de um serviço de biometria médica, uma biblioteca pedagógica e um museu pedagógico (*Pedagogium*), contava com seções de documentação e intercâmbio, de inquéritos e pesquisas, de psicologia aplicada e de orientação e seleção profissional. Tinha como competências: a organização de documentação relativa à história das doutrinas e das técnicas pedagógicas e das instituições educativas; o estabelecimento de intercâmbio com as instituições educacionais do país e do exterior; a promoção de inquéritos e pesquisas sobre os problemas atinentes à organização do ensino e sobre os vários métodos e processos pedagógicos; a promoção de investigações da psicologia aplicada à educação e da orientação e seleção profissional; a assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação; e a divulgação de conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas.

Tendo em vista tantas atribuições, no ano seguinte à promulgação do decreto que o colocou em funcionamento, o Inep teve seus quadros reforçados. Quando, em 1939, foi realizado o concurso para provimento do primeiro contingente de técnicos de educação do ministério, os nove primeiros aprovados foram lotados no Inep. Lourenço Filho escolheu os quatro primeiros colocados no concurso para dirigirem as quatro seções do instituto, o que indica a importância atribuída ao órgão. Eram eles Murilo Braga de Carvalho, que anos depois se tornou diretor do Inep, o educador Paschoal Leme, o Prof. Manoel Marques de Carvalho e o Padre Helder Câmara. Cabe registrar que este último estreou no debate educacional entre católicos e escolanovistas, com um artigo publicado na revista "A Ordem", de julho de 1933, onde atacava um dos principais líderes do movimento:

“ Anísio Teixeira (...) acaba de publicar *Educação Progressiva*; estudos eivados duma filosofia errônea e sedutora, capazes de fazer um malimenso, em nossa terra, onde a ausência de princípios seguros e norteadores, mesmo entre os nossos intelectuais, deixa muitos deles a mercê do primeiro vento de doutrina moderna surgido entre nós. ”

Helder Câmara

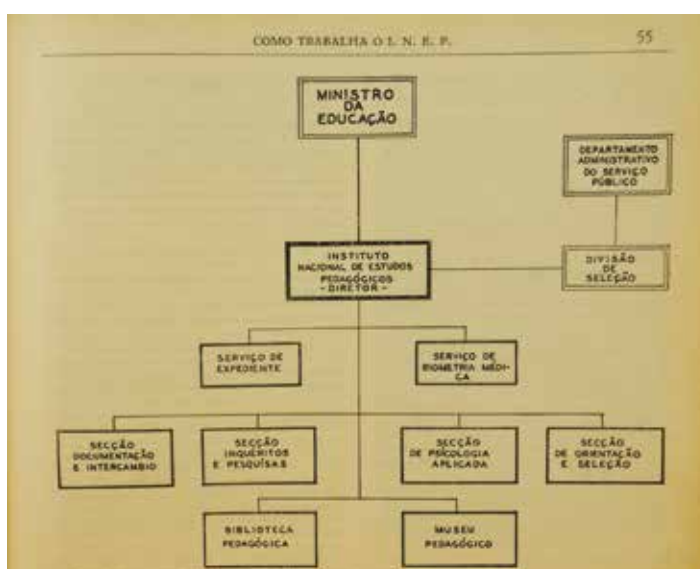


Já em 1942, o Inep havia crescido e contava com cerca de 46 funcionários em seus quadros profissionais.

Foi esse o início da trajetória de uma das instituições mais longevas da nossa história republicana, que completou 80 anos de existência em 2017 como uma das mais importantes agências de pesquisas educacionais da atualidade.

Contudo, há que se voltar no tempo e procurar entender as variantes do ambiente político e social que culminou com a criação do Instituto Nacional de Pedagogia, como dispositivo do Estado brasileiro destinado a realizar inquéritos, estudos, pesquisas e demonstrações sobre os problemas do ensino nacional.

Ainda no Primeiro Reinado, a proposta da Assembleia Constituinte de 1823 para criação de um instituto encarregado da verificação dos resultados do ensino em todo o Império – considerada o primeiro registro histórico da necessidade de se entender a educação no Brasil – é a mais remota origem do que viria a ser o atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep.



A dissolução da Assembleia pelo Imperador D. Pedro I, naquele mesmo ano, levou à redação e promulgação da “Constituição Política do Império do Brasil”, em 1824, mas o instituto almejado não foi criado.

As leis que serviram de base à estruturação da educação no Brasil Imperial foram decorrentes dessa Constituição até 1889, quando foi proclamada a República.

Já em 1890, um decreto presidencial determinou a criação do centro propulsor de reformas e melhoramentos de que carecesse a educação nacional, sob a forma de órgão

16. Grupo de funcionários do Inep e seu diretor, Lourenço Filho. Rio de Janeiro- RJ Fotografia, 1942

17. Organograma dos serviços desempenhados pelo do Inep à época de sua criação. Documento, 1942



Foi no início dos anos 1930 que a artista plástica Tarsila do Amaral pintou o quadro *Operários*, retratando aquele momento no qual os trabalhadores da indústria eram primordiais para o desenvolvimento nacional. A industrialização também motivou a criação do Inep naquela mesma década.

específico de estudos educacionais, o Pedagogium, que permaneceu ativo até 1919, quando foi extinto.

A partir de 1934, a Diretoria Nacional de Educação passou a cumprir a realizar estudos sobre os principais problemas da educação no país. Essa atribuição permaneceu até 1936, quando o ministro da Educação Gustavo Capanema transformou a diretoria em departamento e retirou essa função, pois já estava em curso a ideia de criação do Instituto Nacional de Pedagogia, que assumiria o protagonismo nessa missão.

Foi em 1937 – quando a sociedade brasileira estava em efervescência nos âmbitos cultural, político e educacional, devido à revolução nacionalista de Getúlio Vargas e a todo o contexto dela decorrente – que o Inep surgiu e iniciou sua trajetória, oito décadas atrás.

No mesmo período, foram criados o Conselho Nacional de Educação (1931), a Diretoria Nacional de Assistência Médico-Social (1933), o Plano Nacional de Educação (1937), o Instituto Nacional de Saúde (1937), o Serviço de Patrimônio Histórico Cultural e Artístico Nacional (1937), o Serviço de Radiodifusão Educativo (1937), o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1937), o Instituto Nacional do Livro (1937), o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (1938) e o Departamento Nacional da Criança (1941), dentre outros órgãos públicos considerados importantes no projeto de reconstrução nacional iniciado na década de 1930.

De fato, essa década foi o cenário de uma grande reviravolta na história do Brasil e nos rumos da educação nacional, com o objetivo de atender a uma verdadeira revolução industrial no país, marcada pelo declínio da



elite agrícola rural predominante, ascensão de uma burguesia industrial e crescimento de um proletariado urbano.

Mas, o que teria causado essa grande reviravolta? Voltemos no tempo em busca de respostas...

Em outubro de 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, teve início uma crise econômica mundial que afetou todos os países com alguma participação nos mercados internacionais, dentre eles, o Brasil.

A crise econômica mundial ocorrida naquele período pode ser facilmente entendida.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919, a economia norte-americana estava em pleno desenvolvimento e exportava em grandes quantidades, principalmente para

os países europeus, devastados pela guerra e fortemente empenhados em sua recuperação e reconstrução.

A situação começou a mudar no final da década de 1920, quando as nações europeias começaram a efetivamente se recuperarem e pararam de comprar das empresas norte-americanas, as quais faliram, causando a crise econômica que ficou conhecida como “a grande depressão”, considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX.

A crise de 1929 afetou também o Brasil, maior exportador mundial de café naquela época, que tinha nos Estados Unidos da América seu maior comprador. Com ela, a exportação brasileira de café diminuiu significativamente, os preços caíram e, para que não

18. Operários, obra de Tarsila do Amaral.
Óleo sobre tela, 1933

19. Carregador de café.
Fotografia, 1910

20. Paisagem de São Paulo.
Cartão Postal



houvesse uma desvalorização excessiva, o governo comprou e queimou toneladas do produto, diminuindo a oferta e conseguindo manter o preço. Por outro lado, esse fato trouxe algo positivo para a economia de nosso país: com a crise do café, muitos cafeicultores começaram a investir no setor industrial, alavancando a indústria nacional.

Esse quadro obrigou a economia do país a se voltar sobre si mesma e a promover o desenvolvimento de novas atividades produtivas e a industrialização em larga escala. Assim, na década de 1930, foram criadas mais de 12 mil indústrias, o que gerou um novo cenário econômico, ancorado no fortalecimento do incipiente parque industrial brasileiro e no deslocamento de recursos do setor agrícola para o setor industrial. O cenário, evidentemente, demandava trabalhadores com formação escolar adequada para a atividade industrial.

É desse período, precisamente de 1933, o quadro “Operários”, pintado por Tarsila do Amaral, que representa o contingente e a pluralidade racial dos trabalhadores da indústria, tão necessários ao desenvolvimento do país. A obra se encontra no Palácio Boa Vista, em Campos do Jordão/SP, e faz parte do acervo do Governo do Estado de São Paulo.

Da mesma forma, é importante lembrar que esse extraordinário crescimento do mercado interno tinha outro vetor incontornável: a escravidão tinha sido abolida há apenas quatro décadas e havia um contingente de dezenas de milhões de brasileiros, descendentes de escravos, sem escolarização e demandantes de acesso ao mercado de trabalho, tanto no meio urbano quanto no rural.

Nos Estados Unidos, com o fim da Guerra da Secessão, a vitória do Norte sobre o Sul implicou na emancipação total dos escravos, que





Carlos Drummond de Andrade atuou no Ministério da Educação e Saúde, como chefe de Gabinete do Ministro Gustavo Capanema, por 11 anos, até 1945.

foram amparados por uma lei de assistência com formas de inserção da população negra na sociedade norte americana. No Brasil, sem acesso a terra, geralmente analfabeto e vítima de todo tipo de preconceito, esse contingente populacional não poderia ser ignorado como mão de obra substancial para a atividade industrial que emergia em todo o país.

Além disso, havia o grande contingente de imigrantes que escolheu o Brasil como destino no período entre as duas grandes guerras mundiais. Entre 1884 e 1959, entraram, no país, cerca de cinco milhões de imigrantes, entre italianos, portugueses, japoneses, poloneses e alemães, a maioria destinada justamente à atividade econômica que, naqueles anos 1930, estava em pleno declínio: o cultivo do café. Tanto quanto os trabalhadores agrícolas brasileiros, essa população imigrante carecia

de escolarização para se adequar ao novo cenário industrial em construção.

Em suma, era imperativo investir na escolarização dos trabalhadores e as medidas então adotadas deram início a um novo ciclo na educação nacional.

A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930, pelo presidente Getúlio Vargas, constituiu-se em uma medida importante do governo brasileiro para enfrentamento dos problemas educacionais do país, tendo em vista a necessidade de promoção da indústria nacional e a emergência, naquele momento, de um Estado nacional e capitalista. De fato, o Programa de Reconstrução Nacional, que Getúlio Vargas resumiu em seu discurso de posse na Presidência da República, em 03 de novembro de 1930, previa

21. Reunião da fundação do Clube de Atividades Rurais da Escola Alberto Torres. Recife - PE. Fotografia, 1933

22. Capanema e Drummond (ao centro) no lançamento da pedra fundamental do edifício do Ministério da Educação e Saúde. Fotografia, 1937



O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

1932

Na década de 1930, o Brasil buscava se firmar no cenário econômico mundial como um país industrializado.

Intensos movimentos migratórios do meio rural para o urbano foram iniciados e a indústria emergente demandava trabalhadores alfabetizados. O analfabetismo atingia cerca de 70% da população. A melhoria das condições de educação era uma demanda premente e condição incontornável para o desenvolvimento do país a partir daquele momento. Uma renovação educacional precisava ser realizada.

Os educadores brasileiros da época estavam engajados em veementes críticas à precária organização escolar e aos processos educacionais retrógrados, discriminatórios e distintos nos diferentes estados da federação.

Um ciclo de reformas foi proposto. Esta revolução educacional, no início da Segunda República, foi alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho, na contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio Teixeira.

Foi assim que, em 1932, um grupo de educadores emitiu um Manifesto sobre as circunstâncias da educação no Brasil, tendo Manuel Berström Lourenço Filho, o primeiro Diretor Geral do Inep, como um de seus signatários.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova almejava, como um dos pontos de partida, uma escola totalmente pública, que fosse essencialmente gratuita, mista, laica e obrigatória, em que se pudesse garantir uma educação comum para todos, colocando, assim, homens e mulheres frente a iguais possibilidades de aprendizagem e oportunidades sociais, abolindo os privilégios de gênero ou mesmo de classe social.

Também, inspirados nas ideias do filósofo e educador norte-americano John Dewey, o Manifesto da Educação Nova defendia o estabelecimento de uma relação intrínseca entre a escola, o trabalho e a vida, isto é, entre a teoria e a prática que deveriam ser foco da educação, em favor da reconstrução nacional.

Entre os vinte e cinco signatários do Manifesto da Educação Nova figuram nomes de proeminentes intelectuais, envolvidos com movimentos de modernização educacional e cultural do Brasil, como Cecília Meireles e Roquette Pinto.

A elaboração do Manifesto foi um passo significativo e importante para as mudanças que vieram acontecer na educação brasileira e influenciaram, sem dúvida, os rumos das políticas públicas para esse setor, naquele momento decisivo da nossa história.

a criação daquele ministério como medida oportuna e de utilidade imediata. Onze dias mais tarde, o ministério foi criado, tendo como seu primeiro titular o mineiro Francisco Campos, que permaneceu no cargo por dois anos e foi substituído por Washington Ferreira Pires, em setembro de 1932.

É interessante observar que, nesse mesmo ano de 1939, as primeiras estatísticas educacionais do Ministério da Educação foram publicadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, com dados coletados em 1932, numa publicação denominada “Ensino Brasil”, embrião do que hoje se denomina “Sinopse Estatística”.

Em julho de 1934, Gustavo Capanema se tornou ministro da Educação, permane-

cendo no cargo por 11 anos contínuos. Três anos depois, em 1937, o Inep foi criado justamente para atender a demandas já identificadas sete anos antes, sem as quais o órgão não poderia funcionar plenamente. Dentre elas estavam o desenvolvimento de estudos e pesquisas para subsidiar as novas políticas públicas educacionais e a realização de inquéritos e levantamentos de dados acerca da organização do ensino primário nos estados da Federação.

É assim que se pode estabelecer uma relação entre o cenário econômico decorrente do fim da Primeira Grande Guerra, em 1919, a crise econômica mundial de 1929, a Grande Depressão, os impactos da crise no Brasil – que conduziram à promoção da indústria nacional

23. Educadores reunidos no Rio de Janeiro, dentre eles Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Paschoal Lemme e Cecília Meireles. Fotografia, 1934.

24. Mário Augusto Teixeira de Freitas. Fotografia



25. Mario Calmon e o fichário da legislação educacional do período de 1808 a 1942, no Inep. Fotografia, 1942

26. Quadro estatístico referente ao ensino normal no estado de Pernambuco, de uma série com dados dos entes federados, elaborado pelo SEES para os boletins do Inep (ao fundo). Documento, 1937

Estatística do Ensino Normal no Estado de Santa Catarina

Serviço de Estatística de Educação e Saúde 1937

Dependência administrativa	Unidades escolares		Cadastrados
	Ensino oficial	Ensino livre	
Estadual	39	-	18
Particular	20	1	11
Total	59	1	30

O trabalho dos primeiros anos do Inep foi árduo, complexo, fatigante e obscuro, segundo Lourenço Filho, em artigo para a RBEP nº 95, de setembro de 1964, pois não havia material suficiente para iniciar os trabalhos. Uma exceção a essa regra, porém, foi o rico material recebido do Serviço de Estatística de Educação e Saúde (que se tornaria o SEEC – Serviço Estatístico de Educação e Cultura), dirigido por Mário Augusto Teixeira de Freitas. Sendo assim, as fontes básicas de documentação para as pesquisas do Inep foram a bibliografia pedagógica brasileira e o Ementário Geral da Legislação sobre o Ensino e Educação, levantado pelo jurisperito Dr. Mário Calmon, integrante do Inep. Essas fontes constituíram o material original a partir do qual começaram a ser reveladas as realidades da educação brasileira.

27. Benjamin Constant
Fotografia

28. Getúlio Vargas fala à nação por ocasião da instauração do Estado Novo. Mais à direita, de terno branco e óculos, Francisco Campos, primeiro ministro da Educação no período de 1930 a 1932.

Fotografia, 1937

29. Capa da revista estadunidense TIME, Vol. 36, com fotografia e frase de Getúlio Vargas. Revista, 1940



e à adoção de medidas educacionais importantes, dentre as quais a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930 – e a criação do Inep, em 1937.

Antes do Inep, o *Pedagogium*

Em junho de 1822, antes mesmo da proclamação da independência, o ainda príncipe regente D. Pedro I convocou uma assembleia com o objetivo de criar a primeira Constituição do Brasil. Veio da Assembleia Constituinte de 1823 a primeira ideia de que se tem notícia sobre a criação de um instituto encarregado da verificação dos resultados do ensino em todo o país.

Os trabalhos parlamentares não prosperaram e o imperador outorgou nossa primeira Carta Magna em 1824, que ficou conhecida como “Constituição da Mandioca”, tendo em vista que, para ser eleitor e poder se eleger aos cargos do Legislativo, o indivíduo deveria à época possuir bens em certa quantidade, medidos em alqueires de mandioca. Naquela Constituição, no entanto, o tal instituto que teria como missão verificar os resultados do ensino no Brasil não foi criado.

Somente em 1846, no Segundo Império, D. Pedro II criou o “Conselho Geral de Instrução Pública”, com a ideia de controle e exame das questões gerais de ensino. Esse conselho funcionou até o ano de 1882, quando o então deputado Ruy Barbosa o reformulou e a ele integrou um órgão específico de estudos educacionais, seguindo o modelo francês do “Museu Pedagógico”, voltado para a manutenção de um acervo de documentos, dados e informações acerca da educação de uma região ou país.

Um ano após a Proclamação da República, o conselho foi substituído pela proposta de um centro propulsor das reformas e dos melhoramentos de que carecesse a educação nacional, sob o nome de *Pedagogium*.

O *Pedagogium* foi criado por Benjamin Constant à frente do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, durante o governo provisório do general Manoel Deodoro da Fonseca. Funcionava como um centro nacional de controle e coordenação das atividades pedagógicas no país e publicava a Revista Pedagógica, um periódico de divulgação das ideias e propostas discutidas no órgão, que teve grande repercussão à época e que pode ser considerado um precursor da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Funcionou até o ano de 1919, quando foi extinto em decorrência do movimento de descentralização da educação.

Em 1930, no governo de Getúlio Vargas, a necessidade de se ter uma visão geral acerca da educação e dos problemas educacionais brasileiros tornou-se premente. O *Pedagogium* havia deixado uma lacuna que foi suprida, a partir de 1934, por uma Diretoria Nacional de Educação, a qual desenvolvia alguns estudos sistematizados acerca da educação em todo o país.

A criação do Inep foi, de certa forma, uma retomada do *Pedagogium*, que era essencialmente um museu da educação, instituição de inspiração francesa que tinha a função de ser um centro impulsionador de reformas educacionais, formação e atualização de professores sobre inovações educativas.

Para realizar sua missão, o *Pedagogium* organizava conferências e cursos científicos, realizava exposições escolares anuais, mantinha a Revista Pedagógica (publicada entre 1890 e 1897), uma escola-modelo, levantava dados sobre a realidade escolar do país e, sobretudo, mantinha um centro de documentação, ou seja, uma biblioteca especializada em educação dedicada à conservação e disseminação de informações por ele produzidas.



A estrutura inicial do Inep foi constituída por uma seção de documentação e intercâmbio e por uma biblioteca pedagógica, citada no Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938, que evoluiu e se tornou o atual Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec), setor dedicado à conservação e disseminação de informações geradas pelo instituto.

Parte substantiva do acervo inaugural daquela estrutura foi proveniente de doações de Murilo Braga e do próprio Lourenço Filho.

O Inep e sua consolidação ao longo do Estado Novo

O Inep foi criado como estrutura de apoio do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, durante a Era Vargas, que foi de 1930 a 1945, compreendendo a Segunda República e o Estado Novo.

A Era Vargas iniciou-se com a Revolução de 1930, quando a oligarquia cafeeira perdeu grande parte de seu poder político, e se dividiu em três momentos:

- O período do Governo Provisório (1930–1934), quando Vargas governou por decreto como chefe de governo, enquanto aguardava a adoção de uma nova Constituição;;

- O período de Governo Constitucional, quando, na sequência da aprovação da nova Constituição pela Assembleia Constituinte de 1933-1934, Vargas foi eleito pela assembleia como presidente, ao lado de um Poder Legislativo democraticamente constituído; e



“ Como americanos somos fortes! ”

Getúlio Vargas

30. Ministro da Educação Gustavo Capanema em discurso no mesmo ano da criação do Inep. Fotografia, 1937

31. Primeira logomarca da Confederação Nacional da Indústria. Desenho



- O período do Governo Ditatorial ou Estado Novo (1937-1945), que começou quando Vargas impôs uma nova Constituição, em um golpe de Estado, e dissolveu o Congresso.

As ideias centrais do Programa de Reconstrução Nacional, divulgadas pelo presidente Getúlio Vargas ao assumir o governo provisório do país, em 03 de novembro de 1930, incluíam a criação de um ministério dedicado à educação e à saúde pública, apontado como oportuno e de utilidade imediata.

Ora, sendo a educação um poderoso instrumento de constituição de atores sociais e de formação para a cidadania, era imprescindível que o movimento revolucionário colocasse sob seu poder esse meio de controle e persuasão. Esse foi um dos objetivos que norteou a criação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, cujo primeiro titular, Francisco Campos, adotou medidas

centralizadoras, sintonizadas com o ideário do governo de Getúlio Vargas.

Igualmente alinhado ao pensamento varguista, Gustavo Capanema, ao assumir o ministério, em 1934, deu continuidade a esse plano que pensava a educação como assunto de Estado e problema nacional, justificando todo o movimento de centralização do sistema educativo do país.

Foi nessa mesma perspectiva que, sete anos mais tarde, por iniciativa de Capanema, criou-se o Instituto Nacional de Pedagogia, com o propósito de ser um centro propulsor das reformas e dos melhoramentos de que carecia a educação nacional.

A exposição de motivos que Getúlio Vargas apresentou ao Congresso Nacional, redigida por Gustavo Capanema, justificando a criação do Inep, apontava com precisão as expectativas em torno da criação do instituto.

“

Não possui, ainda, o nosso país um aparelho central destinado a inquéritos, estudos, pesquisas e demonstrações, sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. É evidente a falta de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originais nos vários setores do problema educacional, e ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagógicas, públicas e particulares. Além disso, incumbir-se-á de promover o mais intenso intercâmbio no terreno das investigações relativas à educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado da parte dos poderes públicos ou das entidades privadas.

”

Gustavo Capanema

O Inep no contexto da Reforma Capanema

Durante o Estado Novo (1937-1945), no que se refere ao ensino secundário, a ação do Inep foi delimitada pela regulamentação implementada a partir de 1942 pela chamada Reforma Capanema que, fortemente marcada pelo nacionalismo estadonovista, preconizava ênfase para as disciplinas História e Geografia do Brasil e instituiu um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginásial, e um segundo ciclo de três anos, com dois percursos possíveis: o curso clássico e o científico.

Os novos currículos previstos na Lei Orgânica que instituiu a reforma, que permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, caracterizavam-se pela predominância do enciclopedismo, com valorização da cultura geral e humanística. Por influência da Segunda Guerra Mundial, a lei instituiu a educação militar para os alunos do sexo masculino. Indo contra os desejos da Igreja Católica, reafirmou o caráter facultativo da educação religiosa. Instituiu também a obrigatoriedade da educação moral e cívica. Mas, manteve recomendação para a segregação de gênero, de modo que a educação das mulheres fosse feita em estabelecimento distinto daquele onde se educavam os homens. A permanência dessa cultura escolar deve-se, em boa medida, ao fato de que a maioria dos colégios desse nível de ensino pertencia à Igreja Católica.

A Reforma Capanema também abrangeu uma série de decretos que implantaram o

ensino industrial, comercial e agrícola, instituíram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e organizaram o ensino primário e o ensino normal no nível nacional.

Capanema entendia que o governo federal deveria responsabilizar os governos estaduais pelo ensino primário e concentrar-se nos demais, incluindo o supletivo, assim como na assistência técnica e no estabelecimento de diretrizes gerais para a educação nacional.

Como o ensino primário, destinado às classes trabalhadoras, seria de incumbência dos estados, Capanema acreditava que a formação de uma elite que liderasse o país era tarefa mais importante, para o nível federal, e conseqüentemente para o Inep, pois seria condição suficiente para o progresso nacional. Ele concentrou a atenção do seu ministério no ensino secundário, voltado às elites, e no ensino técnico-profissional, a fim de atender as necessidades do processo de industrialização.

O ensino superior também foi valorizado com a mobilização de esforços para a criação da Universidade do Distrito Federal, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual, desde a década de 1930, por ações do Inep, vinha sendo oferecido o primeiro curso de formação de professores em nível universitário do país.

1942



Os anos 1940: A reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento

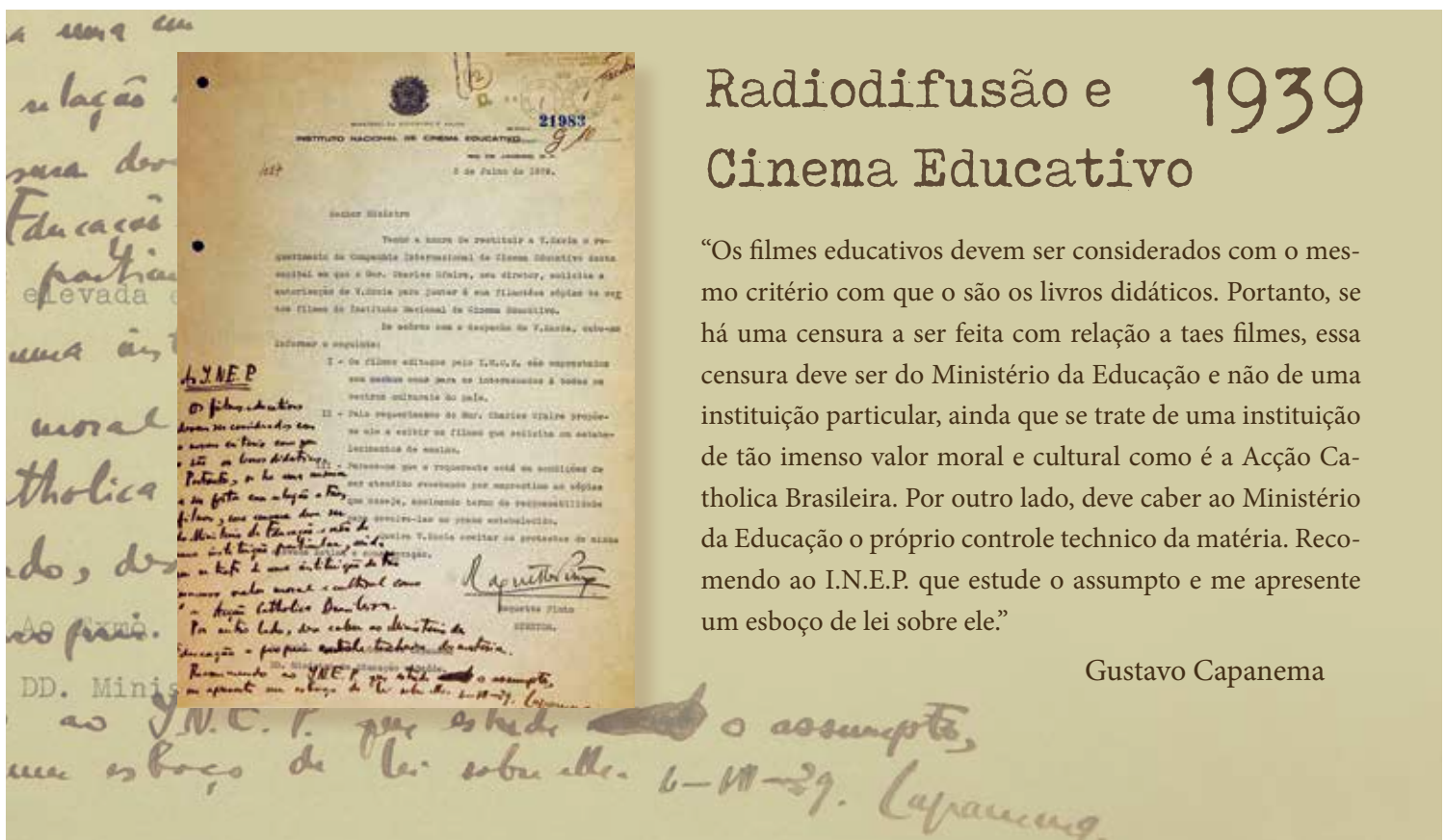
Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua, a partir da Revolução de 1930. O período de 1930 a 1937 é a Segunda República. Nos anos iniciais, até 1934, Vargas governava por decreto. De 1934 a 1937, ele governou como presidente eleito. Já o período subsequente, de 1937 a 1945 é chamado de Estado Novo, que vai do momento em que Vargas dissolve o Congresso e assume o governo, até sua deposição e consequente redemocratização do país, com a adoção de uma nova Constituição, em 1946.

Ao longo de todo esse período, o Plano de Construção Nacional do governo Vargas tinha no Ministério da Educação uma peça chave e no Inep uma estrutura operacional fundamental, que avançava para se tornar

praticamente um ministério dentro do outro. O simples fato de o Ministério da Educação destinar ao instituto os primeiros colocados no primeiro concurso público para provimento dos cargos de técnico em Educação do país, em 1939, indicava que o Inep era uma estrutura estratégica de conhecimento, cujas ações estariam focadas na possibilidade de promover as mais diversas interferências em todo o país, de Norte a Sul.

Esse início dos anos 1940 foi o momento inicial do processo da industrialização do país, em que começaram a ser feitos grandes investimentos na indústria pesada. Foram criadas a Fábrica Nacional de Motores, conhecida popularmente como “FeNeMê” (1939), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945), empresas estatais que deveriam abrir portas para a indústria nacional. A Confederação

32. Os serviços de radiodifusão (rádio e televisão) e cinema foram empregados com fins educativos. A correspondência entre Roquette Pinto e o Ministro Capanema, datada de 03 de julho de 1939, trata do Cinema Educativo (Cineduc). Roquette comunica o aceite por parte da Ação Católica Brasileira em fazer a “censura moral” da filмотeca, ao que Capanema responde. Documento, 1939



Radiodifusão e Cinema Educativo 1939

“Os filmes educativos devem ser considerados com o mesmo critério com que o são os livros didáticos. Portanto, se há uma censura a ser feita com relação a tais filmes, essa censura deve ser do Ministério da Educação e não de uma instituição particular, ainda que se trate de uma instituição de tão imenso valor moral e cultural como é a Ação Católica Brasileira. Por outro lado, deve caber ao Ministério da Educação o próprio controle técnico da matéria. Recomendando ao I.N.E.P. que estude o assumpto e me apresente um esboço de lei sobre ele.”

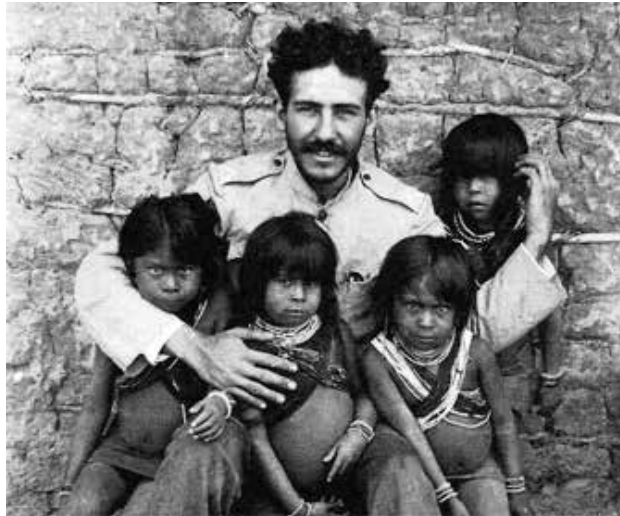
Gustavo Capanema

Nacional da Indústria, que havia sido criada em 1938, estimulou a criação de várias federações industriais nos estados brasileiros, a fim de promover o desenvolvimento do país.

Esse período foi marcado por fortes reivindicações relacionadas à universalização da educação. O Inep teve papel central nas políticas públicas para a educação naqueles anos 1940, atuando na construção de escolas em todo o país, na instauração do ensino agrícola nos meios rurais, interferindo na formação de professores, orientando a formulação de políticas públicas e buscando unificar os sistemas estaduais de educação que, até a década anterior, eram isolados.

O cenário de criação e fortalecimento do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde e dessa sua importante estrutura, que era o Inep, tinha também como pano de fundo a movimentação internacional em torno da deflagração da Segunda Guerra Mundial. Ao longo da década anterior, nos anos 1930, devido à drástica queda nas exportações de café e à adoção de um plano de construção nacional pelo viés da industrialização, a política externa brasileira tinha como foco as relações comerciais com as duas potências mundiais da época: os Estados Unidos, que se recuperavam gradualmente dos impactos da Primeira Guerra Mundial, e a Alemanha que, com a ascensão do nazismo, buscava aumentar sua influência econômica e ideológica na América Latina.

Quando a Alemanha invadiu a Polônia e a guerra foi, de fato, deflagrada, em 1939, Getúlio Vargas procurou manter o Brasil neutro, apesar da interlocução com o governo alemão. Até em sua propaganda oficial, durante o Estado Novo, era possível constatar a clara influência do modelo da propaganda germânica. Também é fato notório que, no seio do governo Vargas, havia simpatizantes do eixo



33. Roquette-Pinto (1884-1954), pai da radiodifusão no Brasil, foi médico, professor, antropólogo, etnólogo, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras. Rondonia
Fotografia, década de 1910

34. Réplica de aparelho de rádio característico da década de 1930. Fotografia, 2015

constituído por Alemanha, Itália e Japão. Até mesmo a Constituição de 1934, consequência direta da Revolução Constitucionalista de 1932, em seu artigo 138, inciso b, determinava que se estimulasse a educação eugênica.

É bastante evidente que o alto escalão do Ministério da Educação da época, no contexto de um governo autoritário e centralizador, buscava refletir esses ideais nas políticas públicas dele emanadas. Aliás, o Ministério da Educação, considerado por Getúlio Vargas como instrumento primordial da ação doutrinadora governamental, funcionava como uma engrenagem bem ajustada.

Edgard Roquette-Pinto, alinhado ao pensamento do governo central, foi o criador e primeiro diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo e grande promotor da radio-difusão no Brasil. Dirigiu a primeira rádio do país e a doou ao Ministério da Educação em 1936, a qual se tornou a Rádio MEC (atual Rádio MEC AM, do Rio de Janeiro). É dessa época a criação da Voz do Brasil, que também completou 80 anos em 2017.

O Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC era tido como um instrumento estratégico para se alcançar e doutrinar as massas. Tanto é que em 1944, por meio da Portaria nº 18, o Ministério da Educação e Saúde instituiu



35. Classe de adultos do Ginásio Estadual Jacinto Ferreira de Sá. São Paulo- SP Fotografia, 1947

36. (Da esquerda para a direita) Jorge Guinle, Carmen Miranda e Walt Disney no lançamento do personagem Zé Carioca. Rio de Janeiro- RJ Fotografia, 1943

37. Zé Carioca. Ilustração, 1942

38. Graf Zeppelin chega ao Rio de Janeiro em 25 de maio de 1930 Cartão postal, 1930



concurso para selecionar cartilhas destinadas à alfabetização de adultos, operários e trabalhadores do campo. A portaria estabelecia que “as cartilhas deveriam ser preparadas de sorte que pudessem ser também utilizadas para ensino por meio de rádio”. Afinal, naqueles anos 1940, não havia instrumento estatal melhor do que o rádio para se veicular mensagens por todo o território nacional.

É nesse ambiente que grandes nomes ligados à história do Inep, como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Gustavo Capanema e Paschoal Lemme, dentre outros, buscaram dar direção ao funcionamento da radiodifusão nacional e moldá-la aos parâmetros técnicos e filosóficos da Escola Nova e também à consolidação de valores morais, patrióticos e de amor ao trabalho, de acordo com os princípios do Estado Novo.



Foi também nas décadas de 1940 e 1950 que surgiram programas específicos de educação pelo rádio, encampados pelo governo de Getúlio Vargas, mediados por setores do Ministério da Educação, como o Inep e o Serviço de Radiodifusão Educativa, voltados a oferecer orientação metodológica aos professores do ensino secundário de todo o país. Um desses programas, intitulado Universidade no Ar, lançado em 1941 pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, registrou 4.829 rádio-alunos em seu primeiro ano de funcionamento.

O período do Estado Novo coincidiu com o chamado “período de ouro” do rádio no Brasil. Até a chegada da televisão, ele era o veículo de comunicação de massa com maior alcance. Era também a era de ouro dos cassinos. O Cassino da Urca, mais famoso deles, localizado na Praia Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro, foi palco de apresentação de grandes nomes do cenário artístico nacional e internacional. Entre os artistas nacionais que lá fizeram shows memoráveis estão Emilinha Borba, Cauby Peixoto e Grande Otelo.

Entre meados dos anos 1930 e início dos anos 1940, os Estados Unidos observavam a significativa influência alemã no Brasil e buscaram aumentar a presença da cultura e economia norte-americana em toda a América Latina. Para se ter uma ideia da influência germânica, o Banco Alemão para a América do Sul tinha mais de trezentas filiais no Brasil, os zepelins alemães percorriam os céus do país e o Movimento Integralista, era apoiado por inúmeras personalidades da época.

Enfim, os norte-americanos perceberam que era preciso contra-atacar. A ação de aproximação dos Estados Unidos com a América Latina ficou conhecida como política da boa vizinhança. No caso de nosso país, os Estados Unidos buscavam, além da diminuição da influência alemã, apoio na guerra e, para isso, firmaram diversos acordos de cooperação. Por exemplo, obtiveram permissão para o uso de bases militares no Nordeste brasileiro, como o caso da Base Aérea de Natal, conhecida como “Trampolim da Vitória”, em troca do financiamento da construção da Companhia Siderúrgica Nacional e do fornecimento de equipamento militar ao Brasil.

Foi também nesse contexto de estreitamento de laços entre os Estados Unidos e o Brasil que Walt Disney criou, em seus estúdios na Califórnia, o personagem Zé Carioca, que trazia diversos aspectos positivos representando um típico brasileiro aos olhos do seu criador, e que Carmem Miranda se tornou símbolo da cultura brasileira nos Estados Unidos.





Foi também nesse âmbito de estreitamento de relações e de aumento da influência norte-americana por aqui que Robert King Hall, professor de Educação Comparada do Teacher's College da Universidade de Columbia, veio seguidas vezes ao Brasil, sob os auspícios do Inep, para conduzir estudos e participar da colaboração técnica, com o financiamento do governo brasileiro, por meio do Itamaraty, e do Instituto Brasil-Estados Unidos. Causava curiosidade, à época, o fato de que o educador deslocava-se dos EUA para o Brasil e pelo interior do país em um avião disponibilizado pela empresa aérea norte-americana Pan American Airways. Ele atuou nos cursos de formação de professoras para as escolas primárias rurais e, a convite de Murilo Braga, então diretor-geral do Inep, foi o consultor técnico na construção dessas escolas.

Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo Alemanha, Itália e Japão. Uma das reações foram os ataques, pelos alemães, a cinco navios mercantes brasileiros, ocorridos em agosto daquele mesmo ano. Houve uma comoção nacional e Getúlio

Vargas declarou guerra à Alemanha naquele mesmo mês.

A partir de então, o conjunto das instituições governamentais voltou-se para o reforço ao nacionalismo e à união dos brasileiros em torno do envolvimento direto do país na guerra. Ganhou força junto à sociedade, o envio de militares para os campos de batalha europeus, onde se destacou a atuação da recém criada Força Aérea Brasileira. A exaltação nacionalista não foi diferente no caso do Ministério da Educação e do Inep. Era urgente formar trabalhadores, combater o analfabetismo, educar, unir o país em uma mobilização interna para fortalecê-lo diante de eventuais ameaças externas e das possibilidades de progresso anunciadas pela industrialização. A fim de subsidiar essas demandas estratégicas do governo federal, Lourenço Filho, à frente do Inep, deu impulso a programas de formação de adultos e a levantamentos censitários acerca da situação da educação em todo o país.

Esse movimento estratégico conduzido pelo Inep continuou ocupando a pauta do

Métodos de alfabetização

1943



A emergência do método de alfabetização de adultos de Paulo Freire, bem como sua notoriedade nacional, estão diretamente relacionadas com a história do Inep. Desde 1943, o Inep detinha os direitos de uso do Método de Alfabetização Laubach, missionário norte-americano cuja abordagem de educação de adultos foi adotada em todo o país. A partir do sistema Laubach foi produzido o “Primeiro Guia de Leitura” (LER) do Inep, sob a gestão de Lourenço Filho, conforme publicado no Relatório do Serviço de Educação de Adultos no exercício de 1947, do Ministério da Educação e Saúde. Em 1943, Laubach chegou a visitar o estado de Pernambuco. Paulo Freire, então diretor do SESI daquele estado, baseando-se no Método Laubach, elaborou e propôs seu próprio método de alfabetização, que mais tarde ganharia repercussão nacional e internacional.



I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

1941

Em 1941, Estadonovismo e Escolanovismo se confundiam no esforço da reconstrução nacional de Getúlio Vargas e era preciso discutir e planejar o país para o futuro. Nessa perspectiva, o Ministro Gustavo Capanema empenhou-se em retomar as conferências nacionais de educação, iniciadas no século XIX.

Em 1883 aconteceu a primeira exposição pedagógica do país, por ordem de D. Pedro II e sob a presidência do Conde D'Eu. Naquela ocasião, pela primeira vez se buscou reunir educadores e administradores do ensino de todo o país para o fim de estudar as questões da organização pedagógica brasileira.

Já em 1921, realizou-se uma conferência interestadual de ensino primário, ainda que houvesse na Constituição de 1891 a diretriz da descentralização do ensino. Foi a primeira vez em que se reuniram representantes de todos os Estados, do Governo Federal e de organizações não governamentais para discutir a educação nacional. O sucesso da iniciativa fez com que em 1922, no centenário da Independência, o governo federal promovesse o Congresso de Ensino Secundário e Superior, o qual durou um mês inteiro.

Foi em 1941, por força da Lei n. 378/1937, que criou o Inep, que se realizou a I Conferência Nacional de Educação e Saúde, convocada por Getúlio Vargas e organizada pelo Inep.

Os estados sediaram conferências prévias, tratando de temas de suma importância para o Brasil, tais como o esporte e a educação física, questões ligadas a higiene, moral e trabalho, além de propor reflexões sobre o ensino secundário a partir da relação entre Estado e sociedade civil. Esses encontros foram os geradores de conteúdo para a conferência nacional, que se articulou em torno de temáticas estratégicas: organização e administração da educação, ensino primário e seu custeio, ensino normal, como eram chamados os cursos de formação de professores para o primário, ensino profissional, proteção à infância e organização da juventude brasileira.

É importante destacar que, à época, nenhum país adotava este modelo de construção de políticas públicas, que promovesse o diálogo entre governos e sociedade civil, o que colocou em evidência a visão social de Capanema e o pioneirismo do Inep para realizar uma conferência essencialmente democrática.

39. Robert King Hall.
Fotografia, década de 1940

40. Paulo Freire.
Recife- PE
Fotografia

41. I Conferência Nacional de Educação.
Rio de Janeiro- RJ
Fotografia, 1941

instituto após o término da guerra e, a partir de 1947, foram instaladas classes de ensino supletivo na maior parte dos municípios, o que era de responsabilidade do Inep, que geria o Fundo Nacional do Ensino Primário. Também a partir desse mesmo ano, o Inep esteve diretamente envolvido na concepção e condução da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), a qual, dirigida por Lourenço Filho a partir de sua saída da Direção-Geral do instituto, tinha por objetivo levar a educação de base a todos os brasileiros, nas áreas urbanas e rurais.

O “Primeiro Guia de Leitura” era proveniente do Sistema de Ensino Laubach, de autoria do educador norte-americano Frank Laubach, cujos direitos de adaptação haviam sido cedidos ao Inep. Nessa época, o instituto, com abrangência nacional, era instrumento de intervenção nos rumos da educação.

Ainda na perspectiva fomentada pela industrialização brasileira e pela onda nacionalista, decorrente da Segunda Guerra Mundial, que pretendia abolir o analfabetismo e combater o comunismo e a subversão ideológica, Lourenço Filho publicou, em 1945, na recém-criada Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP, um importante artigo intitulado “O problema da educação de adultos”, que balizou diversas ações pelo país.

Em 1946, imediatamente após o Estado Novo, o ministro da educação Clemente Miani constituiu uma comissão de educadores para estruturar um novo projeto de reforma da educação brasileira, o qual ganhou força com a intermediação do Inep, que permaneceria no protagonismo das ações do ministério ao longo da década de 1950.

O Estado Novo chegou a seu termo no ano de 1945, junto com o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 29 de outubro, um movimento militar depôs Getúlio Vargas.

Apesar de sua dimensão de regime de exceção, pela primeira vez na história do Brasil pensou-se na construção de uma identidade nacional. A educação do povo brasileiro estava no centro desse processo de construção e o Inep, nesse contexto, era um dos braços mais poderosos do Estado em um momento marcante da história brasileira. Intelectuais do porte de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Vinicius de Moraes, Oscar Niemeyer, Cecilia Meirelles, Lúcio Costa e Cândido Portinari contribuíam para a consolidação da ideia de uma cultura brasileira original e autêntica, decorrente da miscigenação de índios, negros e brancos, povos que unidos seriam capazes de, efetivamente, constituir um país forte e moderno.

42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48. Intelectuais cuja presença marcaram o cenário brasileiro da década de 1940 (da esquerda para a direita): Cândido Portinari, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villa Lobos, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Fotografias

49. Manuel Bergström Lourenço Filho, diretor do Inep de 1938 a 1946. Fotografia



Manuel Bergström Lourenço Filho

Manuel Bergström Lourenço Filho foi o primeiro Diretor-Geral do Inep, de 30 de julho de 1938 até 12 de fevereiro de 1946. Suas principais realizações foram concentradas na organização do instituto, na edificação de um lastro histórico justificando a existência do Inep e na realização dos primeiros trabalhos de documentação, intercâmbio, pesquisa, investigação, assistência, cooperação técnica e divulgação que viriam a caracterizar toda a história da instituição.

Filho de pai português e mãe sueca, nasceu na cidade paulista de Porto Ferreira em 10 de março de 1897. Seguiu a carreira do magistério em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entre 1922 e 1923, aos 24 anos, foi convidado para ser o diretor da Instrução Pública do Ceará, com a incumbência de reorganizar o ensino do estado, o que lhe deu notoriedade nacional. Na década de 30, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi o chefe de gabinete do primeiro Ministro da Educação, Francisco Campos. Alguns anos mais tarde, no tempo da gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Distrito Federal, dirigiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Antes de trabalhar no Ministério da Educação, Lourenço Filho atuou no Instituto de Pesquisa Educacionais - IPE, do Departamento de Educação do Rio de Janeiro. O IPE tinha como objetivo executar pesquisas e investigações educacionais e foi de lá que ele trouxe uma experiência concreta a ser investida na organização do novo instituto.

Lourenço Filho, ao lado do baiano Anísio Teixeira e do mineiro Fernando de Azevedo,

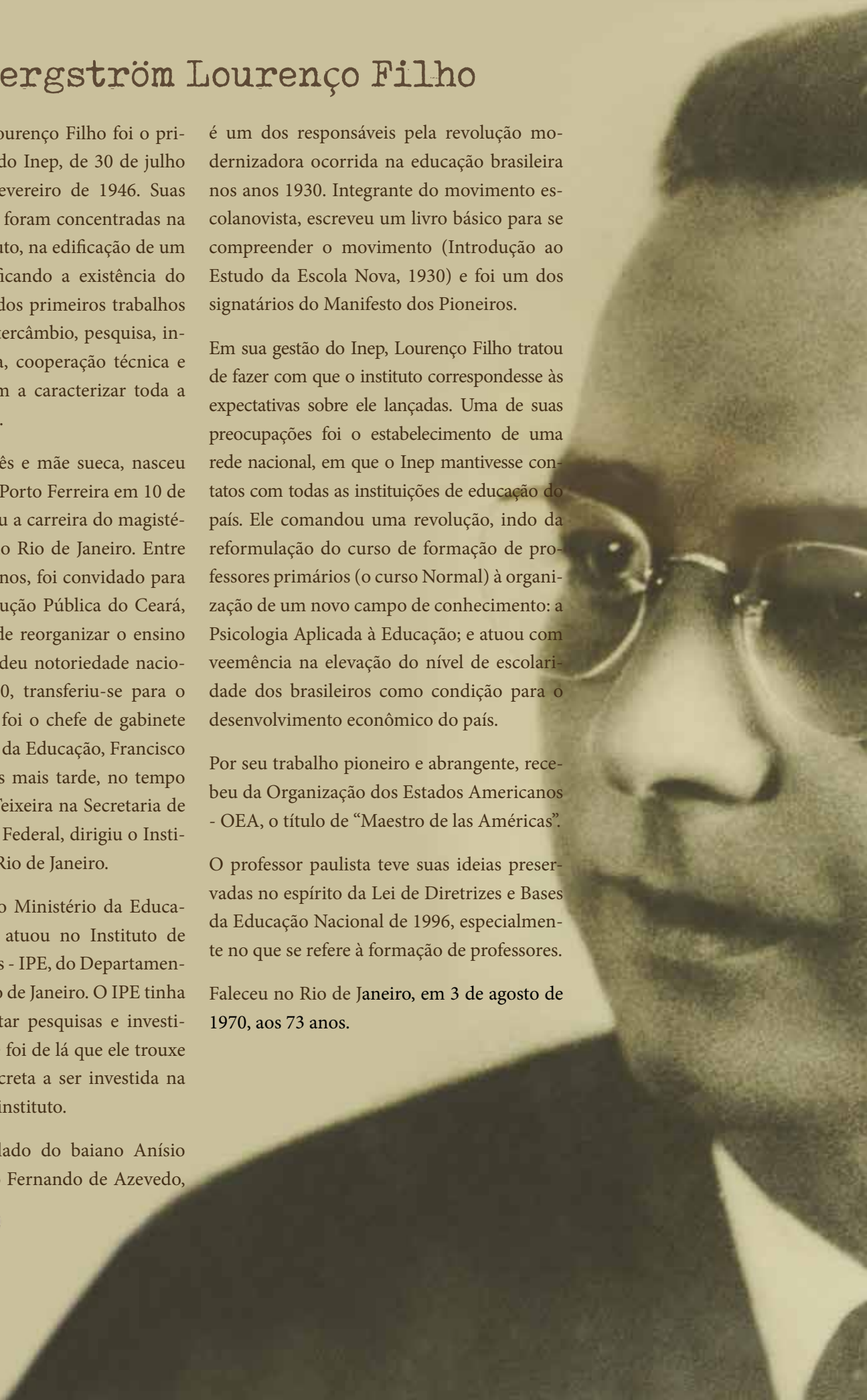
é um dos responsáveis pela revolução modernizadora ocorrida na educação brasileira nos anos 1930. Integrante do movimento escolanovista, escreveu um livro básico para se compreender o movimento (Introdução ao Estudo da Escola Nova, 1930) e foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros.

Em sua gestão do Inep, Lourenço Filho tratou de fazer com que o instituto correspondesse às expectativas sobre ele lançadas. Uma de suas preocupações foi o estabelecimento de uma rede nacional, em que o Inep mantivesse contatos com todas as instituições de educação do país. Ele comandou uma revolução, indo da reformulação do curso de formação de professores primários (o curso Normal) à organização de um novo campo de conhecimento: a Psicologia Aplicada à Educação; e atuou com veemência na elevação do nível de escolaridade dos brasileiros como condição para o desenvolvimento econômico do país.

Por seu trabalho pioneiro e abrangente, recebeu da Organização dos Estados Americanos - OEA, o título de "Maestro de las Américas".

O professor paulista teve suas ideias preservadas no espírito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, especialmente no que se refere à formação de professores.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 1970, aos 73 anos.



Formação de professores 1940



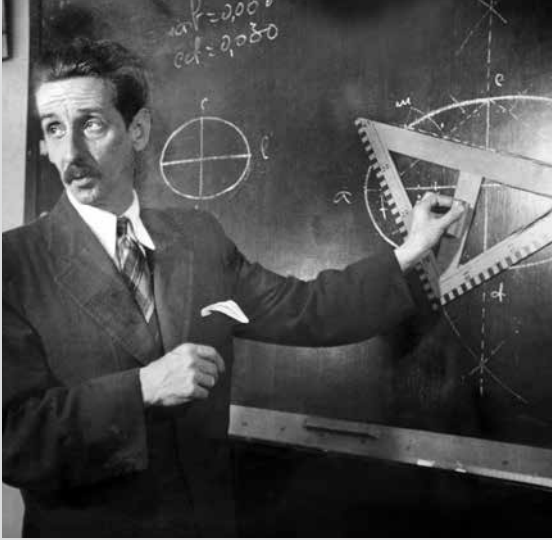
Na década de 1940, a formação de professoras para o ensino primário, das chamadas normalistas, era praticamente tema de segurança nacional, dadas as necessidades de combate ao analfabetismo e de fornecimento de instrução primária às classes trabalhadoras, imprescindíveis para o projeto desenvolvimentista promovido pelo Estado Novo.

O Inep era o órgão federal responsável pelas políticas públicas relacionadas às questões da formação das normalistas. Além da formação em curso normal, o instituto prestava auxílio na realização de cursos de aperfeiçoamento para professores em diversas regiões e municípios, os quais ainda se estenderam por muitos anos.

A participação do Inep se dava tanto por meio da destinação de recursos financeiros, como pela oferta de planos de aprendizagem e modelos de exercícios. Tais ocasiões tam-



bém permitiam a coleta de informações sobre a educação no Brasil, como no caso do curso em Mossoró, Rio Grande do Norte, em 1957, no qual foram aplicados questionários para levantamento de problemas em administração escolar.



50, 51, 52, 53, 54, e 55.
Professoras em formação.
Estudo para a publicação "Novos
Mestres para o Brasil", do
Centro Brasileiro de Pesquisas
Eduacionais.
Fotografias, década de 1940



“ Estamos numa época de revoluções: o ensino tem a sua. A pedagogia moderna modificou a fisionomia secular das escolas, consequência, mesmo, do nascimento de um novo mundo. O mestre-escola é um técnico e um artista. Dele depende a alfabetização.

”

Francisco Fausto - historiador



A década de 1940 foi o momento de criação, pelo Inep, da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), o mais importante periódico do campo da educação no país.

Lançada em julho de 1944, a revista é o mais antigo periódico nesse campo de conhecimento no Brasil, da América Latina e um dos mais antigos do mundo.

Poucas são as revistas científicas da área de educação, norte-americanas e europeias que, como a RBEP, têm mais de cinco décadas de existência, como o *Boston University Wheelock College of Education & Human Development's Journal of Education* (1875), o *American Journal of Education* (1893) e a *Revue Française d'Education* (1967).

A RBEP foi o primeiro grande periódico nacional laico, em consonância com o pensamento escolanovista de seus criadores.

O Diretor-Geral Lourenço Filho, em 1944, ao criar a revista, buscou atender a uma das competências do Inep relacionadas à documentação, pesquisa e divulgação.

A revista é um verdadeiro patrimônio dos brasileiros e traz em suas páginas a história da evolu-

ção das ideias pedagógicas no Brasil. Tem distribuição gratuita e nota máxima na classificação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Nos seus mais de 70 anos, a revista já passou por diversas mudanças em seu tamanho, formato e projeto editorial. A RBEP tem estampada, em suas capas, parte da história do Inep, do Brasil e da educação brasileira, como obras dos artistas Athos Bulcão e J. Borges. Houve também a incorporação da logomarca do Instituto e seus respectivos *patterns*, criados por Aloísio Magalhães na década de 1970.

Há ainda números especiais e edições comemorativas, como as dos 40 anos (1984) e 60 anos (2004) de criação da Revista - esta última com fotos de grandes nomes da educação brasileira, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Paulo Freire, entre outros - e a que faz referência aos 80 anos do Manifesto dos Pioneiros (2015).

Atualmente é publicada em formato impresso e eletrônico e reúne trabalhos inéditos que contribuam para a construção do conhecimento na área de Educação.

56. Capa da RBEP Vol. 64, N. 148, comemorativa dos 40 anos da publicação. Revista, 1983

57. Capa da RBEP Vol. 86, N. 212, com retratos de grandes ícones da educação brasileira, comemorativa dos 60 anos da publicação. Revista, 2004

58. Capa da RBEP Vol. 96, N. especial, comemorativa dos 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Revista, 2015

59. Série histórica de capas da RBEP, desde a publicação N. 1 à revista N. 252. Revistas, 1944-2018



dos Pedagógicos - RBEP

1944

Exposição de Arquitetura Escolar

Em outubro de 1945 o Inep realizou a I Exposição de Arquitetura Escolar Brasileira.

O evento marcou tanto a inauguração do novo edifício do Ministério da Educação, o Palácio Capanema, o qual passou a sediar o Inep, como a instalação do Museu Pedagógico, proposto na gestão de Lourenço Filho.

A exposição, inaugurada pelo Presidente da República Getúlio Vargas, foi fruto do levantamento realizado pelo Inep dos prédios escolares construídos em todas as regiões do Brasil no período de 1930 a 1945.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. VI, nº 17, registrou que a exposição foi visitada por centenas de professores, engenheiros, arquitetos e estudantes que puderam apreciar maquetes e plantas de escolas urbanas e rurais, além de centenas de fotografias.



60. Escola rural.
Fotografia, década de 1940

61. Grupo Escolar Getúlio Vargas,
inaugurado na década de 1940.
Niterói- RJ
Fotografia, 1942

62. Grupo Escolar Presidente
Dutra, inaugurado na década de
1940.
Rio Branco- AC
Fotografia, década de 1940

63. Registro da I Exposição de
Arquitetura Escolar Brasileira.
Fotografia, 1945

64. Edifício Gustavo Capanema.
Rio de Janeiro- RJ
Fotografia

65. Pilotis do Edifício Gustavo
Capanema.
Rio de Janeiro- RJ
Fotografia



O Palácio Capanema

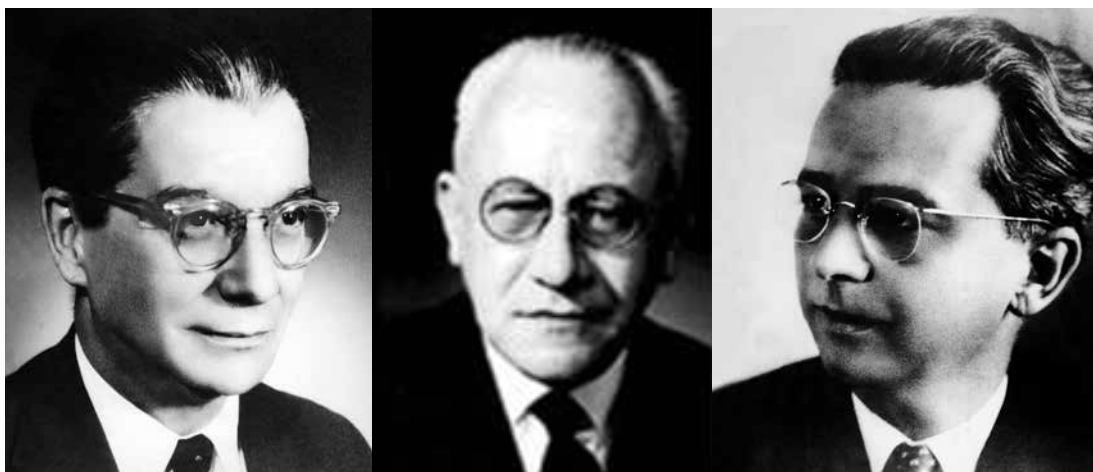
1945

O “Palácio Capanema”, como é chamado o Edifício Gustavo Capanema, localizado à Rua da Imprensa, no centro do Rio de Janeiro, foi construído para ser a sede do Ministério da Educação e Cultura, que ali se instalou em 1947.

O edifício é considerado um marco da Arquitetura Moderna Brasileira. Foi projetado por uma equipe composta por Lucio Costa, Carlos Leão, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira, tendo o arquiteto Le Corbusier, como consultor.

O prédio possui 16 andares e tem numa área de 27.536 m². Foi a quarta localização da sede do Inep, antes da sua transferência para Brasília. Possui amplo jardim suspenso externo projetado por Burle Marx, painel de azulejos de Cândido Portinari, peças de escultura de Celso Antônio e de Alfredo Ceschiatti, além de obras de Guignard e Pancetti.





Em 1947, os educadores brasileiros Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, trabalharam juntos no Ministério da Educação e Saúde; era a poderosa Trindade Cardinalícia da Escola Nova.

De Vargas a Dutra: Mudanças no escopo de ação do Inep

Ao final da década de 1930, o “Plano de Reconstrução Nacional” do governo Vargas encontrava no Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em geral, e no Inep, em particular, aliados incontornáveis para a construção de um novo cenário nacional, pautado por uma prioridade para a educação raramente vista na história do Brasil. As reformas realizadas pelo ministro Francisco Campos, avançaram no sentido de fornecer uma estrutura orgânica ao ensino público, em seus vários níveis. Os minis-

tros da Educação que sucederam Francisco Campos na década de 1930 – Belisário Augusto de Oliveira Penna (de 1932 a 1933), Washington Ferreira Pires (em 1934) e Gustavo Capanema (a partir de 1934 até meados dos anos 1940) – seguiram o mesmo direcionamento da implantação de reformas estruturais na educação brasileira as quais, pela primeira vez, tinham como foco o país como um todo e, estavam alinhadas a outras reformas e políticas públicas da época, a fim de dar forma a um Estado forte e intervencionista em áreas capitais tanto para a promoção do desenvolvimento do Brasil quanto para o controle da população. A criação do Inep foi alinhada a esses objetivos, os quais foram sendo consolidados ao longo da década de 1940.

Imediatamente após o início de suas atividades, em 1938, o Inep ocupou-se de organizar um ementário geral da legislação sobre ensino e educação no Brasil, desde o período colonial até aquele momento, e a publicar obras de referência que pudessem mostrar a realidade da educação nacional em seus aspectos capitais, como revelou o próprio Lourenço Filho. Conforme indica o



documento intitulado “O Instituto de Estudos Pedagógicos em sete anos de atividades”, sem autoria identificada, as primeiras publicações do Inep foram três cadernos mimeografados – os dois primeiros contendo a legislação de organização do instituto e o terceiro contendo o primeiro conjunto de dados estatísticos da história do Inep sobre o ensino primário no país. Seguem o Boletim nº 1, sobre o ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936, e o Boletim nº 2, sobre a organização do ensino primário e normal no Estado do Amazonas, ambos de 1939. Entre 1938 e 1939, o Inep promoveu, entre muitas outras atividades, exposições pedagógicas de desenhos infantis e ofereceu cursos de aperfeiçoamento de educadores, tanto em sua sede quando em diversos estados da federação.

O Inep também era responsável pelas biometrias médicas para os concursos de seleção para o funcionalismo público e ações de aperfeiçoamento de pessoal para todos os setores do governo federal.

Com a deposição de Getúlio Vargas, em 1946, e a eleição de Eurico Gaspar Dutra, o ensino primário e o combate ao analfabetismo voltaram à pauta central do governo federal, sendo o Inep responsável pela construção e pelo financiamento de escolas em todo o país. As mensagens do presidente Dutra ao Congresso Nacional, proferidas nos anos de 1947, 1948 e 1949 – início da Quarta República – mostram que, pelo menos no discurso, a questão da educação popular era prioritária. Entre 1947 e 1948, o Ministério da Educação assegurava a construção de mais de 6 mil prédios escolares em todo o país, especialmente em zonas rurais, e de mais de 25.000 classes de educação para adultos. Assessorado por Lourenço Filho, ex-diretor-geral do Inep, e por Anísio Teixeira,

ra, o presidente Dutra aumentou os gastos com educação. Outro fato marcante é que a Constituição de 1946 tinha todo um capítulo dedicado à educação.

O fim da Segunda Guerra Mundial deu início a um novo tipo de guerra, dessa vez entre o Bloco Comunista, liderado pela União Soviética, e o Bloco Capitalista, liderado pelos Estados Unidos. Era a Guerra Fria e, em nome da luta contra o comunismo no país, Dutra, alinhado aos Estados Unidos, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e tornou ilegal o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947.

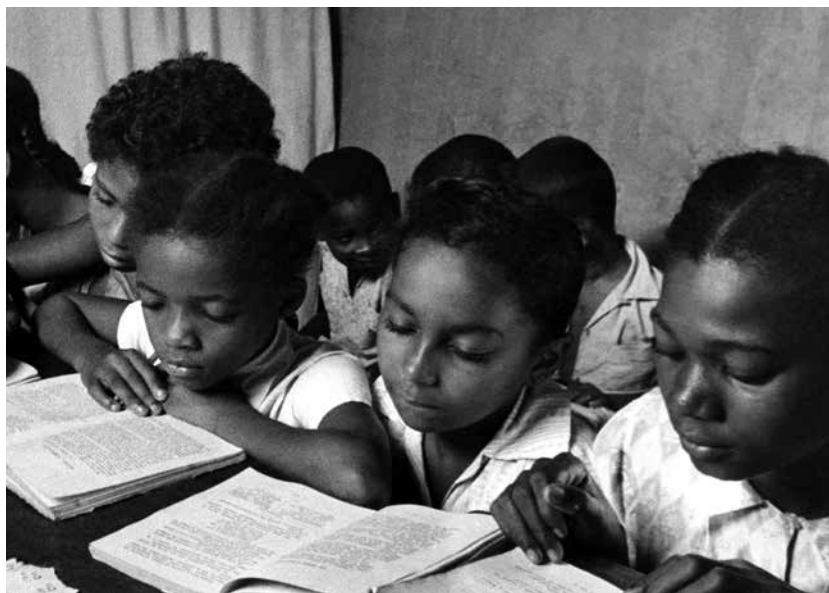
Nesse período, Murilo Braga de Carvalho tornou-se diretor-geral do Inep. Foi um momento em que estavam atuando na mesma seara, muito próximos ao presidente da República, o trio designado por muitos pesquisadores como a “trindade cardinalícia” do movimento escolanovista, constituída por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Apesar de imbuídos de ideias nem sempre concordantes a respeito da atuação do instituto e dos rumos da educação nacional, atuaram de forma significativa e sinérgica.

66, 67 e 68. A trindade cardinalícia da educação brasileira: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Fotografias

69. Boletim N. 1 do Inep: O Ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936. Publicação, 1939

70. Boletim N. 25 do Inep: O Ensino no Brasil no quinquênio 1936-1940. Publicação, 1942

71. Alunas do Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Salvador - BA. Fotografia



Construção de Escolas 1946



“ O plano organizado e posto em execução pelo Inep, desde 1946, para ampliar e melhorar a rede escolar primária, não fugiu à realidade brasileira nem inspirou-se em figurino estrangeiro; considerou o Brasil em seus recursos disponíveis e necessidades Educacionais. ”

Murilo Braga

72. Representantes do Ministério da Educação e de um governo estadual firmam acordo, acompanhados por Murilo Braga (em pé, à esquerda).
Fotografia

73. Fachadas de escolas construídas por meio do plano desenvolvido pelo Inep.
Fotomontagem

74 e 75. Antes e depois de reforma de escola rural, realizada por meio do plano do Inep.
Fotografias

76. Estimativa do número de escolas a serem construídas, em cada estado, durante o ano de 1950.
Publicação

77. Estudantes de ensino primário em meio às paisagens urbana e rural.
Fotomontagem

*As imagens 73 a 77, pertencem ao Boletim Novos Prédios Escolares para o Brasil, N. 40, de 1948.

A partir de 1946, com a chegada de Murilo Braga à diretoria do Inep, o instituto pôs em ação um plano para a construção de mais de 6.000 novos prédios escolares de ensino primário, nas zonas urbanas, rurais e de fronteira.

O empreendimento visava reduzir o enorme número de crianças em idade escolar não matriculadas na rede de ensino por meio da criação de escolas nos municípios mais necessitados, conforme levantamento realizado pelo instituto.

O Inep fixava as recomendações quanto às normas técnicas das escolas a serem construídas, que incluíam residência para os professores e pelo menos um hectare de terreno, no caso de escolas rurais.

A partir de acordos firmados entre o Ministério da Educação e representantes de cada um dos estados ou territórios beneficiados, os recursos eram transferidos em três parcelas através do Banco do Brasil, para que os trabalhos pudessem ser iniciados o mais rapidamente possível.

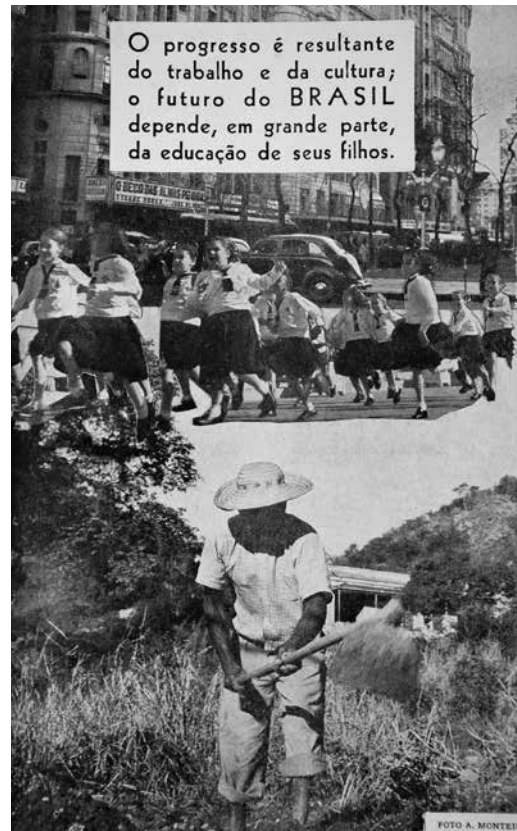
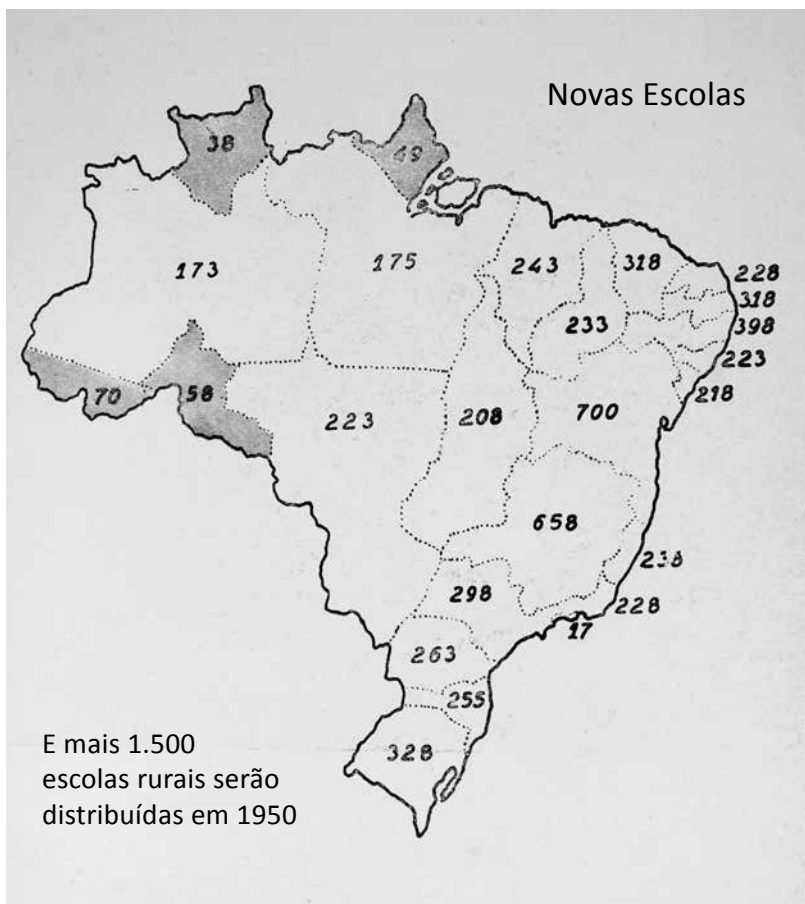
Em 1948, o Inep publicou o Boletim Novos Prédios Escolares para o Brasil, através do qual apresentou, um panorama da educação primária no país, os principais déficits e divulgou todas as iniciativas relacionadas à construção de edificações escolares que estavam em curso, à época, sob sua responsabilidade.



Antes



Depois





Fachado do Prédio



Aula de Ciências



Sala de Aula



Sala de Geografia

Relatório

*Apresentado pelas Irmãs de São José
ao Exmo. Sr. Dr. Brasil Pinheiro Machado
D.D. Interventor Federal
do E. Paraná*

*a fim de obter outorga de mandato
de
Ensino Normal de Ciclo*



Sala de Desenho



Sessão de Educação Física



Ciências Físicas e Naturais



Dormitório

OUTORGA 1946

A Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, permitia às instituições particulares de ensino receberem do Estado a outorga para o oferecimento de cursos de ensino normal, para a formação de professores.

Para tanto, as escolas que desejassem realizar a oferta de tais cursos deveriam submeter à avaliação do Inep informações sobre a escola, tais como: relação dos professores, descrição das instalações, fotografias e plantas dos prédios escolares e as taxas cobradas do alunado, entre outras.

Cabia ao Inep realizar a verificação das informações prestadas, bem como analisar a adequação das características escolares aos requisitos definidos na legislação.

78. Relatório para solicitação de outorga do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.
Curitiba - PR
Fotografias e documento, 1946

A black and white portrait of Murilo Braga de Carvalho, a man with a mustache, wearing a suit and tie. The portrait is partially visible on the left side of the page.

Murilo Braga de Carvalho

Murilo Braga de Carvalho nasceu em Luzilândia, no Piauí, em 08 de dezembro de 1912. Foi Diretor-Geral do Inep de 13 de fevereiro de 1946 a 28 de abril de 1952.

Ainda adolescente mudou-se para o Rio de Janeiro onde estudou no colégio Pedro II. Ingressou na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduando-se em Direito no ano de 1937.

Foi aprovado, em 1939, entre os quatro primeiros colocados, no concurso para provimento de cargos técnicos para o Ministério da Educação, tendo sido designado para atuar no Inep. Lourenço Filho, então diretor-geral do instituto, designou-o para chefiar a Seção de Seleção e Orientação Profissional.

Foi como funcionário de carreira do Ministério da Educação que, em 1946, em decorrência do processo de redemocratização do país, Murilo Braga de Carvalho substituiu Lourenço Filho e permaneceu à frente do Inep por seis anos.

Murilo Braga foi mantido no cargo por cinco ministros e dois presidentes, certamente por reflexo de sua competência e de seu amplo conhecimento, bem como da importância do Inep no âmbito da execução das políticas públicas para a educação brasileira, naquele momento em que todos os esforços estavam concentrados na reconstrução nacional.

Durante o mandato de Murilo Braga como Diretor-Geral do Inep, o governo federal pla-

nejava a interiorização da educação e o encarregou da missão de implantar escolas em todos os recantos do Brasil. Foi assim que, no ano de 1946, Murilo Braga elaborou o “Plano de Construção Escolar” e o Inep promoveu a construção de centenas de escolas na maioria dos estados brasileiros.

Ao longo dos anos 1940, o Instituto conduziu o Programa de Educação Rural, que tinha por objetivos promover uma maior qualificação da mão-de-obra no campo, conter o êxodo rural e combater os altos índices de analfabetismo, através da expansão do ensino primário nas áreas rurais. Para tanto, Murilo Braga firmou convênio com as unidades federadas que deveriam construir prédios escolares com financiamento federal, segundo modelos fornecidos pelo Inep, nos quais as escolas tinham uma única sala de aula e uma casa para a professora.

Homem de múltiplas atividades, concomitantemente a sua missão no Inep, foi Diretor do Serviço Social do Comércio - SESC, sendo responsável pela organização do Serviço Social Rural do Brasil.

Murilo Braga de Carvalho faleceu em 28 de abril de 1952, aos 39 anos de idade, vítima de um acidente aéreo com a aeronave Clipper President da empresa norte-americana Pan Am que o transportava para um compromisso de trabalho nos Estados Unidos da América.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Murilo Braga".



Os anos 1950: Anísio Teixeira e a refundação do Inep

Tanto quanto a década de 1930, os anos 1950 constituíram um verdadeiro divisor de águas na história do Inep.

Quando Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar, em 1945, não havia a figura de um vice-presidente e o governo do país foi assumido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que ocupou o cargo de outubro de 1945 a janeiro de 1946.

Em dezembro de 1945 foram realizadas eleições para a presidência da República, as quais foram vencidas pelo General Eurico Gaspar Dutra, que permaneceu no cargo até 1951, quando, em eleições democráticas, Getúlio Vargas foi novamente eleito presidente do Brasil.

Durante o governo Dutra, de 1945 a 1951, quatro ministros se sucederam à frente do Ministério da Educação e da Saúde. Lourenço Filho, integrante do governo Vargas, ainda permaneceu como diretor-geral do Inep

até fevereiro de 1946, quando foi substituído por Murilo Braga, em decorrência da queda do Estado Novo. Indicado pelo novo presidente da República, Murilo Braga permaneceu na Direção-Geral do instituto até seu falecimento, devido a um acidente aéreo em abril de 1952, já no âmbito do segundo governo Vargas.

Foi assim que, em 03 de junho de 1952, Anísio Teixeira tornou-se o terceiro diretor-geral do Inep, iniciando um verdadeiro trabalho de refundação do instituto, o qual alcançou, nesse período, grande autonomia, tornando-se um extraordinário órgão de campanhas educacionais transformadoras do quadro educacional do país inteiro, como a Campanha de Erradicação do Analfabetismo, a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar e a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino.

Os anos 1950 foram marcados por momentos relevantes no plano político: o suicídio de Vargas, em agosto de 1954; o pedido de licença por motivos de saúde de seu sucessor, Café Filho, em novembro de 1955; o go-

79. Murilo Braga de Carvalho, diretor do Inep de 1946 a 1952. Fotografia

80. Anísio Teixeira (ao centro), então diretor do Inep, durante a segunda reunião consultiva do CBPE. Rio de Janeiro - RJ Fotografia, 1958

81. "Internos da divisão de menores" do Ginásio Arquidiocesano Anchieta. Silvânia- GO Fotografia, 1945

82. "Escola Mista Rural Municipal- Fazenda Serradinho". Inhumas- GO Fotografia, 1940

verno de apenas três dias de Carlos Luz, que foi afastado da presidência pelo Movimento Militar de 11 de novembro de 1955; pelo governo de dois meses de Nereu Ramos; e pela eleição democrática de Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956.

Nesse mesmo ano de 1956, o Serviço de Estatística da Educação e Saúde, criado por Getúlio Vargas em 1937, passou a denominar-se Serviço de Estatística da Educação e Cultura, o SEEC.

A política desenvolvimentista baseada na industrialização do país continuou a ser impulsionada pelo governo federal em todo esse período de 10 anos, quando houve um forte desenvolvimento do parque industrial brasileiro, na continuação do que fora articulado pelo movimento estadonovista dos anos 1930.

Por outro lado, tais propostas continuaram a influenciar a agenda do Ministério da Educa-

ção e Saúde, notadamente no que se refere à universalização da escola pública, laica e gratuita, sempre sob fortes críticas dos defensores do ensino privado e religioso. Por sua vez, o movimento modernista avançava nessa mesma via, propondo uma reinvenção do conceito de brasilidade a partir de nossas expressões artísticas.

Ao longo de toda essa década, a atuação do Inep foi intensa, seja por seu pioneirismo em pesquisa educacional, seja pela assessoria direta ao ministro da Educação na elaboração de planos e pareceres que tornassem viáveis as políticas públicas traçadas pelo governo federal, especialmente as que diziam respeito ao esforço de combate ao analfabetismo, à construção de escolas e ao apoio à expansão do ensino primário. De fato, desde a criação da Comissão Nacional do Ensino Primário, em 1938, o Inep trabalhava em estreita colaboração com a mesma,





“ O verdadeiro papel da escola primária é o de adaptar os futuros cidadãos, material e moralmente, às necessidades sociais presentes. ”

Lourenço Filho

procedendo a levantamentos diversos para subsidiar ações ministeriais, o que foi intensificado a partir de 1952, quando o instituto, já com 15 anos de funcionamento, passou a ser dirigido por Anísio Teixeira. A partir daquele momento, o instituto, na continuação do cumprimento de sua missão, tornou-se uma das poucas instituições federais com ramificações país a fora, mediante a criação, em 1955, dos Centros Brasileiros de Estudos Pedagógicos (CBPE). Além disso, o instituto já atuava na maioria dos estados na construção de escolas em meios rurais, em fronteiras e em áreas de colonização estrangeira, bem como em programas de alfabetização de jovens e adultos.

Muito do que aconteceu nessa década está relacionado à Guerra Fria. O mundo sentia ainda o impacto de uma guerra, o clima de

CAPES 1952

Anísio Teixeira assumiu o Inep em 1952, após ter sido chamado, no ano anterior, pelo então Ministro da Educação Ernesto Simões Filho, para organizar a CAPES – inicialmente, Campanha de Aperfeiçoamento de Nível Superior, atual Fundação – responsável pela institucionalização da Pós-Graduação no país, e que teve, num primeiro momento, o próprio Inep como seu órgão executivo.





estabilidade e paz ainda era frágil e todos temiam um novo conflito. Nos bastidores da política e da diplomacia mundiais, os países líderes dos dois blocos buscavam aliados por meio de acordos de cooperação, concessão de empréstimos, oferecimento de auxílios internos diversos, ocupação ideológica, dependência econômica e influência cultural. O

Brasil, como aliado dos Estados Unidos, teve os laços com aquele país muito reforçados.

Os Estados Unidos, temendo uma aproximação entre a América do Sul e a União Soviética, passaram a financiar pesquisas e projetos em vários países da região, dentre os quais o Brasil. No caso do Inep, essa presença já

Campanhas Nacionais

1952



Assim que assumiu a direção-geral do Inep, em 1952, Anísio Teixeira (na foto, entre Gilberto Freyre e Jorge Amado) buscou mobilizar os estados da federação em torno de duas campanhas nacionais: "Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar" (Cileme) e a "Campanha do Livro Didático e Material de Ensino" (Caldeme)



83. Estúdio de gravação da TV Tupi. São Paulo- SP
Fotografia, década de 1950

84. Réplica de televisão característica da década de 1950. Fotografia, 2015

85. Anísio Teixeira entre Gilberto Freyre e Jorge Amado
Fotografia, 1961

86. Alunos do I Curso Interamericano de Comunicação Audiovisual do CRPE-SP realizando um programa de TV, na área de Televisão Educativa. São Paulo- SP
Fotografia

87. A TV passa a ocupar lugar privilegiado no espaço doméstico. São Paulo- SP
Fotografia, 1950

era bastante forte, desde 1943, materializada na metodologia norte-americana de alfabetização adotada por Lourenço Filho – o Método Laubach – e, em 1956, na criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), decorrente de recomendação feita a Anísio Teixeira pelo antropólogo Charles Wagley, que vislumbrou a criação de uma instituição de estudos educacionais de caráter permanente.

Se os anos 1940 foram a “Era do Rádio”, os anos 1950 foram a “Era da Televisão”. Em setembro de 1950, Assis Chateaubriand fundou o primeiro canal de televisão no país, a TV Tupi, em São Paulo. Era a primeira emissora de TV da América Latina e a quarta do mundo. Para a inauguração foram importados 200 aparelhos de televisão e, até o fim daquele ano, o país já tinha mil televisores. Hoje, são cerca de 70 milhões. Artistas brasileiros como Hebe Camargo, Lima Duarte, Luiz Gonzaga e Emilinha Borba vivenciaram esses primórdios da TV no Brasil em um momento em que o Inep teve uma evolução tão grande quanto a da própria socie-

dade brasileira, que avançou de um modo de produção essencialmente agrícola para a vanguarda das então novas tecnologias de informação e comunicação e para um intenso processo de industrialização.

Desde sua fundação, no final dos anos 1930, até 1964, o Inep teve apenas três diretores: Lourenço Filho (1938-1945), Murilo Braga (1945-1952) e Anísio Tei-



xeira (1952-1964). Nessa linha do tempo, Lourenço Filho atuou, principalmente, na fundação e configuração do instituto como um dispositivo de inquéritos e pesquisas educacionais, a fim de subsidiar a elaboração de políticas públicas e de respaldar ações governamentais. Mudando um pouco esse rumo, Murilo Braga orientou os trabalhos do instituto para a administração dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, que foram aplicados, sobretudo, na construção de escolas e em ações de formação de professores. Por sua vez, ao longo da década de 1950, Anísio Teixeira retomou com vigor a vocação inicial do Inep, sem deixar de integrar a segunda vocação, refundando-o e fazendo dele um organismo único na história da educação da América Latina.

Os chamados Anos Dourados avançaram ao som tranquilo da Bossa Nova, com o surgimento musical de Tom Jobim, Vinicius de Moraes e João Gilberto. Em outubro de 1955, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente do Brasil e continuou apostando em Anísio Teixeira, mantendo-o à frente do Inep para respaldar, no campo crucial e estratégico da educação, seu Plano de Metas, que prometia fazer o Brasil avançar 50 anos em cinco. E foi justamente no final dos anos 1950, no contexto desenvolvimentista e vanguardista de JK, que registramos um dos mais importantes eventos de nossa história: a construção de Brasília, a nova capital da República, no Planalto Central, a maior cidade do mundo construída no século XX.

88. Concentração de diversos alunos do curso primário por ocasião da Semana da Criança. Campos- RJ Fotografia, 1950

89. Anísio Teixeira, diretor do Inep de 1952 a 1964. Fotografia



Anísio Spínola Teixeira

Celebrado como o maior dos educadores brasileiros, Anísio Teixeira nasceu em Caetité, no sertão baiano, no dia 12 de julho de 1900.

Foi Diretor-Geral do Inep de 1952 a 1964 e desempenhou papel fundamental em sua consolidação como instituto de pesquisas educacionais de primeira importância no subsídio a políticas públicas de educação.

Bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro, iniciou seu percurso na educação no ano de 1924, quando foi nomeado Inspetor Geral de Ensino do Estado da Bahia, cargo equivalente ao de Secretário da Educação, com apenas 23 anos. A partir daí, teve uma trajetória memorável na história da educação brasileira, influenciando gerações.

Após ter implementado várias reformas educacionais em seu estado natal, privilegiando a formação de professores, demitiu-se e ingressou na Universidade de Colúmbia, em Nova York. Ali, realizou estudos de mestrado e foi aluno de John Dewey, filósofo que foi preponderante em seu pensamento e ação. De volta ao Brasil, instalou-se no Rio de Janeiro, em 1931, onde foi Diretor da Instrução Pública e em seguida Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal. Nesse período, conduziu importantes reformas educacionais que o projetaram nacionalmente, como a integração da “Rede Municipal de Educação”, do fundamental à universidade, e a criação da Universidade do Distrito Federal.

Foi signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e teve participação ativa na Associação Brasileira de Educação.

Em 1935, perseguido pelo governo de Getúlio Vargas, retornou à Bahia, onde permaneceu por dez anos. Em 1946, assumiu o cargo de conselheiro de ensino superior da UNESCO.

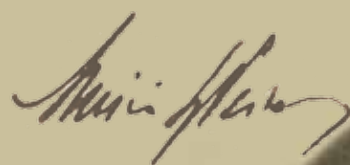
Logo no ano seguinte, voltou a ser indicado como Secretário de Educação da Bahia, oportunidade em que criou sua primeira escola parque, o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, uma experiência inovadora de educação integral. Em 1952, regressou ao Rio de Janeiro para ser Secretário Geral da Capes (na época, Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Em seguida, em decorrência da morte prematura de Muriilo Braga, em um acidente aéreo, foi indicado para assumir a Direção-Geral do Inep.

Foi eleito por duas vezes presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Em 1957, foi professor da cadeira de Administração Escolar na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Nesse mesmo ano, elaborou o plano de sistema escolar de Brasília.

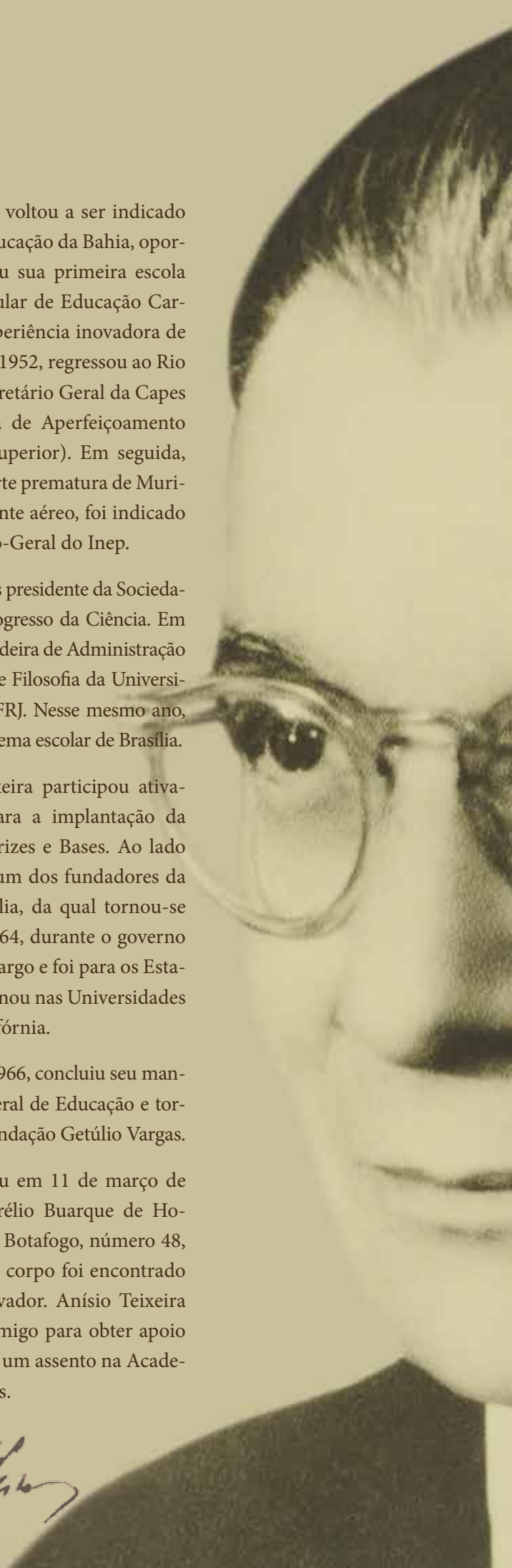
Em 1961, Anísio Teixeira participou ativamente dos debates para a implantação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases. Ao lado de Darcy Ribeiro, foi um dos fundadores da Universidade de Brasília, da qual tornou-se reitor em 1963. Em 1964, durante o governo militar, afastou-se do cargo e foi para os Estados Unidos, onde lecionou nas Universidades de Colúmbia e da Califórnia.

De volta ao Brasil em 1966, concluiu seu mandato no Conselho Federal de Educação e tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas.

Anísio Teixeira morreu em 11 de março de 1971, após visitar Aurélio Buarque de Holanda, na Rua Praia de Botafogo, número 48, no Rio de Janeiro. Seu corpo foi encontrado caído no fosso do elevador. Anísio Teixeira havia ido visitar seu amigo para obter apoio para sua candidatura a um assento na Academia Brasileira de Letras.



Anísio Spínola





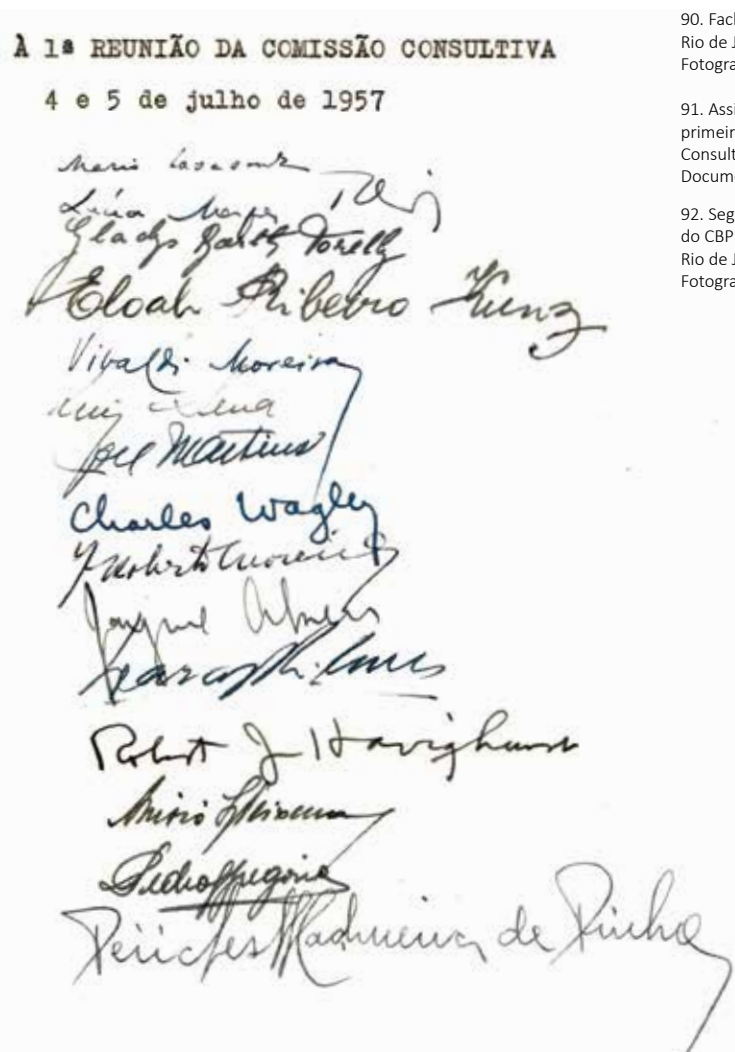
CENTRO BRASILEIRO DE

Em 28 de dezembro de 1955, antes da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira como presidente da República, Anísio Teixeira encaminhou a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), no Rio de Janeiro, ao qual estavam vinculados cinco centros regionais estrategicamente localizados em Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Recife, dando forma a uma rede articulada com universidades públicas e secretarias de educação.

Durante toda sua existência, o CBPE esteve relacionado a acontecimentos importantes da política educacional brasileira, como a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Congresso Nacional, a organização da Campanha em Defesa da Escola Pública, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e a criação da Universidade de Brasília, dentre outros.

O CBPE, juntamente com o Centro de Documentação Pedagógica, também idealizado por Anísio Teixeira, recolocou o Inep na primeira pauta do Ministério da Educação e das decisões nacionais nesse campo, o que levou o instituto a voltar a ser considerado, à época, um ministério dentro do ministério, como nos tempos de Lourenço Filho.

É importante evidenciar que o CBPE foi o ambiente de aproximação entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Este último foi convidado por Anísio Teixeira para dirigir a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do CBPE, no Rio de Janeiro, logo após ter proferido, no auditório do centro, uma palestra sobre indígenas do Maranhão, dando início a uma das mais profícuas parcerias intelectuais de nossa história.



90. Fachada lateral do CBPE. Rio de Janeiro- RJ Fotografia

91. Assinaturas dos membros da primeira reunião da Comissão Consultiva do CBPE. Documento, 1957

92. Segunda reunião consultiva do CBPE. Rio de Janeiro, RJ Fotografia, 1958



PESQUISA EDUCACIONAL 1955

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, além de ser a materialização de um projeto revolucionário em si mesmo, possibilitou a reunião, em torno daquele ousado projeto de Anísio Teixeira, de intelectuais de diversas vertentes, que foram convidados a dirigir os centros regionais.

O sociólogo Fernando de Azevedo, um dos redatores do Manifesto da Escola Nova, foi para o CRPE de São Paulo; o também sociólogo Gilberto Freyre, o intelectual mais premiado da história do país, para o CRPE de Pernambuco; primeiramente o educador Mário Casasanta, um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da educação nova, e logo depois o educador, filólogo e Ministro da Educação no governo de Nereu Ramos, Abgar Renault, para o CRPE de Minas Gerais; a pedagoga gaúcha Eloah Ribeiro Kunz, para o CRPE do Rio Grande do Sul; e a psicóloga Carmem Spínola Teixeira, irmã de Anísio Teixeira e diretora da Escola Parque de Salvador para o CRPE da Bahia.

O CRPE da Bahia era estratégico para Anísio Teixeira posto que a ele estava ligada esta experiência inovadora no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, vislumbrada como a escola modelo capaz de subverter o modelo educacional brasileiro. E o próprio Anísio Teixeira dirigia o CBPE central, no Rio de Janeiro, função que ele acumulava com a Direção-Geral do Inep.

O trabalho do CBPE foi descontinuado em 1964. As estruturas tanto na capital do país quanto nos cinco estados que compunham sua rede foram sendo fechadas. O CBPE deixou um significativo legado, especialmente sob a forma de publicações para o entendimento do quadro educacional brasileiro.



93. Biblioteca.
Fotografia

94. Bolsistas do Inep vindas dos Estados Unidos em curso oferecido pelo CRPE-RS. Uruguaiana- RS
Fotografia, 1957

95. Edifício onde funcionava a administração dos serviços técnicos do CRPE-MG. Belo Horizonte- MG
Fotografia

96. Biblioteca do CRPE de Recife. Recife- PE
Fotografia, 1960

97. Primeiro contato com o a área de cinema educativo, em curso do CRPE-SP
São Paulo- SP
Fotografia, 1958

CENTROS REGIONAIS DE



PESQUISA EDUCACIONAL 1955

Audiovisual

década
1960



**SEJA SIMPLES
SEJA BREVE**

A small illustration of a teacher in a white shirt pointing at a chalkboard. Two students are sitting at desks in the foreground, looking towards the board.

**ESTIMULE A PARTICIPAÇÃO
DOS ALUNOS**

A small illustration of a teacher in a white shirt pointing at a chalkboard. The board shows a cube, a circle, and a cone. A student is standing in the foreground, looking at the board.

**ESCREVA COM LETRA
LEGÍVEL**

Prefira
letra de forma
manuscrita

A small illustration of a teacher in a white shirt pointing at a chalkboard. The board has the text 'Prefira letra de forma manuscrita' written on it. A student is standing in the foreground, looking at the board.

APAGUE O DESNECESSÁRIO

A small illustration of a teacher in a white shirt pointing at a chalkboard. The board has a diagram of a triangle with a line through it. A student is standing in the foreground, looking at the board.

COORDENE OS MOVIMENTOS

A small illustration of a teacher in a white shirt pointing at a chalkboard. The board has a line graph with three peaks. A student is standing in the foreground, looking at the board.

**PLANEJE A DISTRIBUIÇÃO
DOS ELEMENTOS**

A small illustration of a teacher in a white shirt pointing at a chalkboard. The board has a drawing of a landscape with a sun, trees, and a path. A student is standing in the foreground, looking at the board.

Desde a década de 1960, o Inep foi partícipe, junto aos CRPEs, em diversas ações relativas ao uso de recursos audiovisuais na área da educação. Tais ações compreendiam desde o emprego dos chamados recursos audiovisuais de baixo custo (os quais tratavam de imagens impressas, letreiros, cartazes e o próprio quadro negro) até o cinema educativo (exibição de filmes com propósitos educativos), passando por programas em jornais, rádio e televisão.

Dentre os primeiros trabalhos na área do ensino pelo rádio e pela televisão estão os da pioneira Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM) – o antigo Serviço de Rádio e Televisão Educativa (SERTE) – no início da década de 1960, no Rio Grande do Sul (órgão que depois se disseminou por outros estados).

O Inep e os Centros Regionais de Pesquisa Educacional atuaram na realização de estudos e pesquisas, além de ações formativas para professores e supervisores, encontros, seminários e Projeto experimentais em rádio

e televisão educativa. São alguns exemplos:

- O Curso de Treinamento para Professores do CRPE de São Paulo em 1962;
- O Curso de Comunicação e Recursos Audiovisuais, no estado do Espírito Santo em 1963;
- A instalação de um sistema de televisão educativa em circuito fechado na Cidade Universitária em São Paulo, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação Ford, entre 1963 e 1965;
- Cursos de Recursos Audiovisuais de Baixo Custo ministrados pelo CRPE do Rio Grande do Sul aos alunos dos cursos de formação de professores supervisores (1967), de formação de supervisores rurais (1968) e para professores de ensino médio (1971);
- O I Encontro Paranaense de Televisão Educativa para Professores do Ensino Médio em 1970;
- O Seminário de Entidades de Teleducação, pelo Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) em 1973;
- O I Curso Intramericano de Comunicação Audiovisual, pelo CRPE de São Paulo.

98. Professor da Guatemala aprendendo técnicas de impressão em curso oferecido pelo CRPE-SP. São Paulo- SP Fotografia

99. Professores de San Salvador e de São Paulo executando trabalho em serigrafia em curso oferecido pelo CRPE-SP. São Paulo- SP Fotografia

100. Sala de equipamentos audiovisuais no I Encontro Paranaense de Televisão Educativa. Curitiba- PR Fotografia, 1970

101. Curso de Recursos Audiovisuais pelo Centro Audiovisual de Vitória- CAV. Vitória- ES Fotografia, 1963

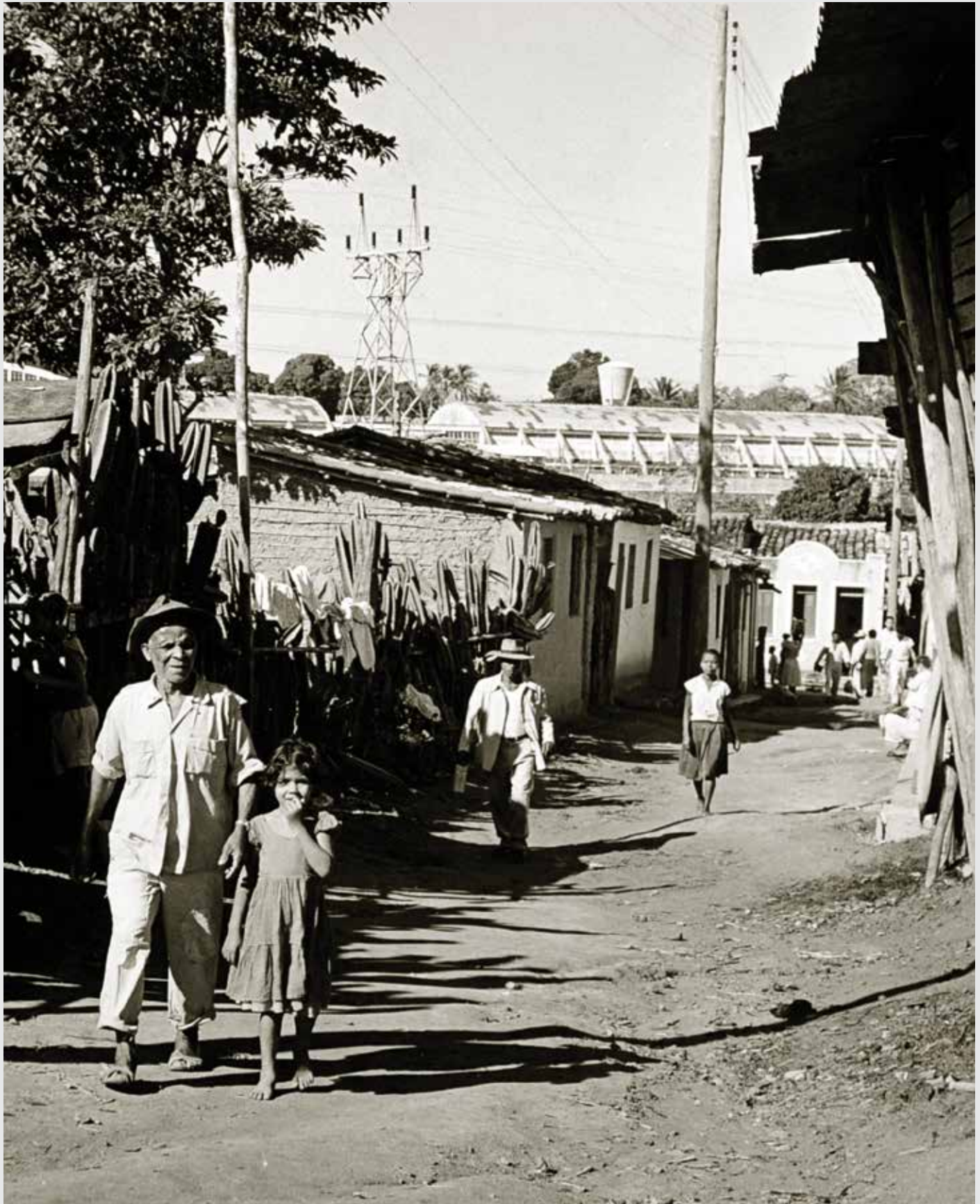
102. Orientações ao professor no uso do quadro negro. Material didático usado nas escolas da Guanabara e Espírito Santo. Cartões, 1961

103. Equipamentos de audiovisual. Capa do boletim da FEPLAM. Porto Alegre- RS Publicação



1955

Centro Educacional Carneiro Ribeiro



O Centro Educacional Carneiro Ribeiro - CECR, localizado em Salvador e ligado ao CBPE da Bahia, foi a concretização de uma das mais bem sucedidas experiências de educação integral feita no Brasil, segundo os princípios pedagógicos de seu idealizador, Anísio Teixeira: profissionalizante e voltada às populações mais carentes.

Dentre seus objetivos, o centro buscava dar aos alunos a oportunidade de maior integração na comunidade escolar, torná-los conscientes de seus direitos e deveres, preparando-os para atuar como cidadãos e líderes, agentes do progresso social e econômico, além de desenvolver neles a autonomia, a iniciativa, a responsabilidade, a cooperação, a honestidade, o respeito a si mesmo e aos outros.

O projeto arquitetônico ficou sob a responsabilidade de Diógenes Rebouças e Hélio Duarte. O plano de funcionamento apresentado considerava um conjunto de onze prédios nos quais viria funcionar a mais completa demonstração de educação integral, em nível primário, da América Latina. Do projeto de construção, em linhas gerais, constavam quatro Escolas-classe de nível primário para mil alunos cada, com funcionamento em dois turnos e uma Escola-parque, com sete pavilhões, destinados às chamadas práticas educativas, onde os mesmos alunos completavam sua educação, em horário diverso, de maneira a oferecer àqueles aprendizes o dia completo de permanência em ambiente educativo.

Foi uma experiência inédita de educação realizada sem auxílio ou assistência técnica estrangeira de qualquer espécie. Segundo Anísio Teixeira, tudo foi feito com “prata da casa”. O corpo docente era constituído de professores baianos, alguns com aperfeiçoamento nos cursos do Inep, além de artistas e artesãos qualificados da própria cidade.



103. O CECR (ao fundo), localizado nos bairros da Liberdade, Caixa D'água, Pero Vaz e Pau Miúdo. Salvador- BA Fotografia, 1946

104. Alunos e professores em atividades na escola parque do CECR. Salvador- BA Fotografia, 1946

105. Anísio Teixeira e maquete do Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Salvador- BA Fotografia, 1946

106. Aluno com uniforme da escola parque do CECR. Salvador- BA Fotografia, 1946



A eleição de Juscelino Kubitschek e o novo foco do Inep: Brasília, a capital federal

Juscelino Kubitschek foi eleito presidente do Brasil em 03 de outubro de 1954, com 36% dos votos válidos. Nessa eleição, pela primeira vez no Brasil, utilizou-se a cédula eleitoral oficial confeccionada pela Justiça Eleitoral. Até então, e de forma inconcebível para os dias atuais, os próprios partidos políticos confeccionavam e distribuíam as cédulas. Durante seu mandato, que fecha a década de 1950 e se estende até 1961, a educação não esteve no centro das políticas públicas, concentradas na obtenção de resultados a curtíssimo prazo, única forma de se conseguir os tais 50 anos em 5. Contraditoriamente, o Plano de Metas de Kubitschek estava alicerçado em energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação.

Para insatisfação e desacordo de Anísio Teixeira, apenas 3,4% das verbas do Plano de Metas de JK foram inicialmente previstas para a educação, em contraste com os 93% de recursos destinados a energia, transportes e indústrias de base. Juscelino Kubitschek teve um único ministro da Educação, Clóvis Salgado, que manteve a estrutura do Inep herdada do governo anterior. Além da construção e inauguração de Brasília, o governo JK passou à história como aquele que criou a Universidade de Brasília, instituição proposta por Darcy Ribeiro, seu primeiro reitor, por indicação de Anísio Teixeira, seu idealizador e segundo reitor.

No final dos anos 1950, o debate parlamentar em torno de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional opunha os educadores comprometidos com os ideais da Escola Nova, fortalecidos pela presença ativa e militante de Darcy Ribeiro, e os defensores da

rede privada de ensino, que achavam que as famílias deviam ser livres para escolher que tipo de ensino queriam para seus filhos, e que tinham no deputado Carlos Lacerda seu principal porta-voz. Naqueles anos de árdua luta pela escola pública, Anísio Teixeira acabou sendo perseguido pelos bispos católicos, que em 1958 lançaram um memorial acusando-o de extremista e solicitando ao governo federal sua demissão da Capes e do Inep. Esse episódio gerou um pedido de demissão formal por parte de Anísio Teixeira e um protesto por parte de 529 educadores, cientistas e professores de todo o país que, num abaixo-assinado, solidarizaram-se com o diretor-geral do instituto, evitando sua demissão, o que tampouco interessava ao presidente JK, que com ele articulava o sistema de educação da nova capital federal.

O projeto de construção de uma nova capital, com um sistema educativo inteiro a ser pensado e montado, consistia em uma oportunidade extraordinária para que Anísio Teixeira implantasse, em escala ampla, seu projeto de educação integral, nascido do “Manifesto dos Pioneiros” de 1932, que há anos vinha sendo testado nas escolas experimentais do Inep: a Escola Parque de Salvador, na Bahia, e a Escola Guatemala, no Rio de Janeiro.

Em 1957, o presidente Kubitschek solicitou ao Inep a elaboração de um plano educacional para a nova capital do país, cujo ponto de partida foi o Grupo Escolar 1, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer na atual Candangolândia (DF), que mais tarde viria se chamar Escola Júlia Kubitschek, em homenagem à

107. Juscelino Kubitschek em sua primeira viagem ao local onde seria construída Brasília. Fotografia, 1956

108. Os “candangos” - como eram chamados os trabalhadores que construíram Brasília - na construção do Congresso Nacional. Brasília- DF Fotografia, 1960





mãe de JK. Aquela primeira escola pública de Brasília, construída e inaugurada em 1957, foi a manifestação inaugural da atuação do Inep na nova capital.

Assim sendo, embora o Inep só tenha sido transferido definitivamente da sede do Ministério da Educação no Rio de Janeiro para a sede do Ministério da Educação em Brasília na década de 1970, sua presença no Planalto Central, integrando a força-tarefa de construção da nova capital federal, é das mais precoces e importantes. Bastante empolgado com o extraordinário laboratório que fora oferecido ao Inep, Anísio Teixeira se envolveu com aquele que viria a ser o maior canteiro de obras do mundo no século XX.

A visão de Juscelino Kubitschek para a nova capital não se concentrava apenas na arquitetura e no urbanismo arrojados. A modernidade que Brasília deveria representar perpassava também o campo da educação. Assim, já em 1956, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), diretamente subordinada ao presidente da República, providenciou a criação do Departamento de Educação e Difusão Cultural, cuja finalidade era promover atividades

educacionais, em caráter emergencial, até a implantação definitiva do sistema educacional do Distrito Federal. Para avançar em sua missão, o departamento buscou assessoramento técnico junto ao diretor-geral do Inep e, ao mesmo tempo, presidente da Capes, Anísio Teixeira, tendo em vista a repercussão nacional das escolas experimentais do instituto, bem como as propostas escolanovistas, aclamadas por grande número de intelectuais da época, incluindo Lucio Costa, o “inventor” de Brasília, e Oscar Niemeyer, o arquiteto dos principais e monumentais prédios públicos da nova capital.

O Inep tornou-se assim, na figura de seu diretor-geral e de uma pequena equipe de funcionários, partícipe da construção de Brasília. Em 1959, foi instituída, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), tendo Anísio Teixeira como membro da Comissão Deliberativa. Responsabilizando-se pela elaboração do referido plano, o diretor-geral do Inep deu origem ao documento intitulado “Plano de Construções Escolares de Brasília”, que veio a público em 1961, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

109. A primeira escola pública de Brasília foi construída na Candangolândia e nomeada em homenagem à professora Júlia Kubitschek, mãe de Juscelino. Brasília- DF
Fotografia, década de 1950

110. Maquete das superquadras de Brasília, apresentada em Exposição no Rio de Janeiro- RJ. Fotografia, década de 1950

111. O plano idealizado por Lucio Costa contemplava a existência de jardim de infância, escola-classe e escola-parque nas unidades de vizinhança, compostas por quatro superquadras. Brasília- DF
Publicação, 1960

1959

Plano de Construções Escolares de Brasília

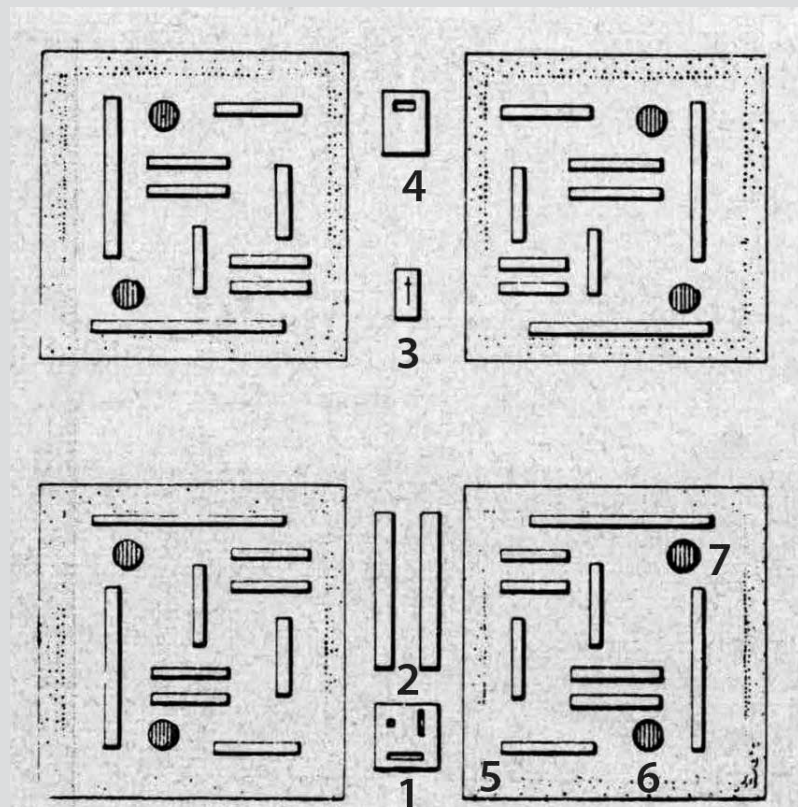
A Escola Parque 308 Sul, construída em 1958, integra a unidade de vizinhança modelo para as demais unidades durante a construção de Brasília, conforme plano urbanístico concebido pelo arquiteto Lucio Costa. As concepções do educador Anísio Teixeira para o ensino, a Educação nova, e a arquitetura escolar desenvolvida para Brasília na década de 1950 estão intrinsecamente ligadas, de modo que a segunda materializa a primeira no espaço de convivência da unidade de vizinhança.

A escola parque projetada pelo arquiteto modernista José de Souza Reis, contemporâneo de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, é um exemplar da arquitetura moderna fundamentada nos princípios propostos por Le Corbusier e influenciada pela releitura do movimento no Brasil.

O edifício é constituído por três blocos: o principal, o auditório e as oficinas, além de piscinas e quadras de esporte.

No bloco principal há características do movimento moderno brasileiro como a planta livre, a integração interior/externo, as janelas em fita, a estrutura independente em concreto armado e o uso de pilotis.

Tombada em 04 de agosto de 2004, a escola desempenha ainda hoje suas funções educacionais. Embora o edifício tenha sofrido pequenas alterações, nunca perdeu sua função original. No entanto, com a obrigatoriedade imposta pelo Decreto nº 5.296/2004 quanto à adaptação para a acessibilidade e intervenções em edificações públicas, colocam-se em evidência os riscos a valores que conferem ao patrimônio integridade e autenticidade.



1. Cinema
2. Lojas
3. Igreja
4. Escola-Parque
5. Área aborizada
6. Escola-Classe
7. Jardim de Infância



112, 113 e 114. Alunos e professores em atividades na Escola Parque das superquadras 307/308 Sul. Brasília- DF. Fotografia, 1960

115. Escola Parque das superquadras 307/308 Sul. Brasília- DF. Fotografia, 1960

O Plano de Construções Escolares então elaborado e o plano de ensino a ele subjacente previram um sistema educacional composto pelas seguintes instituições escolares:

a) Centros de Educação Elementar, constituídos por um Jardim de Infância para a alfabetização das crianças, quatro Escolas Classe para aprendizagem de disciplinas básicas estabelecidas pelos parâmetros educacionais então vigentes e uma Escola Parque para aprendizagem de atividades desportivas, culturais, sociais e artísticas, que contava tam-

bém com oficinas voltadas para práticas de trabalho. O ensino-aprendizagem proposto no âmbito dos Centros de Educação Elementar deveriam ser desenvolvidos por meio da integração e articulação entre as escolas, formando uma rede educativa no interior da Unidade Vizinhança. Assim, os estudantes do ensino primário deveriam frequentar tanto a Escola Classe como a Escola Parque, em períodos alternados, escolhidos nos turnos matutino ou vespertino, perfazendo uma jornada escolar de oito horas/aulas diárias;

b) Centros de Educação Média, constituídos por uma Escola Secundária Compreensiva e um Parque de Educação Média, os quais deveriam prover a educação secundária aos jovens de 11 a 18 anos. Tais Centros deveriam ser construídos na proporção de um para cada grupo populacional de 45.000 habitantes, com capacidade para abrigar de 2.700 a 3.500 alunos. Cada Centro de Educação Média compreenderia um conjunto de edifícios destinados a cursos acadêmicos, cursos técnicos, cursos científicos, um Centro de Educação Física contendo quadras cobertas, piscina coberta, campos de futebol, pista de atletismo, quadras de vôlei e basquete, quadras de tênis etc., um Centro Cultural, com auditório (teatro, cinema, exposições, clube dos alunos etc.), biblioteca e museu, administração e restaurante; e

c) Universidade, cuja estrutura operacional deveria girar em torno de um sistema triplo constituído por institutos centrais, faculdades profissionais e órgãos complementares

tais como a Biblioteca Central, a Rádio Universidade, a Editora, a aula magna, os museus e as Casas da Língua e da Cultura das principais nações.

Esse Plano Educacional seria aplicado da mesma forma em toda a área do Distrito Federal (Plano Piloto, penínsulas e cidades-satélites), com exceção da universidade que, sendo apenas uma, seria localizada na área central da cidade, isto é, no Plano Piloto.

O período da construção de Brasília e de sua designação como nova capital federal manteve o Inep no protagonismo de ações importantes no campo da educação, tanto enquanto órgão de primeira grandeza do Ministério da Educação quanto na figura de seu diretor-geral Anísio Teixeira. Dentre essas ações estava a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em debate durante 13 anos, desde 1948 – quando o anteprojeto da lei foi elaborado por uma comissão de educadores presidida





116. Juscelino Kubitschek passa a faixa presidencial a Jânio Quadros (ao centro), tendo ao seu lado o vice João Goulart. Brasília - DF Fotografia, 1961

117. O presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco por ocasião da I Conferência Nacional da Educação - CNE do período do governo militar. Brasília- DF Fotografia, 1965

118. Painel sobre o 1º Censo Escolar do Brasil, realizado em 1964 e apresentado na I CNE do ano seguinte. Brasília- DF Fotografia, 1965

por Lourenço Filho, então diretor do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação e Saúde – até 1961, quando de sua aprovação, arduamente defendida por Anísio Teixeira. O ensino religioso facultativo nas escolas públicas foi um dos pontos de maior disputa para a aprovação da lei, que tinha como pano de fundo a separação entre o Estado e a Igreja. Também era o momento da elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação, cujo planejamento foi confiado pelo presidente Juscelino Kubitschek ao celebrado diretor-geral do Inep, o qual tramitou no Congresso Nacional por quatro anos.

Juscelino Kubitschek foi sucedido na Presidência da República por Jânio Quadros que, surpreendendo a todos, renunciou ao cargo em agosto de 1961, com apenas sete meses de mandato. Seu vice, João Goulart, que se encontrava em missão diplomática na China, tinha um passado que causava incômodo aos grupos conservadores nacionais, o que criou certa resistência a sua ascensão a presidente da República. No entanto, seu cunhado, Leonel Brizola, mobilizou uma resistência, que contou com o apoio do III Exército, e Goulart

tomou posse, em Brasília, no dia 07 de setembro de 1961, após ter aceito a implantação do sistema parlamentarista, que reduzia o seu poder.

Em janeiro de 1963, por meio de um plebiscito, o parlamentarismo foi derrubado, demonstrando a opção do povo brasileiro pelo presidencialismo. Um clima de instabilidade política conduziu o país a uma situação que resultou no golpe de Estado de abril de 1964.

A partir de então, Anísio Teixeira foi afastado de seus cargos e mudou-se para os Estados Unidos, onde lecionou nas Universidades de Colúmbia e da Califórnia. De volta ao Brasil, em 1966, concluiu seu mandato no Conselho Federal de Educação e tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas.

Anísio Teixeira morreu em 11 de março de 1971. Seu corpo foi achado no poço do elevador do edifício onde residia seu amigo, Aurélio Buarque de Holanda, na Rua Praia de Botafogo, número 48, no Rio de Janeiro, a quem Anísio Teixeira havia ido visitar para obter apoio para candidatura a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras



Os anos 1960: O Inep durante o Governo Militar

Conforme aponta Maria Helena Guimarães de Castro, que viria a ser presidente do Inep no final da década de 1990, a obra de Anísio Teixeira não foi destruída pelo seu sucessor, Carlos Pasquale, contrariando certas expectativas, tendo em vista a implantação de um regime de exceção.

Pasquale era médico e educador, paulista, ex-secretário de Educação de São Paulo e antigo colaborador do Inep no Centro Regional de Pesquisas Educacionais daquele estado, do qual chegou a ser diretor-substituto. Ele teve sua gestão bastante caracterizada pela continuação dos trabalhos que vinham sendo realizados.

Tendo como pano de fundo a adoção do Ato Institucional nº 1 e em consonância com as novas orientações governamentais, o Inep passou a privilegiar o planejamento como meio estratégico para a formulação de políticas públicas educacionais e, sobretudo, para viabilizar sua execução.





INAUGURAÇÃO DA UnB

A nomeação de Anísio Teixeira, por Juscelino Kubistchek, para que organizasse o plano educacional de Brasília e participasse ativamente de todo o processo de construção, fez com que seu envolvimento se desse não só na idealização da Universidade, como também na concepção de toda a estrutura da educação da capital.

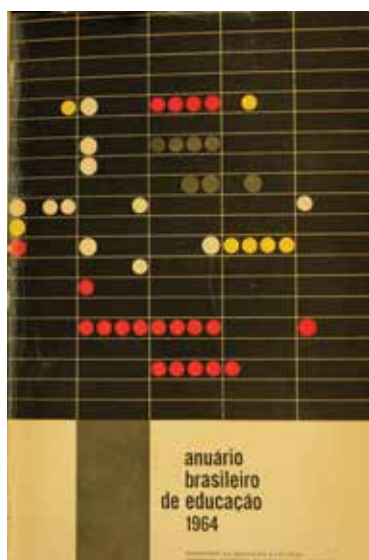
1962

Foi na gestão de Carlos Pasquale que se realizou o primeiro censo escolar do Brasil, apontado pelo próprio diretor-geral do instituto como um pilar para as necessidades de planejamento das ações do novo governo, visando à expansão da rede de escolas primárias em todo o país. Da mesma forma, em seu discurso de abertura da II Conferência Nacional de Educação, em 1966, publicado na revista do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, Pasquale enfatizou a continuação dos esforços do Inep no desenvolvimento do ensino primário e na execução do Plano Nacional de Educação.

O Plano de Assistência Técnica aos Estados, programa federal vinculado ao Inep, iniciado em 1963, foi continuado com bastante ênfase e Pasquale o associou a dois empreendimentos aos quais se propusera na Direção do Inep: a realização do Censo Escolar Nacional, iniciado em novembro de 1964, e a elaboração do Anuário Brasileiro de Educação, no mesmo ano.

É interessante observar que o Ato Institucional nº 1 foi redigido por Francisco Campos, um dos idealizadores da Revolução de 1930, cujas reformas, como primeiro ministro da Educação do país, visavam dar uma estrutura orgânica ao ensino público, em seus vários níveis, o que foi continuado por seus sucessores, incluindo Gustavo Capanema, e que desembocou, entre outras ações, na criação do próprio Inep.

Mantendo seu papel de grande relevância no Ministério da Educação, o Inep dos anos 1960 esteve bastante empenhado na implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, fruto de sua própria articulação sob a gestão de Anísio Teixeira. A retomada das Conferências Nacionais de Educação, por Carlos Pasquale, foi outro importante movimento do instituto nesse período, servindo de espaço



de discussão e deliberação acerca da implementação dos Planos Estaduais de Educação. Pasquale deu pleno prosseguimento a essa ação, na continuação do que fora planejado por seu antecessor e do que estava previsto em lei.

Avançando nessa mesma direção, o Inep promoveu, entre 1966 e 1967, uma série de Colóquios Regionais sobre a Organização dos Sistemas de Ensino Estaduais, tendo em vista que a LDB estabelecia a criação dos Conselhos Estaduais de Educação, o que demandava ampla reorganização do sistema educacional brasileiro.

Duas outras iniciativas do instituto, a partir de 1964, merecem destaque: a instituição do salário-educação e a publicação do Anuário Brasileiro de Educação, que pretendia acompanhar o movimento educacional brasileiro.

O salário-educação consistia em uma contribuição social das empresas destinada ao fi-

nanciamento de programas, projetos e ações voltados à educação básica pública. Permanece em vigor até os dias atuais, sendo gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, criado em 1968 para gerir o montante arrecado anualmente, bem como sua distribuição, sob a forma de quotas, às unidades federadas.

Já o Anuário Brasileiro de Educação foi vislumbrado por Carlos Pasquale como instrumento de intercâmbio de informações, ideias e experiências, além de fonte de inspiração e estímulo para estudos, recomendações e iniciativas, visando à reconstrução educacional do país, conforme os princípios da política traçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O mandato de Carlos Pasquale à frente do Inep durou cerca de dois anos, de maio de 1964 a julho de 1966, ou seja, durante todo o governo do presidente Castelo Branco e

119. Antônio Ferreira de Oliveira Brito, Ministro da Educação e Cultura, discursa na solenidade de inauguração da UnB. Brasília- DF Fotografia, 1962

120. Anuário Brasileiro da Educação de 1964, Vol. 1. Publicação, 1966

121. Passeata dos 100 mil na Cinelândia. Rio de Janeiro- RJ Fotografia, 1968



o primeiro ano do presidente Costa e Silva. Pasquale, então, deixou o cargo e indicou, para substituí-lo, aquele que o substituíra na Direção do Centro Regional de Estudos Pedagógicos de São Paulo, Carlos Corrêa Mascaro.

Se o Inep, na primeira metade dos anos 1960, continuou a mostrar a vitalidade e a importância que exercia no âmbito das ações e políticas públicas do Ministério da Educação, na segunda metade daquela década teve suas atividades reduzidas gradativamente, deixando de ser um órgão de ação e passando a ser essencialmente burocrático. O país avançava para os chamados Anos de Chumbo, iniciados em dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5, e indo até o final do governo Médici, em março de 1974.

Se os anos 50 foram chamados de Anos Dourados, os anos 60 foram chamados de Anos Rebeldes.

Esse foi um período marcado pelos protestos, pela censura, pela célebre manifestação no Rio de Janeiro, pela repressão a certos artistas, pelo cancelamento de eleições nas capitais dos estados, pela ocupação da Universidade de Brasília, pelo sequestro do embaixador norte-americano por grupos armados contrários ao governo militar e por várias guerrilhas e atentados Brasil afora.

Naqueles anos, o Brasil era embalado pelo som da canção Arrastão, de Edu Lobo e Vinícius de Moraes, interpretada por Elis Regina, que começava a fazer sucesso no cenário musical brasileiro, e pela canção Pra Não Dizer que Não Falei das Flores, na voz do cantor paraibano Geraldo Vandré.

Foi a década em que surgiram os Beatles, Roberto Carlos, o Tropicalismo e a Jovem Guarda, em que o presidente Kennedy e o ativista Martin Luther King foram assassinados, em que o Muro de Berlim foi construído, em que foi criado o primeiro chip de computador e em que foram realizados os dois primeiros transplantes de coração do mundo, na África do Sul, em 1967, e no Brasil, em 1968.

Em 1969, mesmo ano em que Carlos Mascaro tornou-se diretor-geral do Inep, foi realizado o revolucionário festival de Woodstock, nos Estados Unidos, astronautas pousaram na lua e Caetano Veloso e Gilberto Gil decidiram partir para um exílio na Europa.

Carlos Mascaro, diretor-geral do Inep de 1966 a 1969, era, tanto quanto seu antecessor Carlos Pasquale, colaborador de longa data do instituto e teve atuação decisiva na preparação e execução do Censo Escolar de 1964, exercendo as funções de secretário



da comissão nacional que o realizou. Apesar de Anísio Teixeira ter sido retirado da Direção-Geral do instituto, Mascaro, que havia sido signatário do Manifesto Mais Uma Vez Convocados e da Campanha em Defesa da Escola Pública, fez, em seu corajoso discurso de posse, um balanço das administrações anteriores e saudou o célebre educador como tendo sido responsável por transformar o Inep no centro das aspirações do magistério nacional para a formação daquela consciência educacional comum necessária para o desenvolvimento do país.

Nos três anos em que esteve à frente do Inep, Mascaro, doutor em Educação e educador atuante na gestão de escolas normais, conduziu a realização da III Conferência Nacional de Educação, em 1967, em Salvador (BA), e manteve o instituto alinhado às políticas de expansão da rede pública de ensino, na popularização do ensino primário, um grave problema nacional e um significativo entrave para o desenvolvimento econômico.

É interessante observar que Mascaro inseriu nos anais da III Conferência Nacional de Educação, evento realizado sob a égide do governo de Castelo Branco, três artigos de

autoria de Anísio Teixeira: um acerca dos problemas nacionais girando em torno da educação, outro acerca da educação primária integral e um terceiro sobre a experiência da Escola Parque de Salvador, o já internacionalmente conhecido Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

Tendo sido diretor do Centro Regional de Estudos Pedagógicos de São Paulo e colaborador do Inep nessa seara, Mascaro era um grande defensor do CBPE e envolveu todos os centros regionais na realização daquela conferência e em diversos outros momentos de sua gestão. Todavia, naquele final dos anos 1960, a descentralização do sistema educacional brasileiro, por meio da atuação cada vez mais forte das Secretarias Estaduais de Educação e das universidades, especialmente no que se referia aos estudos e pesquisas educacionais e à atuação crescente do Ministério do Planejamento no campo da educação, já sinalizava o enfraquecimento do papel do CBPE que acabou sendo extinto como órgão autônomo em 1977. Isso não implicou em um enfraquecimento do Inep, que incorporou atividades de pesquisa educacional e se tornou um órgão autônomo do Ministério da Educação no mesmo período.

122. Da esquerda para a direita: Jorge Ben, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Rita Lee e Gal Costa integravam o movimento tropicalista
Fotografia, 1962

123. A descentralização do sistema educacional levou ao enfraquecimento do papel do CBPE e da rede de Centros Regionais, dos quais Mascaro era um grande defensor. Na foto, ação de formação no CRPE-SP, o qual Mascaro dirigiu antes de presidir o Inep.
Fotografia





I SIMPÓSIO INTERAMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR 1968

O Inep patrocinou, em 1968, junto à Organização dos Estados Americanos - OEA, o I Simpósio Interamericano de Administração Escolar, em Brasília.

Nesse simpósio, o instituto apresentou o ensino da administração escolar no Brasil e a OEA o panorama na América Latina. Destacaram-se os trabalhos do Professor Jack Culbertson, do University Council for Educational Administration (USA) e da equipe do Professor Querino Ribeiro, da Universidade de São Paulo, ambos sobre a formação de administradores escolares.

Em 1961, durante o I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, Anísio Teixeira já alertava sobre a importância do tema para a educação brasileira no contexto de universalização do ensino, ressaltando a falta de precedentes no Brasil de estudos nessa área.



Autonomia e mudança de foco: O Inep dos anos 1970

A saída de Carlos Mascaro do Inep, em abril de 1969, marcou o fim de uma era em que o pensamento de Anísio Teixeira estava vigoroso na instituição, por meio da atuação de diretores-gerais que haviam bebido em sua fonte, nutrindo-se de seu ideário e colaborado diretamente com a constituição do instituto até aquele momento.

Mascaro foi o primeiro diretor-geral do instituto a planejar sua transformação em um instituto autônomo, no que não teve sucesso. Tal intenção foi continuada por seu sucessor, Guido Ivan Marques de Carvalho, advogado integrante do corpo técnico do Ministério da Educação, que dirigiu o Inep de abril de 1969 a março de 1970 e que propôs transformá-lo em uma fundação. Quando o gabinete de Direção do Inep começou a ser transferido para Brasília, Marques de Carvalho não o acompanhou e foi substituído no cargo de diretor-geral por Walter de Toledo Piza, que permaneceu por dois anos.

Desde a saída de Carlos Mascaro da Direção-Geral, o instituto estava em crise. Isso porque, conforme nos esclarece o pesquisador Simon Schwartzman, o Inep era a personificação de Anísio Teixeira e tudo ali era feito em torno de sua liderança e carisma pessoais. O instituto carecia de uma estrutura for-

mal, não tinha um regimento, não tinha uma organização que permitisse o seu funcionamento na ausência de Anísio ou de figuras que seguissem sua orientação e suas ideias.

Em novembro de 1972, já sob a gestão de Ayrton de Carvalho Mattos, o Inep passou a ter a denominação de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, tornando-se uma entidade autônoma do Ministério da Educação, enquadrada como órgão de assessoramento da Presidência da República. A nova denominação do instituto foi fruto da fusão do nome antigo, isto é, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com o do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, que viria a ser extinto em 1977, do qual diversas ações de pesquisa foram sendo absorvidas pelo novo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

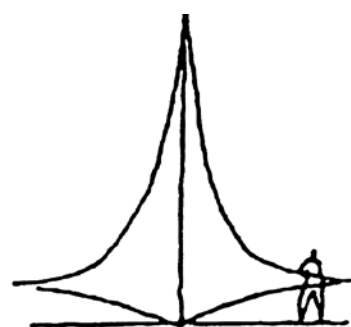
Carvalho Matos foi escolhido para dirigir o instituto justamente por ser, aos olhos do então ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, isento o suficiente para impetrar medidas necessárias para a reestruturação do órgão, o que de fato aconteceu. Sob sua gestão, um novo fôlego foi dado ao instituto, que foi completamente reestruturado. Ele tornou o Inep autônomo, reforçou o CBPE o quanto pôde, reformulou toda a Divisão de Documentação, Divulgação e Informação, estabeleceu uma rede sistemática de informações educacionais, que viria a abranger todo

124. Participantes do Simpósio em frente ao Catetinho, prédio projetado por Niemeyer para servir de residência a JK durante a construção de Brasília. Foi nomeado em referência ao Palácio do Catete, no RJ. Brasília- DF. Fotografia, 1968

125. Carlos Mascaro (penúltimo da esquerda para a direita) na mesa de abertura do Simpósio. Brasília- DF. Fotografia, 1968

126. Representantes dos países participantes do Simpósio. Brasília- DF. Fotografia, 1968

127. Traço de Niemeyer da coluna do Palácio da Alvorada. Desenho



1972

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos passa a se chamar o

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

o país, e promoveu a indexação e recuperação das informações educacionais disponíveis no centro de documentação, como o Thesaurus Based, dentre outras realizações.

Ayrton de Carvalho Mattos permaneceu dirigindo o Inep até novembro de 1975, quando foi substituído, interinamente, por Francisco Cruz Barbosa Lopes.

Em fins de 1976, a professora Maria Mesquita de Siqueira assumiu a Direção do Inep, com a incumbência de transferi-lo definitivamente para Brasília e extinguir o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Era fato que a nova capital federal se desenvolvia e nela se instalava, gradativamente, toda a infraestrutura governamental. O Inep já estava, oficialmente, funcionando em Brasília, onde se situava o gabinete de seu diretor-geral. No entanto, todo o seu corpo técnico-operacional permanecia no Palácio Capanema, no Rio de Janeiro.

Em fins de 1976, a diretora-geral do instituto organizou a transferência do órgão para Brasília. A portentosa biblioteca, que chegou a ser encaixotada para ser transportada para a nova capital, nunca chegou ao destino e acabou sendo instalada na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Inep chegou dilapidado a Brasília, com poucos funcionários e sem qualquer estrutura que lembrasse sua força de outrora. Instalado em cinco andares do Edifício Araguaia, no Setor Comercial Sul, zona central de Brasília, a penúria de recursos financeiros fez com que, em 1977, fosse publicado apenas um número da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, situação que se repetiu no ano seguinte.

Logo em seguida, com a finalização da construção dos edifícios anexos, o Inep passou a ocupar parte do anexo I do Ministério da Educação.

Gradativamente esvaziado de suas funções de planejamento e de financiamento, e também das de estudos e pesquisas, transferidas para outros setores do Ministério da Educação e do governo federal, o Inep, finalmente autônomo, acabou se tornando, nos anos seguintes, um centro de documentação.

No ano de 1972 o Inep foi transformado em órgão autônomo, com a missão de realizar levantamentos da situação educacional do país, de modo a subsidiar a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 5.692/71, bem como a implantação dos cursos de pós-graduação.

A década de 1970 se encerrou com o Inep tendo em sua Direção-Geral uma nova ocupante, suscetível de retomar o ideário de Anísio Teixeira com relação aos rumos do instituto, a professora Letícia Maria dos Santos de Faria. Educadora dos quadros do instituto, ela foi uma das intelectuais integrantes de um movimento público de repúdio às pressões da Igreja Católica para que Anísio Teixeira fosse demitido da Direção-Geral do instituto, em 1958.

Durante sua gestão, Letícia Maria dos Santos de Faria conduziu a instalação do Inep no primeiro andar do Anexo I do Ministério da Educação, recém-construído.

Apesar de sua proximidade com o ideário de Anísio Teixeira, a gestão de Letícia Maria dos Santos de Faria, por força das circunstâncias, foi articulada em torno de tentativas de estabelecimento de pontes sólidas com a comunidade acadêmica, apesar da crise interna que vivia o instituto. Funcionária de carreira do Inep, Letícia Faria concentrou seus esforços em avaliações internas das ações encampadas pelo instituto.

SEDES DO INEP 1938 a 2018



1. Palácio Tiradentes- RJ



2. Edifício Rex- RJ



3. Edifício Calabouço- RJ



4. Edifício Gustavo Capamena- RJ



5. Edifício Gilberto Salomão- DF



6. Edifício Araguaia- DF



7. Anexo do Ministério da Educação- DF



8. Campus Darcy Ribeiro na UnB- DF



9. Edifício do Conselho Nacional de Educação- DF



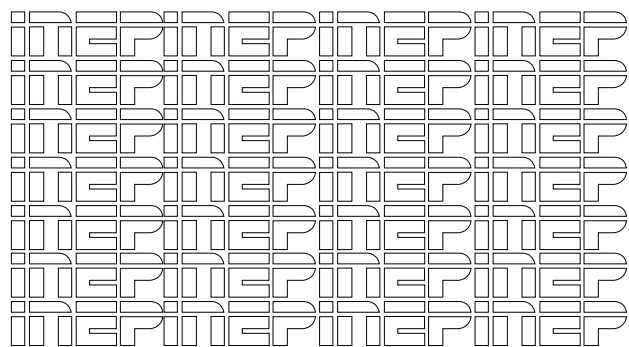
10. Bloco M do SRTVS- DF



11. Edifício Villa-Lobos- DF

O Inep começou seus trabalhos no Palácio Tiradentes, no RJ, e se mudou três vezes antes de ser transferido para Brasília. Na nova capital, o instituto se fixou em dois períodos diferentes no anexo do Ministério da Educação e Cultura, e teve três sedes próprias: no Campus da UnB, no Setor de Rádio e TV Sul e depois no edifício Villa Lobos, onde se encontra atualmente.

MARCA INEP E OS SELOS 1973



A logomarca do Inep foi concebida pelo pernambucano Aloísio Magalhães, um advogado de formação, amigo de Ariano Suassuna, que estudou gravuras e design gráfico modernista na Europa e nos Estados Unidos, junto a grandes nomes como Eugene Feldman, artista gráfico experimental.

Dono do maior escritório de design brasileiro nos anos 1970, foi contratado para criar uma identidade visual para o instituto, em 1973, tendo recebido pelo serviço a quantia de 14.600 cruzeiros.

Nos seus trabalhos, Aloísio afirmava a importância de oferecer sempre formas coerentes, lógicas e construídas segundo um desenho e uma intenção precisa. Primoroso em suas criações, buscava não intoxicar nem perturbar a percepção de seus trabalhos, pois defendia que ao apresentar uma forma ordenada, correta e obedecendo a um raciocínio claro, a receptividade pelo público seria sempre tranquila.

Em entrevista concedida à RBEP para a edição número 130, de julho de 1973, Aloísio Magalhães explicou que o logotipo do Inep teve uma concepção bastante estruturada e formalmente elaborada, possibilitando a construção de várias hipóteses de patterns, ressaltando a versatilidade da marca em uma dinâmica de repetição.

129. A logomarca do Inep e os patterns de Aloísio Magalhães.

130. Os selos comemorativos dos aniversários da criação do Inep.

131. A Sala de Operações do PRODASEN, também chamada de "aquário". Brasília- DF Fotografia, 1974

132. Funcionário do PRODASEN manuseando discos magnéticos removíveis nos quais se armazenavam as bases de dados. Brasília- DF Fotografia, 1974



THESAURUS BRASED

1974



Foi no ano de 1974 que o Inep concretizou um antigo projeto da Professora Regina Helena Azevedo de Mello, servidora do Inep, com o objetivo de listar todos os descritores na língua portuguesa para a educação brasileira e produzir o Fichário Conceitual da Terminologia Educacional Brasileira.

A ideia já havia sido aprovada, antes de 1964, pelo próprio Anísio Teixeira, enquanto diretor do Inep, mas não prosperou em virtude da falta de orçamento para tocar um projeto de tal monta.

A partir da existência de recursos financeiros oriundos do II Acordo MEC USAID, na década de 1970, foi possível trazer ao Brasil o pesquisador francês Jean Viet, da *Maison de sciences de l'homme de Paris*, que orientou os servidores do Inep de como conduzir um projeto daquela natureza, a partir de várias experiências semelhantes em outros países.



Mais de dez anos se passaram desde a ideia original até que fosse possível, através de uma cooperação institucional do Inep com o Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, concretizar a antiga aspiração e o Brasil passou a ter seu primeiro Thesaurus Brasileiro da Educação - THESAURUS BRASED.

Centro de Informação e Biblioteca



No contexto da criação do CBPE, em 1953, Anísio Teixeira criou o Centro de Documentação Pedagógica para sistematizar os resultados da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (Cileme) e da Campanha do Livro Didático e Material de Ensino (Caldeme), além de divulgar seus resultados. Surgiu assim a biblioteca do CBPE, que mantinha documentação relativa às necessidades dos estudos e pesquisas das diferentes divisões do Inep, repositório de bibliografia sobre Educação, uma completa Brasileira, um cadastro bibliográfico de instituições educacionais e de educadores do Brasil e do mundo, bem como um Museu Pedagógico, além de filmoteca, discoteca, arquivo de fotografias e gravuras. Era o espírito do Pedagogium mantido vivo no coração do Inep.

O atual Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec), uma continuação da biblioteca do CBPE, foi criado em 1981 e é oriundo da fusão de onze bibliotecas exis-

tentes até então na sede do Ministério da Educação, em Brasília. É voltado à área da Educação, atua nos segmentos de Biblioteca e Arquivo, sendo também depositário de documentação do Inep e do MEC.

Histórico

1890 - Criação do Pedagogium, incluindo museu pedagógico e biblioteca.

1938 - A implantação do Inep abrangia uma Biblioteca Pedagógica e um Museu Pedagógico. A Biblioteca Pedagógica iniciou seu acervo com doações de 440 volumes, feitas pela viúva do professor Parga Nina e pelos professores Murilo Braga e Lourenço Filho.

1940 - Instalação da Biblioteca Pedagógica no décimo pavimento do Palácio Capanema. Em 1944, já contava com 8.318 volumes.

1953 - Criação do Centro de Documentação Pedagógica do Inep.

1955 - Foram instituídos o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os centros regio-

nais, que absorveram as atividades de documentação do Inep.

1958 - Reforma da Biblioteca Murilo Braga. O acervo atingiu o número de 30.447 livros, com 693 títulos de periódicos nacionais e 667 estrangeiros. Foram adquiridas 5.319 novas obras.

1963 - Contava com 41.691 obras, mais de 7 mil folhetos, 784 títulos de periódicos nacionais e 585 de estrangeiros.

1970 - Foi Instalado um Núcleo de Documentação Pedagógica do Inep em Brasília, no Edifício Gilberto Salomão, onde também foi montado um gabinete para o Diretor-Geral e uma pequena assessoria.

1976 - Considerada a mais completa na área de educação, contava com mais de 73 mil volumes. Diante da iminente mudança para Brasília, intelectuais e instituições cariocas conseguiram que a biblioteca do CBPE fosse doada à UFRJ, com o objetivo de constituir-se na biblioteca de pós-graduação em educação. O restante da coleção seguiu para Brasília.

1977 - Com a mudança para Brasília, a Coordenadoria de Documentação e Informação, formada por sete pessoas, foi dividido e apenas uma bibliotecária passou a cuidar da biblioteca com um acervo básico de relatórios e documentos oficiais.

1979 - A biblioteca foi instalada no Anexo I do MEC, para o qual o Inep foi transferido.

1981 - Na área de documentação e informação, iniciaram-se os trabalhos de planejamento do Sistema de Informações Bibliográficas em Educação, Cultura e Desportos (Sibe), em nível nacional, a fim de operar por meio de

uma rede de bibliotecas e centros de documentação educacional, tendo como unidade central o Centro de Informações Bibliográficas do MEC (Cibec), constituído pelo acervo da biblioteca do Inep.

1992 - O CIBEC foi responsável pela implementação do Centro de Referências sobre Inovações e Experimentos Educacionais (Crie), que visava à constituição de um sistema de seleção e disseminação de experimentos e inovações educacionais que contribuíssem para a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica.

1996 - Implantação do Centro de Referência e Difusão em Educação, resgatando as funções originais do Cibec.

1997 - Com o Inep transformado em autarquia, o Cibec iniciou a automatização dos seus serviços e produtos.

1998 - Reinauguração do CIBEC.

2001 - Criada a Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais, destinada à divulgação de resultados e produtos dos sistemas de avaliação e de indicadores e estatísticas educacionais.

2003 - Consolidação do Cibec. Possui, hoje: Central de Atendimento ao Usuário; Biblioteca Virtual de Educação; Programa de Legislação Educacional Integrada e Thesaurus Brasileiro de Educação. O Centro oferece orientação quanto ao seu uso; seleção, catalogação, classificação e indexação de produções; atendimento às solicitações de publicações do Inep; Exposição de Obras Raras; além do Programa Conheça a Educação, com realização de palestras temáticas.

134. O presidente Figueiredo (ao centro) recebe Esther de Figueiredo Ferraz e seu irmão José Carlos Ferraz. Brasília- DF. Fotografia, década de 1980

135. Manifestação por eleições diretas São Paulo- SP. Fotografia, 1984

136. Edições N. 1 e N. 100 da revista Em Aberto do Inep. Publicações, 1981 e 2017

A Década Perdida e o fim do regime de exceção

Na primeira metade da década de 1980, no governo de João Batista Figueiredo, o MEC foi conduzido pela primeira-ministra da história do Brasil, Esther de Figueiredo Ferraz.

Hélcio Ulhôa Saraiva, ex-reitor da Universidade Federal do Piauí, foi então convidado para dirigir o Inep, cargo que ocupou de janeiro de 1981 a janeiro de 1983, durante o governo Figueiredo. Ao longo de sua gestão, Saraiva buscou recolocar o Inep no centro das decisões do campo da educação no país e organizou seminários e encontros, sempre abertos pela própria ministra, sobre diversos temas como a qualidade do ensino superior no Brasil e o ensino técnico-profissionalizante. Neste período, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos foi a tribuna privilegiada da intelectualidade nacional do campo da educação.

Foi na perspectiva de estreitamento de relações com a comunidade acadêmica que, em 1981, Saraiva lançou a publicação “Em Aberto”, inicialmente com caráter técnico e de assessoramento interno ao MEC, tornando-se, em seguida, um importante periódico do campo da educação. Esse novo período do Inep passou a oferecer espaço para publica-

ções de especialistas da área e para o debate de questões específicas de interesse do Ministério da Educação. Atualmente, com mais de uma centena de edições, divididas em 31 volumes, a revista tornou-se uma publicação em que cada número temático é de responsabilidade de um organizador, com periodicidade quadrimestral, destinada a estimular e promover a discussão de questões atuais e relevantes da educação brasileira.

Em 1982, a responsabilidade sobre os serviços de estatísticas educacionais do MEC foi transferida para o Inep.

A ministra, buscando um realinhamento do Inep a seus objetivos e missão, convidou, em abril de 1983, a Prof^a. Lena Castello Branco de Freitas Costa para dirigir o instituto, cargo que ocupou até o final do mandato de Esther de Figueiredo Ferraz. Em sua gestão, o Inep mostrou pioneirismo, mais uma vez, e promoveu o seminário que inaugurou o campo da Informática Educativa no país.

Ao longo da década de 1980, a pressão por eleições democráticas acabou resultando em diversos movimentos sociais, dentre eles o “Diretas Já”, que contou com um envolvimento de várias camadas da sociedade, intelectuais, artistas e pessoas ligadas às igrejas e partidos políticos.





Naquela década, enquanto Fafá de Belém se tornava a musa do movimento que requeria eleições diretas universais, a falta de recursos financeiros em investimentos públicos foi notória e o Inep, modestamente instalado no anexo I do Ministério da Educação, contou com a força de seus integrantes para continuar existindo. Lena Castello Branco de Freitas Costa, em seu triênio à frente do instituto, envidou esforços para que o mesmo retomasse seu lugar histórico na pauta das decisões do campo da educação. Nesses anos de dificuldades, houve a suspensão da publicação da RBEP por três anos, de abril de 1980 a abril de 1983. No entanto, a professora Lena Castello Branco, que integrava o Conselho Federal de Educação, relançou a revista, reestruturando-a para que, a partir do número 147, publicado em 1983, passasse a instigar a colaboração da comunidade científica da área de educação. Desde então, a RBEP publica artigos submetidos ao invés de artigos solicitados.

Com o advento do governo da Nova República, em 1985, o Inep passou por um novo desenho institucional. Retirou-se do fomento à



pesquisa para retomar sua função básica de suporte e apoio aos centros decisórios das Políticas Nacionais de Educação. Foi nessa ocasião que se tornou, também, instituição vinculada à Presidência da República, como um órgão de assessoramento ao presidente em matéria de política educacional.

Depois dos Anos Dourados e dos Anos Rebeldes, a década de 1980 ficou conhecida como a Década Perdida, marcada pelo final do período de crescimento econômico da década de 1970 e pelas malogradas tentativas de combater a crise econômica do governo Sarney, que conduziu o país a uma hiperinflação.

Naquela década, o Inep contou com três diretores-gerais que continuaram a envidar esforços em prol da recuperação institucional e financeira do instituto: a educadora potiguar Vanilda Paiva, de março de 1985 a abril de 1986; o cientista social catarinense Pedro Demo, de abril de 1986 a julho de 1987; e o economista pernambucano Marcos Formiga, que dirigiu o instituto por cerca de dois anos, de julho de 1987 a março de 1990. Os três atuaram sob o governo de José Sarney, que

tomou posse em razão da morte de Tancredo Neves, eleito presidente por meio de votação indireta pelo Congresso Nacional.

É importante salientar que, na gestão de Marcos Formiga, houve uma tentativa de retomada do Pedagogium, ao mesmo tempo em que foi planejada a construção de novas instalações no campus da Universidade de Brasília, com projeto encomendado ao arquiteto Zanini Caldas, a fim de acolher o Inep, conforme o próprio Formiga explica na edição 89 da RBEP, do ano de 1988.

Os anos 1990. Um novo Inep

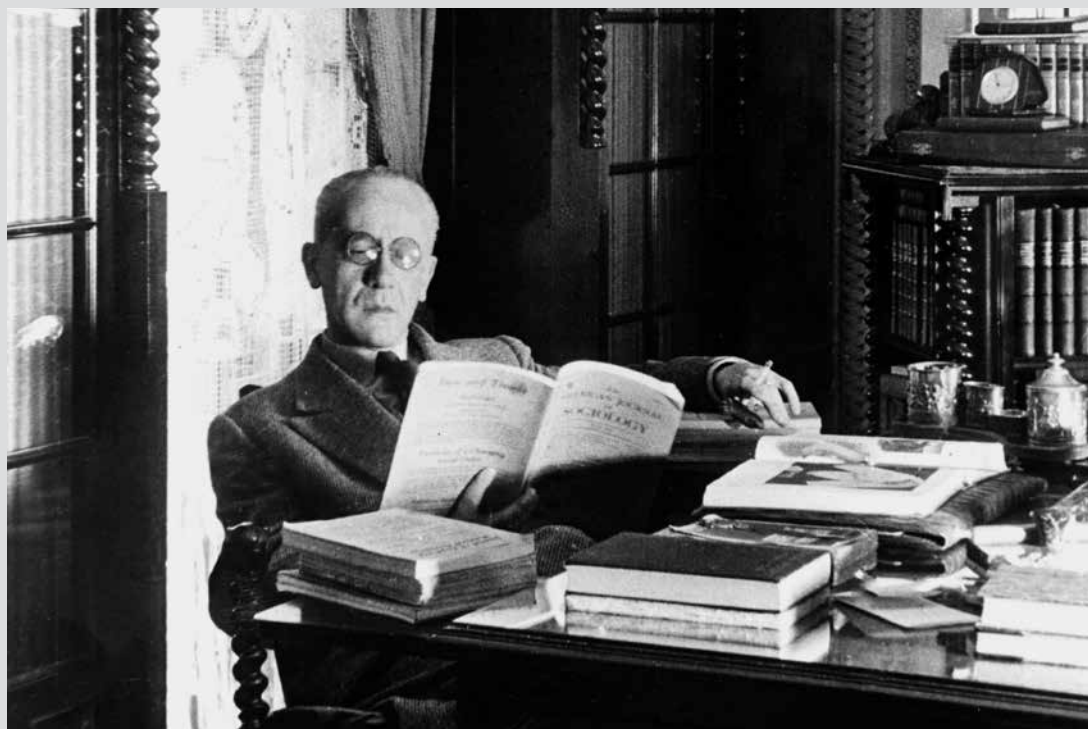
Em março de 1990, Fernando Collor assumiu a Presidência da República e encaminhou o Inep para um processo de desestruturação e consequente extinção.

O Brasil viveu um momento ímpar em sua história: o primeiro presidente eleito por voto direto após o Regime Militar foi também o primeiro a ser afastado do cargo por um processo de impeachment que mobilizou toda a sociedade brasileira.



Prêmio Grandes Educadores Brasileiros

1983



O Prêmio Grandes Educadores Brasileiros, criado pelo Decreto no. 88.719, de 15 de setembro de 1983, e tendo como sua Secretária-Executiva a professora Leticia Maria Santos de Faria, destinava-se a premiar monografias produzidas sobre a vida e a obra de educadores brasileiros já falecidos.

O prêmio tinha como objetivo estimular a produção científica de trabalhos históricos de alto nível, na área da educação, com a divulgação da obra de educadores brasileiros eméritos e falecidos, e serviu para trazer a público a vida e atuação de algumas personalidades até então pouco conhecidas no panorama nacional, além de lançar luz sobre aspectos desconhecidos da vida e obra de educadores já conhecidos nacional e internacionalmente.

Com frequência anual, a comissão julgadora designada selecionava os trabalhos de maior destaque para os prêmios de primeiro, segun-

do e terceiro lugar, com prêmios em dinheiro e tendo suas monografias publicadas e distribuídas pelo Inep. Além da monografia, os candidatos deveriam submeter informações sobre o educador abordado, como dados pessoais e profissionais, seus principais títulos e funções desempenhadas, discípulos ou orientandos que se destacaram, principais trabalhos realizados e descendentes ou familiares vivos.

Alguns dos educadores homenageados por monografias premiadas (e seus respectivos autores) foram: Manuel Luís Azevedo d'Araújo (Maria Thetis Nunes), Anísio Teixeira (Maria do Amparo Borges Ferro), Fernando de Azevedo (Nelson Piletti e Maria Luiza de Oliveira Penna Marques Moreira), Firmino Costa Pereira (Fernando Correia Dias), José Veríssimo (Antonio Adelino Marques Brandão) e Francisco Rangel Pestana (Maria Lúcia Spedo Hilsdorf).

137. Maquete do edifício do Inep para o Campus Darcy Ribeiro na UnB, planejado pelo arquiteto Zanini Caldas. Da esquerda para a direita: Cristovam Buarque, reitor da UnB (primeiro), Hugo Napoleão, Ministro da Educação (terceiro) e Manoel Marcus Maciel Formiga, diretor do Inep (quinto). Brasília-DF, Fotografia, 1988

138. Fernando de Azevedo, educador homenageado em duas monografias premiadas. Fotografia, década de 1950

Quando Collor se tornou o presidente mais jovem do país, em 1990, João Ferreira de Oliveira, professor da Universidade Federal de Goiás, assumiu a Direção-Geral do instituto, com mandato de junho de 1990 a novembro de 1991, em um momento bastante conturbado. Foi exatamente o mesmo período em que os Planos Collor I e II foram implantados pela ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello, cujas medidas que mais rapidamente vêm à memória são o confisco do dinheiro depositado em cadernetas de poupança de milhões de brasileiros e o congelamento de preços e salários.

No ano de 1990, técnicos da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação idealizaram, planejaram e testaram um projeto-piloto do Sistema de Avaliação da Educação Básica. Sem recursos para ser mais abrangente e sob orientação do Banco Mundial, aquele primeiro projeto cobriu apenas três estados brasileiros. Batizado de Projeto Nordeste, o objetivo inicial era avaliar o quadro educacional de uma das regiões mais carentes do país. Era o embrião do SAEP, Sistema de Avaliação da Educação

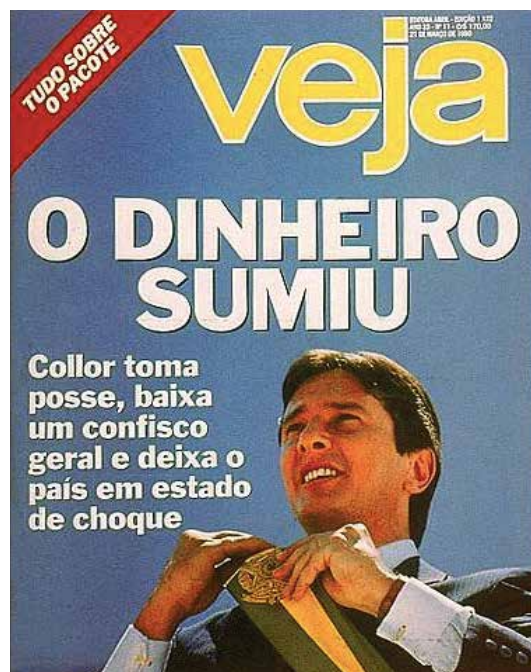
Pública, que, mais tarde, tornou-se SAEB, acrônimo onde o P de Pública foi substituído pelo B de Básica, a fim de incluir também as escolas privadas. No entanto, o SAEB como é conhecido hoje só foi instituído, de fato, pelo Inep, em 1995.

O tempo de Fernando Collor na Presidência da República foi um período em que a sociedade brasileira discutia a reforma da educação técnica e profissional e o Inep, apesar de praticamente congelado, não se omitiu em relação a esse debate, mantendo firme e forte sua tradição de interveniente nos rumos da educação nacional e buscando mostrar sua incontestável relevância. É desse período a histórica publicação do Inep sobre a relação entre educação e trabalho no Brasil, organizada por Acácia Zeneida Kuenzer.

Naquele momento, em que o instituto parecia estar sendo jogado no abismo da extinção, esse movimento foi uma espécie de retomada de origens, na década de 1930, quando os então Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde e Instituto Nacional de Pedagogia foram criados, justamente para subsidiar o país na formação para o trabalho, no âmbito do processo de industrialização proposto por Getúlio Vargas.

Logo a seguir, em novembro de 1991, o cientista político paranaense Divonzir Arthur Gusso passou a dirigir o Inep, em uma gestão que se estendeu por pouco mais de três anos, até janeiro de 1995. Gusso foi o diretor-geral que conduziu o Inep em um dos momentos mais críticos de sua história, vivenciando seu processo de extinção, encaminhado pelo governo Collor, e sua retomada, logo a seguir, no governo Itamar Franco.

No primeiro ano da gestão de Gusso, até dezembro de 1992, tendo em vista a situação política extremamente confusa daquele momento em que o Congresso Nacional se arti-





culava para realizar o primeiro impeachment presidencial de nossa história, o Inep viveu um momento de inércia institucional. Funcionando precariamente no campus da UnB, no imóvel que lhe fora destinado, o instituto estava na lista dos órgãos públicos a serem extintos, no âmbito do anúncio de intenção do governo de demitir cerca de 360 mil funcionários públicos, para drástica redução dos gastos administrativos.

Apesar da vinculação ao Ministério da Educação, o Inep era, formalmente, um órgão especial de assessoramento à Presidência da República. Na sua reforma administrativa, o presidente Fernando Collor buscou extinguir todos os órgãos que, ao longo do tempo, foram sendo vinculados à Presidência. A citada reforma administrativa não tinha o Inep em si como alvo, mas todos os órgãos com esse tipo de vinculação.

De fato, o instituto acabou sendo vítima de uma ação que não era a ele destinada.

Mesmo formalmente extinto, por um curto tempo, o Inep continuou suas atividades no campus da Universidade de Brasília e

diversos servidores diretamente ligados ao órgão participaram do “acampamento dos demitidos”, em frente ao Palácio do Planalto, protestando contra o governo de Fernando Collor, buscando reverter a situação e salvar suas atividades.

Logo após o impedimento do presidente Collor, seu vice, o mineiro Itamar Franco assumiu a Presidência da República e Divonzir Arthur Gusso foi mantido na Direção-Geral do Inep até janeiro de 1995. Foi então que o funcionário de carreira do Ministério da Educação, Murilo Hingel, assumiu o MEC e, ciente da importância e da história do Inep, iniciou as ações para reavivá-lo, começando por reverter sua extinção.

Os anos 1990 foram apontados, pela Unesco, como a Década da Educação para Todos e o governo brasileiro, buscando engajamento internacional, retomou a realização das conferências nacionais de educação, iniciativa do Inep nos anos 1940, promovendo a importante Conferência Nacional de Educação para Todos, em que o instituto assumiu o protagonismo na sua re colocação no primeiro plano do cenário educacional do país. Em decorrência

139. Foto da posse de Collor na capa da revista Veja N. 1122. Revista, 1990

140. Movimento “Caras Pintadas” pelo impeachment de Fernando Collor. Fotografia, 1992

dessa ação, o Inep, sob a gestão de Divonzir Gusso, assessorou o Ministério da Educação na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, cujo conteúdo influenciou na elaboração da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996.

Assim sendo, é patente que o instituto teve papel importante na elaboração das duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação em nosso país, tanto em 1951 quanto em 1996.

Intelectual celebrado nacional e internacionalmente, Divonzir Arthur Gusso foi o responsável pela concepção e implementação do processo de avaliação dos cursos de pós-graduação que então funcionavam no Brasil e promoveu a institucionalização do SAEB, que passou da Secretaria de Educação Básica do MEC para o Inep, agregando um significativo valor ao instituto.

Naquele momento em que o Inep ressurgia com toda força, a memória de Anísio Teixeira recebeu uma homenagem inusitada. As altas taxas de inflação que marcaram o ano de 1993 levaram o governo Itamar Franco a editar, em 28 de julho daquele ano, uma medida provisória para criar uma nova moeda: o cruzeiro real, equivalente a mil cruzeiros. O plano econômico suscetível de resgatar o país buscou um forte referencial em Anísio Teixeira e em seu ideário de recuperação da educação de qualidade no país. Em justa homenagem, a figura de Anísio Teixeira foi escolhida para estampar a frente da principal cédula da nova moeda, tendo ao fundo uma vista parcial da Escola Parque de Salvador, a primeira escola experimental do Inep, cujas repercussões permanecem vivas nas Escolas Parque de Brasília e nos Centros Integrados de Educação Pública. No verso da cédula, há uma cena referente à proposta de ensino levada a efeito pela Escola Parque, cujo fundamento e método defendem a educação como processo constante de reorganização e reconstrução de experiências.

O governo Itamar Franco terminou com o bem-sucedido Plano Real, novo padrão monetário elaborado pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de reduzir e controlar a inflação. O país entrava em um novo ciclo de desenvolvimento e a mesma equação incontornável dos anos 1930 voltava a determinar as políticas públicas no âmbito do governo federal, de modo geral, e do Ministério da Educação, em particular: sem a melhoria geral no quadro educacional do país, mantido em baixos níveis de qualidade, nenhum avanço econômico tem sustentabilidade. Sendo assim, o Inep voltou ao centro das atenções, o que lhe fez praticamente renascer das cinzas.



“

Avaliar não é punir nem premiar. As escolas vão ter elementos para elaborar planos de recuperação dos pontos fracos ou dar saltos de qualidade nos pontos fortes. Estamos criando uma situação em que os alunos vão poder participar efetivamente desse processo.

”

Maria Helena Guimarães de Castro



O Inep como autarquia federal

Com o fim do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso se elegeu presidente da República e Paulo Renato de Souza assumiu o Ministério da Educação. Era o ano de 1995. Com o país ainda entristecido pela morte de Ayrton Senna, aquele período marcava o encerramento de um ciclo iniciado décadas atrás, quando a Primeira Guerra Mundial teve fim e um cenário econômico catastrófico conduziu ao processo de industrialização do Brasil, à Revolução de 1930, à criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde, bem como do próprio Inep e, finalmente, à Segunda Guerra Mundial: era o fim da Guerra Fria, com a desintegração da União Soviética em um punhado de repúblicas. Era também o início de um ciclo de estabilidade econômica no país, devido à criação, em 1994, do Plano Real, com a finalidade de diminuir e controlar a inflação.

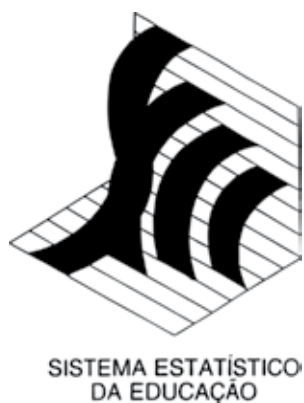
Em março de 1995, a cientista social paulista Maria Helena Guimarães de Castro assumiu a direção do Inep, com a missão de transfor-

mar o instituto em um órgão capaz de produzir informações, avaliações e indicadores confiáveis para orientar as políticas educacionais do país, em todas as esferas administrativas. O instituto continuava a funcionar na edificação que lhe fora destinada, no Campus da Universidade de Brasília, onde, de fato, em uma única sala, trabalhavam cinco funcionários. Eram condições precárias, tendo em vista o destino que estava sendo rascunhado para o instituto.

Ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Maria Helena Guimarães de Castro esteve à frente do Inep, inicialmente, por um curto período, de março a junho de 1995, quando se afastou – por solicitação do ministro Paulo Renato, que já vislumbrava a nova estrutura do Inep – para assumir a Secretaria de Avaliação e Informação Educacional do Ministério da Educação. No ano seguinte, já no âmbito do que estava sendo planejado, essa secretaria incorporou o Serviço de Estatística da Educação e Saúde que, criado em 1937 junto com o Inep, evoluía como um setor dedicado à realização de serviços estatísticos.

141. Cédula de 1000 cruzeiros reais em homenagem a Anísio Teixeira, com imagem da fachada da Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (anverso) e alunos e professores em atividades desenvolvidas no Centro (reverso). Cédula, 1993

142. Maria Helena Guimarães de Castro, diretora do Inep em 1995 e de 1997 a 2002. Fotografia, 1997



SISTEMA ESTATÍSTICO
DA EDUCAÇÃO

Castro foi substituída na Direção do Inep pelo diretor-executivo do instituto, Og Roberto Dória, que o conduziu de agosto de 1995 a março de 1996, embora a ex-diretora permanecesse nos bastidores do órgão, conduzindo aquele plano que só seria revelado alguns meses mais tarde.

Em 1995, o Inep deixou as instalações da Universidade de Brasília e foi acomodado no prédio do Conselho Nacional de Educação, na Asa Sul de Brasília, onde instalações mais amplas e infraestrutura mais adequada puderam ser colocadas a serviço daquele processo de refundação do instituto.

Em fevereiro de 1997, Maria Helena Guimarães de Castro retomou a condução do instituto, onde permaneceu até abril de 2002, trazendo consigo toda a Secretaria de Avaliação e Informação Educacional que já havia incorporado o serviço de estatística do ministério. Foi nesse momento que a designação de dirigente do Inep mudou de diretor-geral para presidente. Passou a existir, a partir

dessa data, um único órgão encarregado de avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do governo federal: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Nesse mesmo ano de 1997, o Inep foi transformado em autarquia federal.

A partir daí, em consonância com o reordenamento da educação brasileira nos anos 1990, a missão do instituto passou a ser o fornecimento de subsídios para a formulação de políticas educacionais em seus diferentes níveis e vinculações administrativas, com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, exatamente como o idealizaram Lourenço Filho, Murilo Braga e, sobretudo, Anísio Teixeira.

Na gestão de Maria Helena Guimarães de Castro, o Inep passou, então, por outra refundação. Além de promover a gestão do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), com a pujança e a envergadura que caracterizam essa ação crucial para o entendimen-



143. Sistema Estatístico da
Educação.
Logomarca, 1991

144. Alunos da Educação Básica
Fotografia, 1995



AUTARQUIA 1997

LEI Nº 9.448, DE 14 DE MARÇO DE 1997

Transforma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep em Autarquia Federal

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep, órgão integrante da estrutura do Ministério da Educação e do Desporto, transformado em Autarquia Federal vinculada àquele Ministério, com sede e foro na cidade de Brasília - DF, tendo como finalidades:

- I - organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- II - planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- III - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- IV - desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;
- V - subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;
- VI - coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- VII - definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- VIII - promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior;
- IX - articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral.



to do quadro educacional brasileiro e para a intervenção no mesmo, a diretora-geral promoveu uma extraordinária ampliação dos trabalhos e das competências do instituto.

Para a efetivação das ações pactuadas com estados e municípios por meio do SAEB, o Inep contou com a participação da professora aposentada da UNICAMP, Maria Inês Fini, fundadora da Faculdade de Educação daquela universidade que em ações de consultoria coordenou um movimento acadêmico de construção da primeira Matriz de Referência do SAEB, a partir dos currículos praticados por estados e municípios. Essa matriz orientou a elaboração das provas do SAEB, desde então, sendo atualizada em anos posteriores e representando um significativo compromisso de transparência nos processos de avaliação, que tem sido a marca do Inep.

Maria Helena conduziu a realização da Síntese Estatística (1995), do Exame Nacional de Cursos - ProvaO (1996), do Censo Escolar (1995), dos Estudos Regionais Comparativos – que davam forma ao Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (1997).

O Exame Nacional do Ensino Médio, que viria a ser um dos mais amplos dispositivos de avaliação individual de jovens e adultos ao

final da educação básica, foi criado em 1998 por Maria Inês Fini, que foi então nomeada diretora da recém criada Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências, que abrigaria o Enem, o PISA no Brasil e o futuro Encceja, também criado por Fini em 2002.

Maria Helena Guimarães de Castro Implantou o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros. Além disso, proporcionou a inserção do país no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (2000) e no Mercosul Educacional (2001).

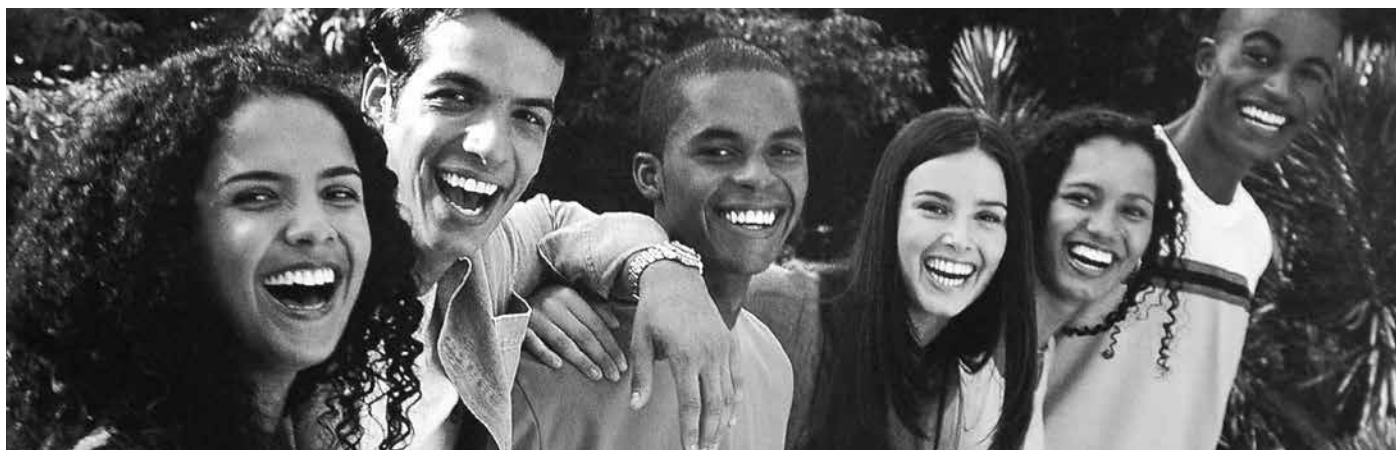
Sempre em busca de instalações mais adequadas para sua retomada, o ano de 1998 marcou o retorno do Inep ao Anexo I do Ministério da Educação. O instituto voltava a crescer a olhos vistos e sua nova atuação o recolocou no centro do campo da educação, como partícipe do processo de desenvolvimento nacional, vindo a ser bastante expandido nos anos seguintes.

Foi assim que, em reconhecimento à importância do instituto, no início dos anos 2000, o senador Paes Landim propôs uma homenagem ao seu principal mentor e, em 2001, o Senado aprovou a inclusão do nome do grande educador no do Inep, que passou a ser designado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

145. Versões antigas das marcas dos programas do Inep: Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB; Exame Nacional de Cursos- ProvaO; Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros- CelpeBras; Exame Nacional do Ensino Médio – Enem; e Censo Escolar. Logomarcas

146. Estudantes do ensino médio, detalhe do jornal mural Todas do Enem. Cartaz, 2001

147. Anísio Teixeira. Ilustração, 2018



No final daquele mesmo ano, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) já havia se tornado um verdadeiro fenômeno nacional, dada a sua utilidade pública, sua pertinência política e educacional, sua envergadura e a verdadeira logística de guerra para implantá-lo e realizá-lo, simultaneamente, em toda parte de um país de dimensões continentais. Naquele ano, Maria Helena Guimarães de Castro deixou a Presidência do Inep e tornou-se a segunda maior autoridade do Ministério da Educação, no cargo de secretária-executiva. Em janeiro de 2003, assumiu a Secretaria de Educação do Distrito Federal e, em julho de 2007, voltou para São Paulo, onde dirigiu a Secretaria de Educação do Estado. Mais recentemente, de 2016 a 2018, voltou a ser secretária-executiva do Ministério da Educação.

Maria Helena foi substituída na Presidência do Inep por João Batista Ferreira Gomes

Neto, que permaneceu no cargo até janeiro de 2003. Doutor em Matemática pela Universidade de São Paulo, Gomes Neto era professor licenciado da Universidade Federal do Ceará e atuava como diretor de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais do Inep. O novo presidente foi um dos responsáveis pela reestruturação do Censo Escolar e pela criação dos sistemas de informações estatísticas da educação. Em sua gestão, Gomes Neto conduziu a realização do primeiro Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, o Enceja, criado por Maria Inês Fini que viria, anos depois, a presidir o instituto.

Nos anos que se seguiram, o instituto prosseguiu em vertiginoso avanço, entrelaçando mais e mais sua atuação e reforçando seu papel fundamental no subsídio à formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo, sempre com o intuito de



O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais passa a se chamar

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira

2001



contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, conforme determina a formulação mais atual de sua missão.

O protagonismo do Inep no campo da educação brasileira passou a ser exercido através de suas inúmeras ações institucionais.

Nesse período, Fernando Henrique Cardoso foi substituído na Presidência do Brasil, em 2003, por Luís Inácio Lula da Silva, que foi reeleito e governou o país por dois mandatos.

É interessante observar que, em 2007, foi criado um fundo especialmente dedicado a investimentos em educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) que foi, de alguma forma, a retomada de um antigo projeto do Inep de se reservar uma parcela de recursos federais exclusivamente para investimentos no campo educacional. O Inep foi pioneiro nesse tipo de política pública, com a promoção, a instituição e a gestão do Fundo Nacional do Ensino Primário, a partir de 1942, durante o tempo em que Murilo Braga foi seu diretor-geral.

Até o final da década de 2000, diversos presidentes se sucederam à frente do Inep, sempre contribuindo para a continuação desse novo percurso do instituto. O físico e professor da Universidade de São Paulo, Otaviano Augusto Marcondes Helene, presidiu

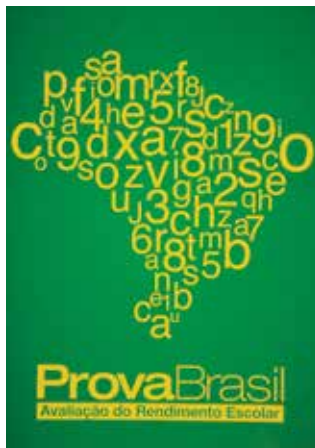
o Inep de janeiro de 2003 a 10 de julho de 2003. Foi sob sua gestão que o Inep filiou-se à Rede Ibero-americana para Acreditação da Qualidade da Educação Superior, a RIACES.

Em seguida, foi a vez do historiador e professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Raimundo Luiz Silva Araújo, presidir o Inep. Em sua gestão, além da continuação das ações em curso, houve a organização de um dossiê do Inep sobre educação e ações afirmativas, o qual se tornou referência para as discussões sobre o tema em todo o país.

Durante a gestão de Eliezer Moreira Pacheco, de fevereiro de 2004 a setembro de 2005, houve a inauguração do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior por meio da Avaliação dos Cursos de Graduação e da Avaliação Institucional, dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Houve, também, a primeira divulgação dos Indicadores de Qualidade, os quais servem como orientadores das avaliações in loco do ciclo avaliativo, sendo importantes instrumentos de avaliação da educação superior brasileira. Por fim, houve a primeira realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o Enade, implantado em 2004. Componente do Sinaes, o Enade passou a ser aplicado periodicamente aos estudantes

148. Posse presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Da esquerda para a direita: Mariza Campos Gomes da Silva, Marisa Letícia Lula da Silva, José Alencar Gomes da Silva, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso. Fotografia, 2003

149. Versões antigas das marcas dos programas do Inep: Avaliação do Rendimento Escolar - Prova Brasil; Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos- Revalida; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB; Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE; e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Logomarcas



REVALIDA

IDEB

ENADE



de todos os cursos de graduação do país, com o objetivo de se acompanhar o processo de aprendizagem e desempenho acadêmico.

A década de 2000 se encerrou com o Brasil na posição de sétima economia do mundo e alçado ao grupo dos sete principais países, ainda, em processo de industrialização.

Com tantas responsabilidades e absolutamente inserido nas principais pautas do Ministério da Educação, o Inep voltou, como nos tempos de Lourenço Filho, Murilo Braga e Anísio Teixeira, a ocupar um lugar de ministério dentro do ministério e, em 2008, foi realocado em instalações mais amplas, no Edifício Palácio do Rádio, no Setor de Rádio e Televisão Sul, área central de Brasília.

Essa mudança de localização aconteceu durante o mandato do presidente Reynaldo

Fernandes, professor-titular da Universidade de São Paulo, que presidiu o instituto de setembro de 2005 a janeiro de 2011.

Sob a gestão de Reynaldo Fernandes foram criados e realizados, pela primeira vez, a hoje extinta Provinha Brasil (2007), o Censo da Educação Superior (2008), a Prova Docente (2010) e o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o Revalida (2011), que atualmente está sob a égide do Conselho Federal de Medicina.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, foi formalmente criado em 2007, embora a série histórica desses dados tenha se iniciado em 2005. Também nesse período, o Inep aderiu à Talis - Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, dando continuidade ao fortalecimento das ações no campo internacional.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica 2007



O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF (1998-2007), foi uma política pública bem sucedida que instituiu porcentagens de recursos provenientes de cada ente federado para a universalização do ensino fundamental. Em 2008 foi substituído pelo FUNDEB, em vigor até 2020.



Um Inep octogenário com visão de futuro

A chegada dos anos 2010 coincidiu com o fim do governo Lula e o início do governo de Dilma Roussef, primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil. Entre o último ano da década anterior e janeiro de 2011, o Inep foi presidido por Joaquim José Soares Neto, em substituição a Reynaldo Fernandes.

O economista e professor-titular do Instituto de Física da Universidade de Brasília, Joaquim José Soares Neto, presidiu o Inep de setembro de 2005 a dezembro de 2009. Nesse período, o Censo da Educação Básica foi expandido e o plano institucional do Inep conquistou uma antiga demanda do coletivo de seus servidores: possuir uma carreira própria. No compasso do pensamento original de Anísio Teixeira – de manter ambientes experimentais para a produção de conhecimentos e de práticas, o Inep criou, em 2006, um Laboratório de Experiência

em Gestão Educacional e um Observatório da Educação, com o objetivo de estimular o crescimento da produção acadêmica e a formação de recursos humanos pós-graduados, nos níveis de mestrado e doutorado, por meio de financiamento específico. O Observatório da Educação é uma parceria entre o Inep e a Capes que faz trabalharem juntas duas agências do governo federal que têm Anísio Teixeira nas suas gêneses.

Entre janeiro de 2011 e fevereiro de 2012 foi a vez de outra intelectual assumir a Presidência do Inep, a pedagoga Malvina Truttman, ex-reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Conselho Nacional de Educação.

Com sua saída, o Secretário de Educação Superior do MEC, Luiz Cláudio Costa, ex-reitor da Universidade Federal de Viçosa (MG), assumiu a presidência. Foi durante sua gestão que o Inep passou a ocupar o Edifício Villa-Lobos, no Setor Sudoeste de Brasília. O Banco Nacional de Itens foi implantado,

150. Edifício Villa-Lobos
sede do Inep.
Brasília - DF
Fotografia, 2018

151. Alunos do Enem em dia de
prova.
Fotografias, 2016

bem como a Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina e o Sistema de Avaliação de Escolas de Governo, o que aumentou ainda mais o escopo do trabalho avaliativo.

É curioso notar que a atual localização do instituto tenha o nome de um personagem que fez parte da história da educação brasileira e do próprio Inep. Basta lembrar que Heitor Villa-Lobos foi contemporâneo de Anísio Teixeira nos primórdios do Ministério da Educação e trabalhou, junto ao Inep, na criação da Superintendência de Educação Musical (Sema). Este novo órgão foi responsável pela organização do curso de Pedagogia da Música e do Canto Orfeônico em todo o país.

Luiz Cláudio Costa deixou a Presidência do Inep em fevereiro de 2014 para assumir a Secretaria-Executiva do Ministério da Educação e, posteriormente, o cargo de ministro interino da Educação.

Em seguida, o educador e estatístico José Francisco Soares, Chico Soares, tornou-se presidente do Inep, em um mandato que durou até março de 2016.

Já se aproximando das comemorações de seus 80 anos, o Inep percorreu os anos 2010 em uma posição que lhe colocou, ao mesmo tempo, em um situação de grande reconhecimento e responsabilidade. A sociedade brasileira lhe atribuiu prestígio, o que o tornou constante alvo de críticas.

De março a maio de 2016, o sociólogo e doutor em Economia Luiz Roberto Liza Curi, membro do Conselho Nacional de Educação, assumiu a presidência do Inep, em um momento de grande movimentação política no país, que vivia as consequências de uma das mais profundas crises econômicas. Em 12 de maio de 2016, o Senado aprovou a

abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Roussef, afastando-a do cargo até que o processo fosse concluído.

Naquele momento histórico, o vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente o cargo de presidente e promoveu uma reorganização provisória em quase todo o Poder Executivo, ocasião em que foi nomeada presidente do Inep a professora Maria Inês Fini, uma das fundadoras da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Doutora em Ciências, pedagoga, professora e pesquisadora na área de Psicologia da Educação, do Desenvolvimento Social e do Trabalho e especialista em Currículo e Avaliação, Maria Inês Fini retornou, assim, ao





“ A avaliação sozinha não tem valor. Absolutamente nenhum. Ela não é o farol que ilumina o passado, mas aquele que deve projetar luzes no futuro. Não manda e não tem autonomia. Quem manda na avaliação é o currículo. Só a partir do momento em que se estabelece o que se vai ensinar e o que se espera que os alunos aprendam e saibam fazer, é que se promove equidade e justiça social para definir avaliação. ”

Maria Inês Fini

órgão no qual comandou, na gestão de Maria Helena Guimarães de Castro, a Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Foi responsável pela criação e implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Em 31 de agosto de 2016, o Senado concluiu o processo de impeachment e Dilma Rousseff perdeu definitivamente seu cargo de Presidente da República. Maria Inês Fini permaneceu no cargo de presidente do Inep no âmbito do governo de Michel Temer.

Dentre as principais realizações encaminhadas por Fini, é importante citar a revitalização do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis), que é composto por docentes da educação superior capacitados pelo Inep para realizar avaliações externas de Instituições de Educação Superior (IES) e dos cursos de graduação, a reformulação dos Instrumentos de Avaliação in loco das insti-

tuições de ensino superior, parte integrante do SINAES, a elaboração das novas Matrizes de Referência da Avaliação do SAEB, para adequá-lo às novas determinações da BNCC - Base Nacional Comum Curricular, incluindo as novas dimensões de avaliação da alfabetização ao final do segundo ano do ensino fundamental e do componente Ciências.

Foi também descontinuada a promoção do relatório Enem por Escola iniciado em gestão anterior, por se tratar de equivocada atribuição de um exame individual como avaliação institucional. Pela sua total inadequação, também foi retirada do Enem a atribuição de certificação de conclusão do ensino médio e retomada a oferta do Encceja em nível nacional e no exterior, pois ele é o instrumento adequado para esse fim.

Para que esses necessários esclarecimentos acerca da avaliação e dos exames da educação básica que o Inep promove tivessem amparo jurídico maior e para esclarecimentos acerca das diferentes nomenclaturas atribuídas a eles em gestões anteriores, foi promulgado o decreto 9432, em 29 de junho de 2018.

152. Presidente do Inep, Maria Inês Fini. Brasília- DF Fotografias, 2018

153. Aluno da Escola Estadual de Santa Maria. Macapá- AP Fotografias

154. Série histórica dos dirigentes do Inep de 1937 a 2018 (próxima página). Fotografias

Na gestão da professora Maria Inês Fini foi também descontinuada a chamada Proviinha Brasil, por ter se constituído em avaliação processual formativa, própria dos professores em seu cotidiano de trabalho com o ritmo próprio de suas turmas, não sendo esse o papel do Inep, que faz as avaliações em larga escala. Pelo mesmo motivo, foi descontinuada a Plataforma Devolutivas, por disponibilizar itens de avaliação em larga escala para professores, induzindo uso inadequado desse tipo de avaliação para monitorar o desempenho cotidiano de alunos e “treinamento” para provas em larga escala.

Na sua gestão, foram realizados e disponibilizados os Relatórios de Monitoramento do Plano Nacional de Educação 2016 e 2018, atribuição do Inep na lei do PNE, base sólida para discussão nacional, elaborada pelos pesquisadores da Diretoria de Estudos, em contínua atividade de pesquisa sobre dados da educação nacional.

Durante esta gestão, o Inep realizou dois Seminários Internacionais, um sobre Avaliação do Ensino Superior e outro sobre Educação Básica e Estatísticas Educacionais, onde foram apresentados os trabalhos das respectivas diretorias e seus desafios para a solicitação de análises e colaboração dos parceiros nacionais e pesquisadores internacionais na definição e aperfeiçoamento de novos caminhos para os projetos de renovação das estatísticas e das avaliações educacionais.

Sob a condução de Fini, ainda se projetou a Escola Nacional de Estatísticas e Avaliações Educacionais do Inep, que visa aprimorar o papel estratégico do Inep na implantação da cultura de avaliação no Brasil, fortalecida a partir da década de 90.

Assim, é sob a condução de Maria Inês Fini que o Inep chega aos 80 anos de uma história singular, que passa por sua fundação e sucessivas refundações, sempre trazendo em si o espírito e os propósitos de seus fundadores, especialmente de Anísio Teixeira.

De 1937 a 2017, o percurso revela a cena e a contracena de uma história que deve orgulhar a todos os brasileiros, que têm no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira o exemplo de uma autarquia engajada, atuante e profundamente comprometida com a evolução e o desenvolvimento do povo brasileiro através de uma educação universal e de qualidade, sentença que exprime um verdadeiro compromisso institucional.

Do antigo Instituto Nacional de Pedagogia de 1937 até hoje, em seus múltiplos e diferenciados papéis, o Inep tem uma marca forte de participação na vida nacional cidadã, contribuindo para o estabelecimento e monitoramento das políticas públicas de educação com seu insumo principal de grande credibilidade nacional e internacional: produção de EVIDÊNCIAS sobre a educação brasileira.



GALERIA DOS DIRIGENTES DO INEP



1. Manoel Bergström Lourenço Filho
06/08/1938 a 28/01/1946



2. Murilo Braga de Carvalho
13/02/1946 a 28/04/1952



3. Anísio Teixeira
03/06/1952 a 27/04/1964



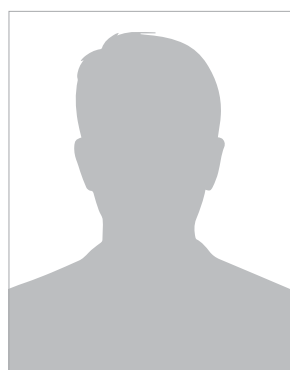
4. Carlos Pasquale
27/05/1964 a 12/07/1966



5. Carlos Corrêa Mascaro
12/07/1966 a 14/04/1969



6. Guido Ivan Marques de Carvalho
11/04/1969 a 18/03/1970



7. Walter de Toledo Piza
18/03/1970 a 21/01/1972



8. Ayrton de Carvalho Mattos
28/01/1972 a 17/02/1976



9. Francisco Cruz Barbosa Lopes
17/02/1976 a 06/08/1976



10. Maria Mesquita de Siqueira
06/08/1976 a 23/03/1979



11. Letícia Maria Santos de Faria
26/03/1979 a 13/01/1981



12. Hécio Ulhoa Saraiva
13/01/1981 a 13/04/1983



13. Lena Castello Branco de F. Costa
13/04/1983 a 27/03/1985



14. Vanilda Pereira Paiva
27/03/1985 a 17/04/1986



15. Pedro Demo
28/05/1986 a 08/07/1987



16. Manuel Marcos M. Formiga
08/07/1987 a 27/03/1990

1938 a 2018



17. João Batista F. Gomes Neto
26/06/1990 a 12/11/1991



18. Divonzir Arthur Gusso
12/11/1991 a 09/01/1995



19. Mª Helena Guimarães de Castro
08/03/1995 a 23/06/1995



20. Og Roberto Dória
16/08/1995 a 13/03/1996



21. Mª Helena Guimarães de Castro
24/02/1997 a 22/04/2002



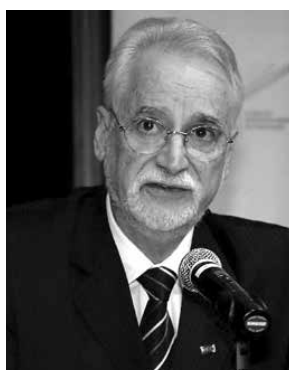
22. João Batista F. Gomes Neto
23/04/2002 a 15/01/2003



23. Otaviano A. Marcondes Helene
15/01/2003 a 10/07/2003



24. Raimundo Luiz Silva Araújo
25/07/2003 a 10/02/2004



25. Eliezer Moreira Pacheco
10/02/2004 a 30/09/2005



26. Reynaldo Fernandes
30/09/2005 a 21/12/2009



27. Joaquim José Soares Neto
21/12/2009 a 17/01/2011



28. Malvina Tuttman
18/01/2011 a 06/02/2012



29. Luiz Cláudio Costa
07/02/2012 a 12/02/2014



30. José Francisco "Chico" Soares
12/02/2014 a 15/03/2016



31. Luiz Roberto Liza Curi
16/03/2016 a 25/05/2016



32. Maria Inês Fini
25/05/2016 até o presente

Fonte: Rbep v.93, n.234
(número especial) e
Diário Oficial da União



Presente



Child playing hopscotch

4

3

6

8

10

9

C

F

C

O Inep em ação: retrato de uma autarquia federal a serviço da educação brasileira

O Inep é uma instituição cujos serviços prestados à educação brasileira são de tal magnitude que, em algum momento, é importante deixar que a história de suas ações fale por si. Nenhuma descrição geral é capaz de refletir a complexidade e a abrangência de suas iniciativas, em sua natureza transformadora, que deixaram marcas indelévels no Brasil dos séculos 20 e 21.

Este capítulo reserva, portanto, o espaço para que os projetos se apresentem e contem a história do Inep em ações, tal qual ele se apresenta hoje para a sociedade brasileira, com uma vasta e significativa bagagem de 80 anos.

O Inep tornou-se mais conhecido pelo que realiza – e que atende por uma enormidade de siglas e legendas – do que por seu próprio nome. Muitas dessas iniciativas são conhecidas por praticamente todos os brasileiros e estão presentes em momentos marcantes da vida escolar. Outras, embora essenciais para a validação de estudos e pesquisas, o levantamento de dados, a sistematização e a divulgação de trabalhos voltados para a educação, tornaram-se restritas a certos segmentos e ramos de atividade, mas nem por isso são menos importantes do que ações de grande espectro.

Justamente porque as ações do instituto, cada qual a seu modo, desempenham papel estratégico nas políticas públicas da educação brasileira, este capítulo não adotará critérios quantitativos para enumerar essas realizações. Afinal, como medir, por exemplo, a real importância de um programa de certificação internacional em comparação com gigantescas avaliações em âmbito na-

cional? Nosso objetivo, na continuidade do capítulo anterior – que mostrou a evolução do Inep desde sua criação, em 1937, como Instituto Nacional de Pedagogia, até sua consolidação como autarquia fundamental para subsidiar a elaboração de políticas públicas para o campo da educação, em 2017 –, é celebrar o instituto por meio de suas numerosas realizações.

Critérios distintos, públicos distintos, importância indiscutível em qualquer contexto: é nessa extensa gama de atividades que transparecem a importância e a abrangência de atuação do instituto. As ações aqui relacionadas aparecem, portanto, desvinculadas de qualquer propósito hierarquizante, com o objetivo de reforçar a imagem multifacetada e dinâmica da atuação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Atualmente, essa atuação de grande impacto nas políticas públicas educacionais brasileiras se divide em dois grandes conjuntos de exames e avaliações com foco na educação básica e na educação superior. Além disso, um conjunto de ações internacionais permite a produção de indicadores educacionais comparáveis internacionalmente.



1. Criança pulando amarelinha na escola CEPI Alcides Jubé. Goiania- GO Fotografia, 2002

2. Atividade de leitura. Rio Branco- AC Fotografia

EDUCAÇÃO BÁSICA





Censo Escolar da Educação Básica

Ano criação: 1998

Desde sua criação, em 1937, o Inep recebeu a responsabilidade formal de analisar e interpretar os dados educacionais fornecidos pelo Serviço de Estatísticas de Educação e Saúde (SEES), do Ministério da Educação.

Em 1956 e nos anos seguintes, a gestão governamental assumiria a política de aproximar a União e as unidades federativas a fim de produzir dados estatísticos, por meio da implantação de centros de estatística nas secretarias de educação do País.

Em 1991, seguindo este direcionamento, o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC) assumiu a tarefa de descentralizar a apuração dos dados educacionais coletados, por meio de um sistema informatizado capaz de estabelecer uma conexão com as secretarias estaduais. Desenvolvido sob a plataforma Paradox e implantado em microcomputadores Intel-S286SX, essa foi a experiência precursora do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd), criado posteriormente.

Em 1997, o SEEC foi integrado ao Inep, representando a unificação metodológica e institucional do levantamento de dados e avaliações educacionais no Brasil.

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em 1996,

foi fundamental para a consolidação do Censo Escolar da Educação Básica. A legislação do Fundef determinou que o MEC realizasse o censo educacional, todos os anos, e que tais dados constituiriam a base para fixar a proporção dos valores a serem repassados.

Mesmo com a substituição do Fundef pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Censo Escolar da Educação Básica continua sendo a base do funcionamento no processo do repasse.

Até o ano de 2006, a coleta era realizada pelas escolas das redes pública e privada por meio do preenchimento de cadernos de questões elaborados, padronizados, impressos e distribuídos pelo Inep. Após o preenchimento, os questionários eram enviados às Secretarias Estaduais de Educação ou aos seus órgãos descentralizados (Regionais de Ensino) para digitação, consolidação dos dados e realização de uma primeira avaliação de consistência de informações no Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd), com a supervisão e o apoio do Inep em todo o processo. O SIEd funcionava como uma ferramenta off-line utilizada pelos estados cuja leitura dos dados era realizada por meio de acesso remoto do Inep.

Apesar da reconhecida qualidade das informações estatísticas obtidas, ainda havia possibilidades de aperfeiçoamento, especialmente em relação à unidade de informação da coleta: a escola.

A forma como os dados eram obtidos permitia a dupla contagem de alunos e docentes nos diversos municípios e estados. Ademais, havia limitações quanto à informação sobre a trajetória escolar de alunos e a trajetória

3. Alunos em alfabetização na Escola Estadual Major Norberto Nóbrega. Goiânia- GO Fotografia, 2004

4. Versão atual da marca do Censo Escolar. Logomarca

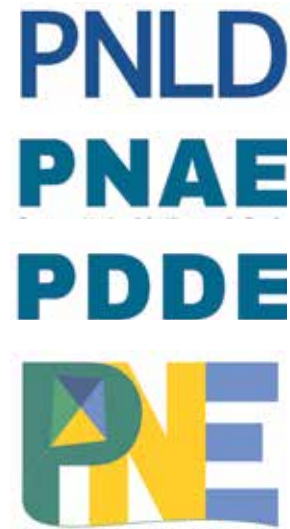
profissional de docentes. A logística envolvida na produção e distribuição de um questionário impresso que, depois de preenchido, deveria ser digitalizado para então ser efetuada a transmissão de seus dados também dificultava o processo. Tendo em vista essas dificuldades, em 2005 foi iniciado o desenvolvimento de um novo sistema de coleta, baseado nas alternativas oferecidas pelas tecnologias da informação, especialmente a internet e, a partir de 2007, foi criado o Educacenso.

O Censo Escolar da Educação Básica é ferramenta indispensável para que os diversos sujeitos educacionais e a sociedade em geral possam conhecer a situação educacional do país, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das escolas. Além disso, permite o acompanhamento da efetividade das políticas públicas destinadas à educação. Sendo assim, tem o objetivo de coletar dados e informações referentes à educação básica, subsidiando a elaboração de diagnósticos, análises e acompanhamento de políticas públicas e colaborando para o planejamento do sistema educacional brasileiro.

Com base nos dados do Censo Escolar, o Inep calcula um conjunto amplo de indicadores que possibilitam monitorar o desenvolvimento da educação brasileira, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

(Ideb), as taxas de rendimento e de fluxo escolar, a distorção idade-série, entre outros, os quais são referência para as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Os agentes políticos têm grande interesse na realização do Censo Escolar, pois as matrículas, os vínculos de docência e os dados escolares coletados por meio do censo servem de base para políticas públicas de financiamento da educação – como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) –, bem como para a determinação dos coeficientes



5. Versões atuais das marcas: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE; e Plano Nacional de Educação (PNE). Logomarcas

6. Versão antiga da marca do Censo Escolar. Logomarca

7. Relatório do Censo Escolar de 1998. Documento, 1998

8 e 9. A partir de 2005 o Censo Escolar passa a coletar dados referentes à diversidade étnica na educação. Cartazes, 2005

10. Censo Escolar de 2006. Folheto, 2006



A declaração de dados ao Censo Escolar tem como data de referência a última quarta-feira do mês de maio de cada ano, conforme a Portaria nº 264, de 26 de março de 2007. Este é o Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica. A data foi escolhido para se adequar ao calendário escolar de um país com a grandeza e a diversidade do Brasil. Dessa forma, as escolas devem preencher o Censo Escolar considerando a sua situação de funcionamento neste dia.



para a distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A veracidade dos dados declarados ao Censo Escolar é de responsabilidade solidária entre as escolas e os gestores dos entes federados (estados e municípios), sendo esses últimos responsáveis também pelo acompanhamento de todo o processo.

Os dados do Censo Escolar subsidiam também os processos de aplicação das avalia-

ções da educação básica realizados pelo Inep como a Prova Brasil/ Saeb, para alunos matriculados na 4ª série/ 5º ano e 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio, e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), para alunos matriculados no 3º ano do ensino fundamental de 9 anos.

A declaração das informações escolares ao Censo Escolar é obrigatória para todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica no país. As escolas que não preenchem o Censo Escolar são notificadas pelo Inep e o conteúdo da notificação e a re-



lação das escolas faltantes são enviados para as secretarias e conselhos estaduais e municipais de educação, de acordo com o art. 9º, § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/1996.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº01/2018, estabeleceu um conjunto de informações obrigatórias que devem constar dos registros administrativos de alunos e profissionais de educação das instituições de ensino do país.

O Inep realiza, anualmente, verificações in loco dos dados declarados ao Censo Escolar da Educação Básica, com o objetivo de monitorar o preenchimento das informações escolares, bem como orientar as secretarias municipais de educação sobre a coleta.

A verificação dos dados é feita com base na documentação existente na escola, sendo de extrema importância que os documentos sejam corretamente preenchidos e adequadamente organizados.

A coleta do Censo Escolar da Educação Básica é realizada por meio do Educacenso, um sistema informatizado de levantamento de dados do Censo Escolar que utiliza ferramentas web para coleta, organização, transmissão e disseinação dos dados, com preenchimento diretamente pela internet.

A realização de coleta de dados individualizados por aluno, por meio do sistema Educacenso, desde 2007, tem contribuído para a melhoria da fidedignidade das informações coletadas, tanto nos dados de matrícula quanto na apuração do movimento e do rendimento escolar.

A identificação do aluno por meio de um código de identificação (ID), atribuído pelo Inep, permite acompanhar seu percurso no sistema educacional e, por isso, possibilita o aprofundamento da análise das variáveis de movimento e rendimento escolar.

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica podem ser acessados de várias maneiras. As principais são:

- **Sistema Educacenso:** é o sistema de coleta do Censo Escolar. Somente os usuários cadastrados podem realizar o acesso.
- **Publicação no Diário Oficial da União (DOU):** anualmente, o Inep publica os resultados finais do Censo Escolar no DOU.
- **Data Escola Brasil:** é uma ferramenta para consultar informações escolares.
- **Consulta Matrícula:** é uma ferramenta para consultar os resultados finais do Censo Escolar.
- **Sinopses Estatísticas da Educação Básica:** são materiais para a consulta de informações e estatísticas educacionais.

11. Alunos em aula de canto. Camboriú- SC Fotografia

12. Aula de informática na Escola Municipal Eber Louzada Zippinotti. Vitória- ES Fotografia

13. Alunos do Amazonas a caminho da escola. Fotografia

14. Merenda escolar. Rio de Janeiro- RJ Fotografia, 2018

15. Aplicativo Censo Localiza, lançado em 2018 com o objetivo de aprimorar a coleta de dados de localização geográfica das escolas no Censo Escolar. Divulgação *online*, 2018



• **Microdados:** permitem acessar todo o acervo de dados coletados, com exceção dos dados individuais de alunos e profissionais escolares e dos dados de endereço das escolas. Assim, é possível consultar os dados primários e reproduzir todos os indicadores calculados pelo Inep, sendo uma forma abrangente e transparente de disseminação das informações coletadas por meio do Censo Escolar.

• **InepData:** É um sistema para a consulta de informações e estatísticas educacionais.

O Inep capacita profissionais da educação para o correto preenchimento das informações do Censo Escolar, bem como conselheiros e cidadãos, a fim de conscientizá-los sobre a importância do acompanhamento e do controle social dos dados educacionais.

A Portaria nº 91, de 2 de fevereiro de 2017, torna públicos os princípios fundamentais e as boas práticas que orientam a produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep e estabelece um total de 16 princípios estatísticos. Os princípios têm por objetivo promover uma conduta profissional adequada, manter a qualidade das estatísticas e melhorar continuamente os métodos e processos para a produção, o tratamento, a análise e a disseminação dos dados coletados.

Um dos princípios se refere à coordenação da produção de estatísticas educacionais nacionais e define que “a coordenação de esforços e a colaboração com os demais entes federados e outras organizações nacionais produtoras de estatísticas oficiais devem ter em vista o desenvolvimento de um trabalho conjunto e articulado, essencial para melhorar a qualidade, a comparabilidade e a coerência das estatísticas educacionais”.

Dessa forma, é fundamental a articulação entre o Inep, os estados e os municípios para a melhoria da qualidade dos dados declarados no Censo Escolar e sua fidedignidade.





Sistema de Avaliação da Educação Básica

Ano de criação: 1990

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), instituído em 1990, foi inicialmente composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala, tendo como objetivo realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que poderiam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado.

O Saeb era composto por três avaliações que, a partir de 2018, foram incorporadas ao Sistema Nacional de Avaliação, sendo elas: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil; e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/ Prova Brasil)

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/ Prova Brasil) era uma avaliação censitária bianual envolvendo os alunos do 5º ano (4ª série) e 9º ano (8ª série) do ensino fundamental das escolas públicas que possuíam, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/ anos avaliados.

O objetivo principal era mensurar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas, produzindo informações sobre os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa (leitura) e Matemática e fornecendo resultados para cada unidade escolar participante, bem como para as redes de ensino em geral. Apresentava, ainda, indicadores contextuais sobre as condições extra e intraescolares em que ocorre o trabalho da escola. Os dados apresentados visavam servir de subsídio para diagnóstico, reflexão e planejamento do trabalho pedagógico da escola, bem como para a formulação de ações e políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade da educação básica.

16. Versão atual da marca do Sistema de Avaliação da Educação Básica- Saeb. Logomarca

17. Organograma do Saeb e versões antigas das marcas dos programas filiados: Aneb), Anresc/ Prova Brasil e ANA.

18. Saeb 2003. Cartaz, 2003

19. Saeb 1999. Folder, 1999

20. Seminário Inep e UNESCO sobre Desigualdade de Aprendizado e Infraestrutura na Educação Básica: Evidências a partir do SAEB Divulgação *online*, 2018

21. Resultados do SAEB Divulgação *online*, 2018



Com o SAEB é possível melhorar a educação básica: conhecendo, participando, agindo.

SAEB 2003

Realização: de 3 a 7 de novembro

www.inep.gov.br/saeb

Ministério da Educação

Como vai a educação básica no Brasil?

O Saeb é o diagnóstico da educação básica em todo o País, oferecendo informações que permitem monitorar as políticas educacionais e orientar as ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

estamos participando do Saeb 99

SEMINÁRIO INEP E UNESCO

Desigualdade de Aprendizado e Infraestrutura na Educação Básica:
Evidências a partir do SAEB

23 de maio de 2018 • Brasília – DF

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Representação no Brasil

INEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Alfabetização no Sistema de Avaliação da Educação Básica

Confira os resultados do Saeb por um novo ponto de vista.

INEP



O levantamento produzido pelo SAEB, através das suas três avaliações, produz informações que subsidiam a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, visando a contribuir para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores sobre fatores de influência do desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.



Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb)

A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) utilizava os mesmos instrumentos da antiga Anresc e era aplicada com a mesma periodicidade. Diferenciava-se por abranger, de forma amostral, escolas e alunos das redes públicas e privadas do país que não atendiam aos critérios de participação da Anresc, e que pertencessem às etapas finais dos três últimos ciclos da educação básica: em áreas urbanas e rurais, 5º ano (4ª série) e 9º ano (8ª série) do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio regular.

Essa avaliação amostral, em conjunto com a realizada de forma censitária, permitia manter as características, os objetivos e os procedimentos da avaliação da educação básica efetuada até 2003 pelo Saeb, tendo como foco avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação básica brasileira. Os resultados das etapas e dependências administrativas avaliadas exclusivamente pela Aneb eram apresentados por regiões geográficas e unidades da federação.

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) era uma avaliação externa que objetivava aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas. As provas aplicadas aos alunos forneciam três resultados: desempenho em leitura, desempenho em Matemática e desempenho em escrita. Além dos testes de desempenho, que mediam a proficiência dos estudantes nessas áreas, a ANA apresentava, em sua primeira

edição, as seguintes informações contextuais: o Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Formação Docente da escola. Esta avaliação era censitária, portanto, era aplicada a todos os alunos matriculados no 3º ano do ensino fundamental. Tinha como principais objetivos: avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental; produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino; e concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

As secretarias de educação, fossem estaduais ou municipais, eram a ligação do Inep/MEC com todas as escolas avaliadas, e ajudavam a articular a aplicação da prova em cada unidade da federação.

Em 2017, o critério estabelecido foi de que a escola deveria ter, pelo menos, 10 alunos para participar do Ideb, e os resultados só seriam divulgados para escolas que possuissem 80% de alunos presentes no momento da aplicação.

A partir de 2011, a divulgação dos resultados do Saeb passou a ser dividida em três etapas: divulgação preliminar, interposição de recursos e divulgação dos resultados finais. A divulgação preliminar é uma etapa restrita aos gestores escolares. Por meio de um sistema eletrônico, os diretores podem consultar, em um período específico determinado em portaria, os resultados preliminares da avaliação. Essa consulta apresenta o quantitativo de alunos participantes, a média e a distribuição dos estudantes na escala de proficiência. É possível, então, interpor recurso e somente após essa etapa é feita a divulgação final, aberta ao público

Ideb

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Ano de criação: 2007

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Ele reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho nas avaliações do Inep – o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil, para os muni-

cípios. A série histórica se inicia em 2005, a partir de quando foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo país, mas também por escolas, municípios e unidades da federação.

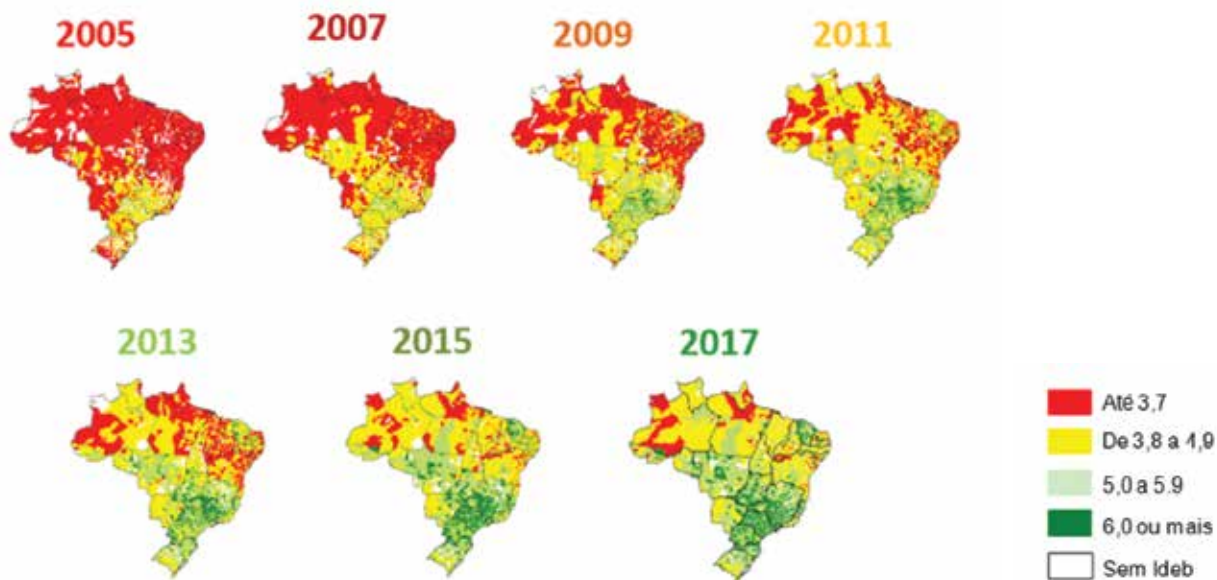
O Ideb agrega, ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep, a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou na Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias.

22. Versão antiga da marca do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).
Logomarca

23. Versão atual da marca do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
Logomarca

24. Mapa comparativo dos resultados do Ideb por município nos anos de 2005 a 2017.
Publicação, 2003



Fonte: MEC/Inep; Mapa elaborado por Inep/DCEED



Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e as do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o país, realizados a cada dois anos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica objetiva mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Prova Brasil e Saeb) e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos. Essas duas dimensões, que refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, precisam ser aprimoradas para que o país alcance níveis educacionais compatíveis com suas potencialidades. Pela própria construção matemática do indicador (taxa de troca entre as duas dimensões consideradas), para elevar o Ideb, as redes de ensino e as escolas precisam melhorar as duas dimensões do indicador simultaneamente, uma vez que a natureza do indicador dificulta a sua elevação considerando apenas a melhoria de uma dimensão em detrimento da outra.

Desde a quarta edição do Ideb (2011), o Inep estabeleceu uma nova sistemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e instituiu que o público-alvo para aplicação das provas seria obtido a partir dos dados fornecidos ao Censo Escolar. Esse procedimento permitiu que as provas passassem a ser identificadas com nome e dados pessoais dos estudantes ainda no processo de impressão e, no momento de sua aplicação, a distribuição do material passou a ser nominal. Tal medida configura-se em um procedimento valioso para o controle de qualidade da aplicação e da representatividade dos resultados obtidos, pois possibilita a identificação dos alunos que fizeram a prova e, naturalmente, aqueles que não a fizeram.

Outra ação importante foi o critério de participação mínima na aplicação, que foi estabelecido como sendo 50% do número de estudantes declarados ao Censo Escolar. Tiveram divulgados os seus resultados de desempenho na Prova Brasil e, consequentemente, no Ideb, tão somente as unidades escolares públicas e os municípios que cumpriram esse critério, buscando, dessa forma, garantir um número mínimo de participação e uma maior precisão do resultado.

A série histórica de resultados do Ideb se inicia em 2005, a partir de quando foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo país, mas também por escolas, municípios e unidades da federação.



O Ideb é a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, que tem estabelecido, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. As metas são diferenciadas para cada escola e rede de ensino.

A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um Ideb igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da independência.

As metas são diferenciadas para cada unidade, rede e escola, apresentadas bienalmente, de 2007 a 2021, de modo que estados, municípios e escolas possam melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da independência. Mesmo quem já tem um bom índice deve continuar a evoluir. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as metas preveem um esforço mais concentrado, para que melhorem mais rapidamente, diminuindo assim a desigualdade entre esferas, com apoio específico previsto pelo Ministério da Educação.

Foi o Inep que estabeleceu parâmetros técnicos de comparação entre a qualidade dos sistemas de ensino do Brasil com os de países da OCDE. Ou seja, a referência à OCDE é parâmetro técnico em busca da qualidade, e não um critério externo às políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo MEC, no âmbito da realidade brasileira.

As metas intermediárias para o Ideb foram calculadas pelo Inep no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica. Cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional.



As metas consideram o estágio de desenvolvimento educacional na qual a unidade considerada (escola, município e estado) estava em 2005. Assim, propôs-se uma trajetória para cada unidade, de maneira que, no conjunto, o país alcance a sua meta ao final do período considerado (ver Quadro 2 a seguir). Como as trajetórias são diferentes para cada unidade considerada, os esforços também serão distintos. A construção das metas considerou o ajustamento de uma função logística a partir dos parâmetros iniciais observados em 2005 e a convergência dos Idebs de todas as unidades (escolas, municípios e estados) em 2025, vislumbrando a possibilidade de “promoção da equidade” no horizonte da projeção.

A meta nacional norteia todo o cálculo das trajetórias intermediárias individuais do Ideb para o Brasil, as unidades da federação, os municípios e as escolas, a partir do compartilhamento do esforço necessário em cada esfera para que o país atinja a média almejada no período definido.

25. Versões antigas das marcas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Logomarca

26. A partir da edição 2017 do Ideb, o portal do Sistema Ideb por Escola passou a trazer também informações do ensino médio. Divulgação *online*, 2018

enem

Exame Nacional do Ensino Médio

Data de criação: 28 de maio de 1998 (Portaria MEC nº 438)

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é, sem dúvida, a ação do Inep de maior visibilidade e repercussão. Criado em 1998, o exame destina-se a avaliar anualmente o aprendizado dos alunos do ensino médio em todo o país e, dessa forma, auxiliar na elaboração de políticas pontuais e estruturais de melhoria do ensino brasileiro. Essa ação se dá com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) dos ensinos médio e fundamental, os quais podem ser aperfeiçoados de acordo com as indicações do cruzamento de dados e pesquisas nos resultados do Enem.

O Enem foi a primeira iniciativa de avaliação geral do sistema de ensino implantado no Brasil. Uma de suas funções era a de influenciar mudanças nos currículos de ensino médio. Para isso, buscou-se aumentar a importância do exame, o qual, já na segunda edição, foi utilizado como modalidade alternativa de acesso ao vestibular de 93 instituições de ensino superior.

A partir de 2004, a prova passou a servir para ingresso em cursos superiores no caso de candidatos que, com a nota do exame, se inscrevessem para conseguir bolsa de estudo em faculdades particulares pelo ProUni. Em 2009, foi introduzido um novo modelo de prova para o Enem, com a proposta de unificar o concurso vestibular das universidades federais brasileiras. Foi adotada a Teoria da Resposta ao Item (TRI) na formulação da prova, que permite que as notas obtidas em edições diferentes do exame sejam comparadas e até mesmo utilizadas para ingresso nas instituições de ensino superior.

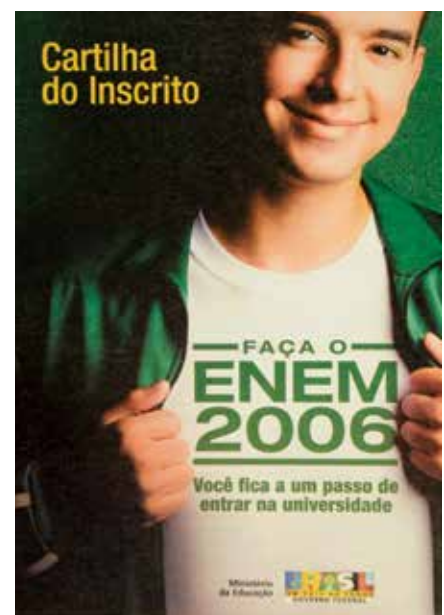
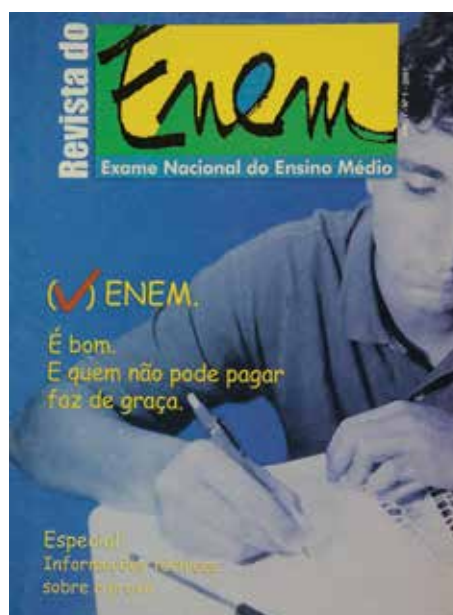
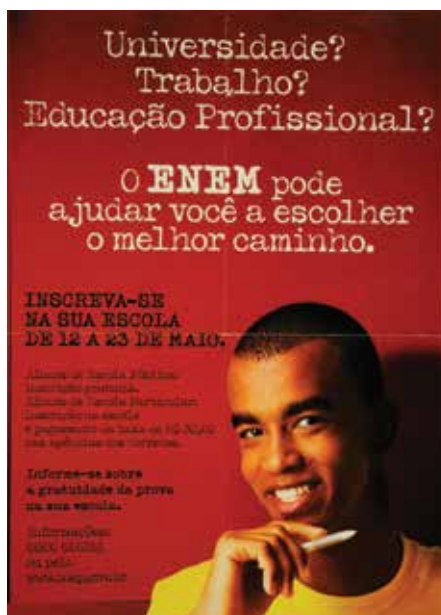
27. Versão atual da marca do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Logomarca

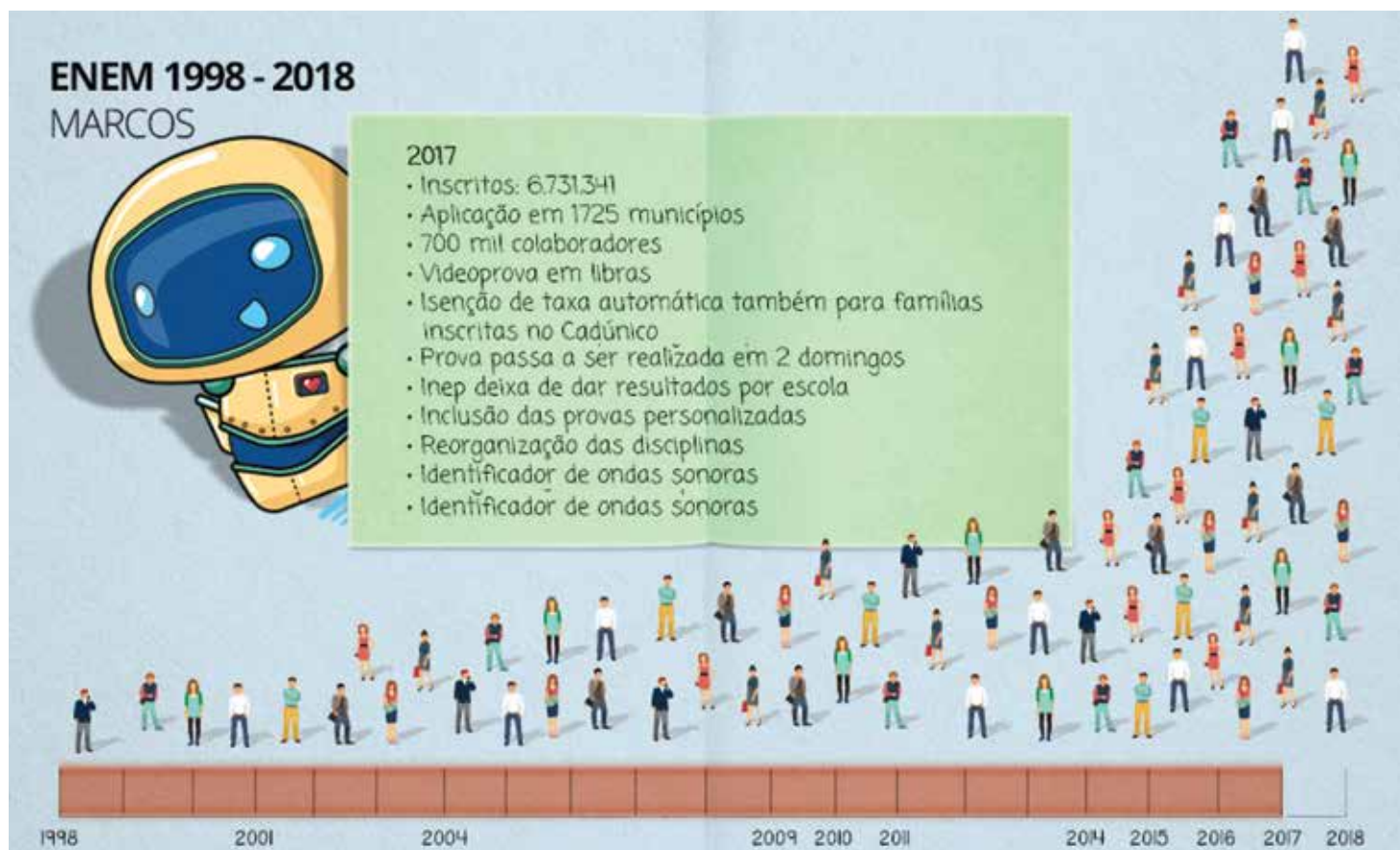
28. Enem 2014. Cartaz, 2014

29. Capa da Revista do Enem, Ano 1, N. 1. Revista, 2001

30. Cartilha do Inscrito do Enem 2006. Publicação, 2006

31. Marcos do Enem e número de inscritos nas edições de 1998 a 2018. Publicação online, 2018





O Enem tornou-se critério de acesso às universidades públicas brasileiras através do SISU (Sistema de Seleção Unificada). Da mesma forma passou a ser utilizado para a aquisição de bolsa de estudo integral ou parcial em universidades particulares através do ProUni (Programa Universidade para Todos) e para obtenção de financiamento através do Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). Além disso, o Enem também passou a ser reconhecido como certificado de conclusão do ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), antigo supletivo, substituindo o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

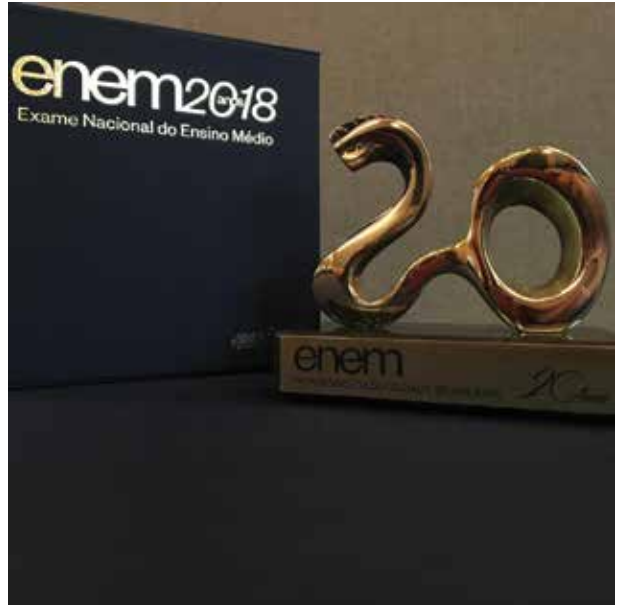
Em 2017, a edição contou com 7,6 milhões de inscrições. Nessa edição, deu-se fim à emissão de certificados de conclusão do ensino médio, retirando quase 1 milhão de es-

tudantes da prova e dando origem ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Pela primeira vez o exame foi personalizado, sendo impressos nas provas de cada participante o seu nome e número de inscrição.

Um dos fatores que garantem originalidade ao Enem é o fato de sua prova ser diferente dos modelos tradicionais, marcados pela filosofia da memorização vazia e repetitiva. Seu grande diferencial é a adoção da transdisciplinaridade, conceito que se baseia no emprego de conhecimentos de duas ou mais disciplinas para obtenção da resposta.

As questões de prova do Enem são elaboradas no Ambiente Físico Integrado Seguro, espaço de segurança máxima, com várias salas. Nele são analisadas todas as questões usadas em exames e avaliações do Inep. A área só pode ser acessada após uma série

Inscritos no Enem	
1998	157.221
2001	162.131
2004	1.552.316
2009	4.148.721
2010	4.626.093
2011	5.380.857
2014	8.760.366
2015	7.746.436
2016	8.627.371
2017	6.731.341
2018	6.774.891



de autorizações e um completo procedimento de segurança. O acesso é restrito a poucos servidores do Inep e a colaboradores, e eles só entram na área após atravessar um escâner corporal e várias portas duplas. O acesso é feito por identificação biométrica.

Em sua matriz de referência, o Enem explicita cinco eixos cognitivos, comuns a todas as áreas do conhecimento:

I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.

II. Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos históricogeográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

IV. Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Ainda em sua matriz de referência, as competências são identificadas e distribuídas nas áreas de:

- Linguagens, códigos e tecnologias;
- Matemática e suas tecnologias;
- Ciências da Natureza e suas tecnologias; e
- Ciências Humanas e suas tecnologias.

No processo de elaboração do exame, a produção de uma única questão envolve dez etapas. São elas:

1. Publicação de um edital de chamada pública para seleção de colaboradores para produção de itens.
2. Equipes das quatro áreas de conhecimento avaliadas pelo Enem capacitam os colaboradores, alinhando os critérios estabelecidos pelas matrizes de referência e pelo guia de elaboração e revisão de itens.
3. Os itens, como são chamadas as questões, são elaborados conforme os parâmetros do Inep.
4. O revisor técnico-pedagógico confere se os critérios foram atendidos, para avaliar a necessidade de modificações.

32. Avião da Força Aérea Brasileira transportando provas do Exame Nacional do Ensino Médio- Enem para o Amazonas. Fotografia, 2017

33. Em 2018 o Enem comemora 20 anos de sua criação. Divulgação *online*, 2018

34, 35 e 36. Eventos de capacitação das equipes para o Enem 2018 em Recife- PE e Belo Horizonte- MG. Fotografias, 2018

37. Caminhão dos Correios envolvido na logística de distribuição das provas do Enem. Fotografia, 2018

38. Estudantes chineses concentrados para exame de admissão do ensino superior, conhecido como o Gão Kão, da República Popular da China Fotografia, 2016



Com mais de 8,5 milhões de inscritos na edição de 2016, o Enem é o segundo maior exame vestibular do mundo, atrás somente do Gão Kão, o exame de admissão do ensino superior que acontece todos os anos na República Popular da China.



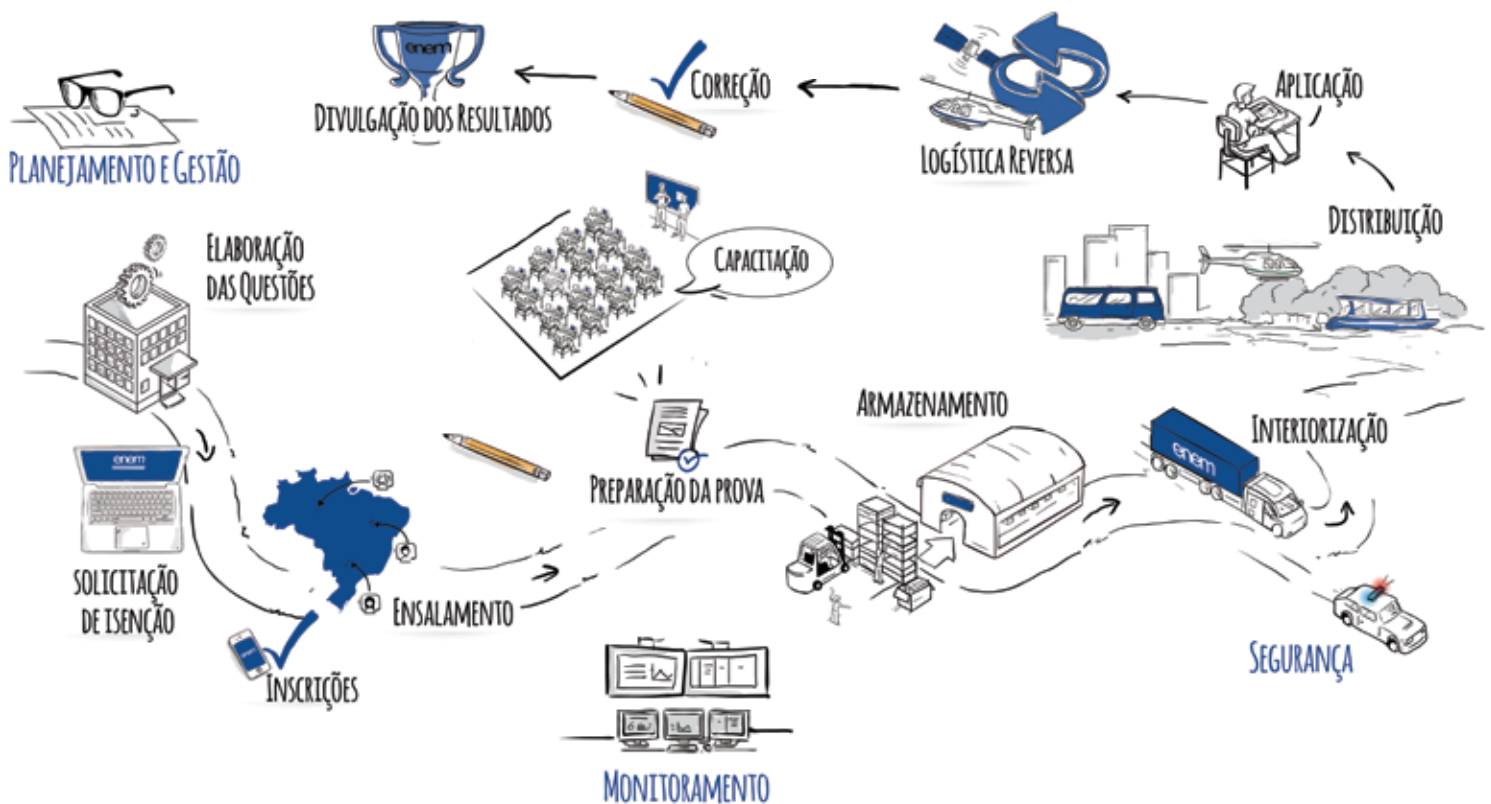
5. Especialistas das áreas de conhecimento são convidados para cancelarem ou não as modificações feitas pelo elaborador e revisor, sempre guiados pela ficha de revisão de itens.
6. Especialistas das áreas de conhecimento do Inep validam, ou não, o item elaborado para que ele passe a compor o Banco Nacional de Itens (BNI).
7. O pré-teste é a aplicação de um conjunto de itens a uma amostra populacional com ca-

racterísticas semelhantes à do público-alvo do Enem. A pré-testagem é a forma empírica de avaliar parâmetros, tais como a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão.

8. A partir das respostas são feitas análises psicométricas e pedagógicas. As questões que atendem a todos os critérios ficam disponíveis para a montagem de provas futuras. As demais são descartadas ou encaminhadas para melhoria.

9. O item finalizado passa a integrar o Banco Nacional de Itens, à disposição para uso em alguma prova do Enem.

10. Durante a seleção dos itens para a composição de uma prova, são levados em conta os índices psicométricos obtidos no pré-teste. Também são considerados conteúdo abordado, temática e habilidade.





Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

Ano de criação: 2002

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Enceja é um conjunto de exames que, além de diagnosticar a educação básica brasileira, permite certificar saberes adquiridos tanto em ambientes escolares quanto extraescolares. Isso se dá por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros.

O Enceja constitui-se de provas estruturadas da seguinte forma:

- Para o ensino fundamental: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação; Matemática; História e Geografia; e Ciências Naturais.
- Para o ensino médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; e Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

Essas áreas do conhecimento foram estabelecidas a partir do currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Para que o interessado possa se preparar para o exame, o Inep disponibiliza, em sua página na internet, o material didático pedagógico de apoio aos participantes e professores, que é composto por um volume introdutório, quatro volumes de orientações aos professores e oito volumes de orientações ao estudante (quatro para o ensino fundamental e quatro para o ensino médio).

A Matriz de Competências indica 30 habilidades. As competências do sujeito são eixos cognitivos que se referem, também, ao domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, enfrentamento e resolução de situações-problema, capacidade de argumentação e elaboração de propostas. Dessas interações resultam, em cada área, habilidades que são avaliadas por meio das 30 questões objetivas, na prova de múltipla escolha, e pela produção de um texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de um tema de ordem social, científica, cultural ou política, mais conhecido como a redação.

O Enceja é realizado pelo Inep em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação. O exame é aplicado pelo Inep, mas a emissão do certificado e a declaração de proficiência são responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que firmam Termo de Adesão ao Enceja.

A participação dos interessados no Enceja é voluntária e gratuita, destinada aos jovens e

39 e 40. Versões primeira e antiga das marcas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Logomarca

41. Logística da elaboração, execução e interpretação dos dados do Enem. Publicação *online*, 2018

42 e 43. Versões atual e antiga das marcas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja). Logomarcas





44. Da esquerda para a direita: o leitor/transcritor Pasqual Frediani, o participante Lucas Gabriel Barbosa dos Santos, a coordenadora de local de prova Angela Maringoli e a leitora/transcritora Mayra Gonçalves, em aplicação do Encceja 2018 no Pronto Socorro Infantil da Santa Casa de Misericórdia. São Paulo - SP
Fotografia

45. Versão antiga da marca do Encceja.
Logomarca

46. Antônio, participante do Encceja 2018.
Divulgação *online*, 2018

adultos residentes no Brasil e no exterior, inclusive às pessoas privadas de liberdade, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada. Para tal, uma estrutura logística que alcance todo o país e o exterior é montada para que as provas sejam aplicadas.

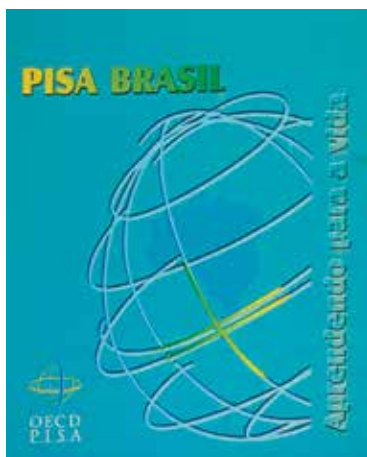
O exame tem quatro aplicações, com editais e cronogramas distintos: Encceja Nacional – para residentes no Brasil, Encceja Nacional PPL – para residentes no Brasil privados de liberdade ou que cumprem medidas socioeducativas, Encceja Exterior – para brasileiros residentes no exterior e Encceja Exterior PPL – para residentes no exterior privados de liberdade ou que cumprem medidas socioeducativas. As aplicações fora do Brasil são realizadas em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A fim de orientar a preparação para o Encceja, existe uma Coleção Cadernos de EJA que foi elaborada pelo MEC para o ensino fundamental de jovens e adultos, da alfabetização até a 8ª série, e segue as orientações curriculares do Conselho Nacional de Educação - CNE, organizando os componentes e conteúdos em torno de eixos temáticos, tendo o trabalho como eixo geral integrador.

A palavra-chave dessa coleção é flexibilidade, que é uma verdadeira ferramenta do trabalho pedagógico, pois dá liberdade ao processo de ensino e aprendizagem. Essa flexibilidade permite que o professor, ao elaborar seu planejamento, possa inserir textos e atividades livremente, enriquecendo seu dia a dia na sala de aula e a organização do processo.



O Encceja atende à política pública que almeja oferecer a formação educacional básica aos jovens e adultos residentes no Brasil ou no Exterior que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos em idade própria e, para as provas, oferece atendimento específico para gestante, lactante, idoso ou pessoa com necessidades especiais, tais como baixa visão, cegueira, visão monocular, deficiência física, auditiva, mental, surdocegueira, dislexia, déficit de atenção, autismo e discalculia.



PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

Ano de criação: 2000

O *Programme for International Student Assessment (Pisa)* – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), havendo uma coordenação nacional em cada país participante. No Brasil, a coordenação do Pisa é responsabilidade do Inep.

O objetivo do Pisa é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria da educação básica. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea.

As avaliações do Pisa acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento –

Leitura, Matemática e Ciências – havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas. Em 2000, o foco foi em Leitura; em 2003, Matemática; e em 2006, Ciências. O Pisa 2009 iniciou um novo ciclo do programa, com o foco novamente recaindo sobre o domínio de Leitura; em 2012, novamente Matemática; e em 2015, Ciências. Em 2015 também foram incluídas as áreas de Competência Financeira e Resolução Colaborativa de Problemas.

Além de observar tais competências, o Pisa coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais que possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Essas informações são coletadas por meio da aplicação de questionários específicos para alunos, professores e escolas.

Os resultados desse estudo podem ser utilizados pelos governos dos países envolvidos como instrumento de trabalho na definição e no refinamento de políticas educativas, tornando mais efetiva a formação dos jovens para a vida futura e para a participação ativa na sociedade.

O Pisa e o Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso “Todos pela Educação”, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação fomentado pelo Ministério da Educação. O objetivo é alcançar a média de 6,0 em 2022 – período estipulado, tendo como base a simbologia do bicentenário da independência. Para isso, cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, visando reduzir a desigualdade educacional.

47. Marca do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA Brasil). Publicação, 2002

48. Marca da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), organização econômica intergovernamental que coordena o PISA nos vários países. Logomarca





49. Representantes do Inep participaram da 45ª reunião do *Pisa Governing Board*. Suécia, Suécia, 2018

50. Relatório Nacional PISA 2012: Resultados Brasileiros. Publicação, 2012

51. Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável em 2015 está o objetivo de garantir a educação de qualidade. Logomarca

52. Aluno do ensino fundamental. Sobradinho- DF, 2016

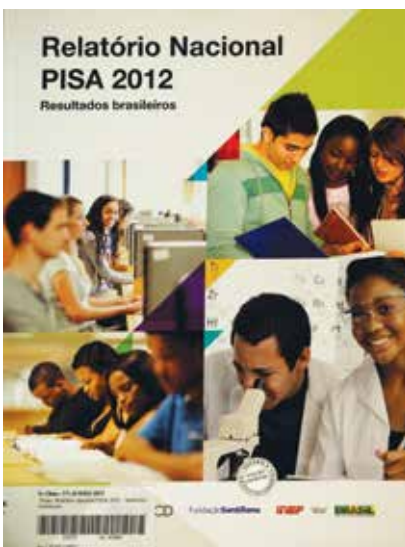
A definição de uma meta nacional para o Ideb em 6,0 significa dizer que, considerando os anos iniciais do ensino fundamental, o país deve atingir, em 2021, o nível de qualidade educacional médio dos países-membro da OCDE observado atualmente, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação).

O Pisa é desenhado a partir de um modelo dinâmico de aprendizagem, no qual novos conhecimentos e habilidades devem ser continuamente adquiridos para uma adaptação bem-sucedida em um mundo em constante transformação. Para serem aprendizes efetivos por toda a vida, os jovens precisam de uma base sólida em domínios-chave e devem ser capazes de organizar e gerir seu apren-

dizado. Isso requer consciência da própria capacidade de raciocínio e de estratégias e métodos de aprendizado.

A avaliação aborda múltiplos aspectos dos resultados educacionais, buscando verificar o que é chamado de letramento em Leitura, Matemática e Ciências.

A expressão “letramento” pretende refletir a amplitude dos conhecimentos e competências que estão sendo avaliados. O Pisa procura ir além do conhecimento escolar, examinando a capacidade dos alunos de análise, raciocínio e reflexão ativa sobre seus conhecimentos e experiências, enfocando competências que serão relevantes para suas vidas futuras na solução de problemas do dia a dia



Desde sua primeira edição, em 2000, o número de participantes do PISA só tem aumentado. O Brasil é o único país sul-americano que participa desde sua primeira aplicação, tendo iniciado os trabalhos preparatórios em 1998. Em 2015, participaram do Pisa 35 países-membro da OCDE e 35 países parceiros. Os resultados do Pisa 2012, por exemplo, congregaram 65 países – total que leva em conta algumas economias que não podem ser consideradas países, como Hong Kong, Macao, Shangai e Taiwan. Durante as edições também ocorrem alterações entre os participantes: em 2012 foram incluídos Vietnã, Chipre, Costa Rica, Emirados Árabes Unidos e Malásia. Outros países participaram da edição do Pisa 2009, mas não participaram da edição 2012, como Panamá, Trinidad e Tobago, Quirguistão, Azerbaijão e Dubai (EAU).

ERCE/LLECE - Estudos Regionais Comparativos

Ano de criação: 1997

Os Estudos Regionais Comparativos foram desenvolvidos para avaliar a qualidade da educação no ensino fundamental por meio do Laboratório Latinoamericano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE).

Em 1997 realizou-se o Primeiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Perce), como um estudo internacional comparativo sobre Linguagem, Matemática e Fatores Associados, foi aplicado a alunos do 4º e 5º anos da educação básica.

Considerado uma das maiores conquistas políticas dos países da América Latina nos anos 90, pela primeira vez um modelo de avaliação conseguiu reunir informações comparativas sobre a aprendizagem de alunos da região. Em 2006 aconteceu o Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Serce).

O Serce se consolidou como um projeto do LLECE, que contou com a participação de especialistas que discutiram em conjunto o desenho, a implantação e a análise dos instrumentos. A visão multidisciplinar fez desse estudo um interessante espaço de colaboração, aprendizagem e fortalecimento de capacidades técnicas para as equipes dos sistemas nacionais de avaliação envolvidos. O Serce agregou dezesseis países latino-americanos em torno dessa segunda oportunidade de avaliação da educação básica na América Latina.

A partir de 2000 já havia outra avaliação internacional da educação básica – o Programme for International Student Assessment (Pisa) –, mas os estudos desenvolvidos pelo LLECE continuaram apresentando um caráter

diferencial, pois ao contrário do Pisa, que é voltado para estudantes na faixa dos 15 anos de idade em apenas nove países entre os dezesseis envolvidos com o LLECE, o Serce abrangeu uma maior área em séries específicas do ensino fundamental.

Em 2013 ocorreu o Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Terce), resultado de esforços de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e o estado mexicano de Nuevo Leon.

Os resultados de aprendizagem do Terce – comparados aos do Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Serce, 2006) – mostram o progresso que os sistemas de ensino têm alcançado em termos de aprendizagem de Línguas, Matemática e Ciências em alunos do ensino fundamental. Outras inovações foram os “módulos nacionais” de fatores associados, que permitem que os países estudem os fatores coincidentes que afetam a aprendizagem.

Em setembro de 2018, o Inep representou o Brasil junto à Unesco, durante a 40ª Reunião de Coordenadores Nacionais do LLECE, a fim de estabelecer um mecanismo de monitoramento das ações da Agenda da Educação 2030 e do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4 da ONU sobre educação.





Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem

Ano de criação: 2007

A Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey - TALIS) coleta dados comparáveis internacionalmente sobre o âmbito de aprendizagem e as condições de trabalho dos professores nas escolas de diversos países. A comparação de informações atualizadas e que levam em conta o ponto de vista dos profissionais atuantes pode ajudar os países na revisão e definição de políticas para o aprimoramento da profissão docente.

Pesquisadores e gestores de políticas podem utilizar os dados gerados pela Pesquisa TALIS para identificar outros países que enfrentam desafios semelhantes aos seus. Além disso, essa interação possibilita o conhecimento de outras estratégias e tipos de políticas públicas.

No ano de 2007, o Brasil participou da primeira rodada da pesquisa. O foco principal foi o ambiente de aprendizagem e as con-

dições de trabalho que as escolas oferecem aos professores das séries/anos finais do ensino fundamental.

A segunda rodada da pesquisa ocorreu em 2013 e o Brasil igualmente estava presente. Houve uma pequena alteração no foco, que priorizou informações sobre liderança escolar, formação de professores, avaliação e feedback para o professor, crenças pedagógicas e percepção de auto-eficácia dos professores. A terceira edição ocorreu em 2018 e os resultados estão sendo processados para divulgação em 2019.

A TALIS é coordenada em âmbito internacional pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A pesquisa entrevista professores que atuam em turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, além dos diretores de suas respectivas escolas. O questionário da TALIS contém perguntas sobre a formação inicial e continuada dos professores, suas práticas e crenças pedagógicas, além de levantar informações sobre o ambiente escolar.

No caso específico do Brasil, a utilização de uma lista preliminar com os dados advindos do Censo Escolar sobre os professores daquela escola imprimiu maior celeridade à composição da amostra final de professores aptos a participarem da pesquisa em cada escola.

53. Marca atual da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem - TALIS. Logomarca

54. Relatório Nacional TALIS. Capa, 2014

55. Organograma do QEdU Ideograma, 2017

56. Aluna da Escola Municipal Luís Mendes Pontes João Pessoa- PB Fotografia



A primeira rodada da Pesquisa TALIS contou com a participação de 24 países, incluindo o Brasil. Na segunda aplicação, professores e diretores de 34 países fizeram parte do levantamento. No Brasil, 14.291 professores e 1.057 diretores completaram o questionário da TALIS. A primeira rodada da Pesquisa TALIS contou com a participação de 24 países, incluindo o Brasil. Na segunda aplicação, professores e diretores de 34 países fizeram parte do levantamento. No Brasil, 14.291 professores e 1.057 diretores completaram o questionário da TALIS.

Banco de Propostas Inovadoras em Avaliação da Educação Básica

Ano de criação: 2012

O Banco de Propostas Inovadoras em Avaliação da Educação Básica foi criado pelo Inep para facilitar o acesso de escolas públicas e privadas a informações sobre avaliações da educação básica, agregando plataformas *online* que permitissem o acesso a conteúdo didático e simulados de avaliações organizadas pelo instituto. Além disso, facilita o acesso a dados educacionais com o objetivo de auxiliar gestores, diretores, professores e todos os interessados a fazerem melhores escolhas na educação.

O objetivo do banco é disseminar ferramentas, com base no uso da tecnologia, que ajudem educadores a promoverem uma melhor educação no país e sejam também ferramentas de preparação dos jovens brasileiros.

Q Edu



A ação de maior visibilidade do Banco de Propostas Inovadoras em Avaliação da Educação Básica é a plataforma digital *online* Q Edu.





DEVOLUTIVAS - Plataforma Devolutivas Pedagógicas das Avaliações Educacionais

Ano de criação: 2015

A Plataforma Devolutivas Pedagógicas das Avaliações Educacionais foi criada para aproximar as avaliações externas de larga escala e o contexto escolar.

A partir dos itens utilizados na Prova Brasil, descritos e comentados por especialistas, a plataforma teve como principal objetivo, durante o período em que foi disponibilizada, oferecer diversas funcionalidades aos professores e gestores a fim de planejar ações e aprimorar o processo de aprendizagem dos alunos.

Foi descontinuada em 2016 por disponibilizar itens de avaliação em larga escala para professores, induzindo ao uso inadequado desse tipo de avaliação para monitorar o desempenho cotidiano dos alunos e induzir ao treinamento para provas em larga escala.



A plataforma digital Devolutivas Pedagógicas foi desenvolvida especialmente para professores e gestores escolares e traduz pedagogicamente os resultados das avaliações em larga escala verificados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB

PROVA DOCENTE - Prova Nacional de Concurso

Ano de criação: 2010

A Prova Nacional de Concurso, também conhecida como Prova Docente, tem o objetivo principal de subsidiar os estados, o Distrito Federal e os municípios na realização de concursos públicos para a contratação de docentes para a educação básica. Trata-se de uma prova anual, aplicada de forma descentralizada em todo o país para os candidatos ao ingresso na carreira docente das redes de educação básica. Cada ente federativo decide pela adesão e pela forma de utilização dos resultados: se como única prova, seguida da análise de títulos, ou como primeira prova, seguida de uma prova adicional do próprio município, por exemplo.

As redes de educação básica que fazem adesão junto ao Inep publicam seus editais

de concurso público, indicando a forma de utilização dos resultados da prova. Os candidatos podem se inscrever em todos os concursos de seu interesse e, após a participação na prova, o Inep encaminha às redes os resultados dos inscritos em seus respectivos concursos.

Ao melhorar os processos de contratação de professores em termos quantitativos e qualitativos, a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente contribui para que os alunos da educação básica ganhem professores cada vez mais bem qualificados e com melhores condições de exercer com excelência sua profissão, que é tão necessária no Brasil.

A Proposta Síntese da Matriz de Referência da Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente apresenta o perfil profissional do professor que poderá atuar na educação infantil e nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, nas



57. Professora da Escola Municipal de Educação Básica Prof. Filogonio Correa. Cuiabá - MT
Fotografia

58. Professora e alunos em aula de informática no Espírito Santo.
Fotografia

59. Aluno de ensino fundamental em Rondônia.
Fotografia

60. Professor em sala de aula.
Fotografia

modalidades de educação de jovens e adultos, educação do campo, educação especial, educação indígena e educação quilombola.

Para as redes de educação básica, a Prova Docente permite a redução de custos com elaboração e aplicação, além de propiciar maior agilidade no preenchimento de cargos vagos de docentes.

Devido aos custos elevados, especialmente no caso dos municípios menores, muitas vezes um longo período transcorre até a realização de concurso público. Nesse ínterim, o município opta por acumular um número significativo de cargos vagos até que se justifique a implementação do certame. Enquanto isso não acontece, o trabalho acaba sendo desenvolvido por professores temporários – geralmente um contingente maior do que seria o ideal apenas para cobrir necessidades temporárias.

Para os candidatos a professor, a existência de uma prova aplicada em todo o país e que pode ser utilizada por diversos estados e municípios aumenta significativamente a possibilidade de escolha do local de trabalho, bem como a possibilidade de se tornar um professor efetivo de uma rede de ensino, que pode ser federal, estadual ou municipal. Com a mesma prova, o professor pode se inscrever em quantos concursos desejar – dentre aqueles que adotarem a prova como parte do concurso.

Em 08 de maio de 2012, aconteceu nas instalações do Inep um importante evento para tratar das questões relativas à prova, com o Comitê de Governança, que reuniu a representação das seguintes entidades: Undime, Consed, CNTE, Anped, Anfope, Anpae, Forumdir, SEB, SASE, SESU, CAPES e Inep, onde foram apresentadas, discutidas e validadas todas as significativas questões técnicas relativas ao seu processo de implementação.



A Prova Docente é uma avaliação com qualidade garantida pelo Inep/MEC, baseada em uma matriz que tem como ponto de partida a pesquisa e a reflexão sobre o perfil desejado para um ingressante na carreira docente no Brasil.



LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIA EM GESTÃO EDUCACIONAL

Ano de criação: Ano de 2006

O Laboratório de Experiência em Gestão Educacional foi criado em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação, com o objetivo de identificar, registrar, avaliar e disseminar experiências inovadoras em gestão educacional desenvolvidas nos municípios brasileiros, que contribuam para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). A partir de 2008, o laboratório incorporou as diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, com foco no direito de aprender de cada criança, jovem ou adulto.

Para o Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional, são consideradas experiências inovadoras em gestão da educação pública as iniciativas desenvolvidas, com intencionalidade, no âmbito das secretarias municipais de educação que contribuíam para a solução dos problemas e desafios da educação básica, promovendo avanços em relação aos objetivos e metas do Plano

Nacional de Educação. As inovações devem ser consideradas em sentido mais amplo também como boas práticas em gestão municipal, ou seja, iniciativas testadas que “dão certo” e possuem resultados positivos

As ações foram pautadas nos princípios de:

- **Qualidade**

O foco principal das inovações deve ser a qualidade da educação, explicitada na efetiva aprendizagem do discente;

- **Democratização**

Deve se considerar as diferenças do país e adotar abordagens diversificadas conforme as características e os desafios locais específicos, respeitando inclusive as diferentes capacidades institucionais dos municípios;

61. Professora e aluna em atividade de escolar. Tocantins
Fotografia

62. Professora e alunos do ensino fundamental. Acre.
Fotografia

63. Professoras em atividade de gestão escolar. Trombuco Central- SC
Fotografia, 2011

64. Materiais do Prêmio Inovação em Gestão Educacional, edições 2006 e 2011.
Publicações



65. Professora e alunos da Escola Municipal Padre Pelagio observam gráficos do mapeamento educacional. Santa Bárbara de Goiás- GO Fotografia, 2009

66. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Publicação, 2014

67. Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional da Educação. Publicação, 2014

68. Marcas das instituições parceiras do Prêmio Inovação em Gestão Educacional: União Nacional de Dirigentes Municipais (Undime); Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Prêmio está instituído no âmbito do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME). Logomarcas

69. Guia do Participante do Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2006. Publicação, 2006

• Adequação

O reconhecimento e a transferência de experiências inovadoras devem ser sensíveis ao contexto, evitando a universalização de uma “verdade única” a ser exportada a todos os contextos; e

• Colaboração: o exame e a disseminação das inovações deverão fortalecer a colaboração interinstitucional, particularmente entre as diferentes instâncias governamentais.

O prêmio Inovação em Gestão Educacional foi instituído pelo Ministério da Educação, sob a coordenação do Inep, em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a União Nacional de Dirigentes Municipais (Undime) e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O Banco de Experiências surgiu em 2007, com o intuito de reunir e divulgar experiências inovadoras, premiadas ou não, em cada edição do prêmio e que atendam aos critérios estabelecidos pelo laboratório. O objetivo do Banco de Experiências foi oferecer aos gestores municipais de educação experiências e aprendizagens que os

apoiem na formulação e implementação de políticas públicas educacionais, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação, sobretudo no que diz respeito a iniciativas que se reportam ao alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

O banco se pautou em dois eixos estratégicos do laboratório: Eixo 1: prospecção, identificação, registro, avaliação de experiências e criação de mecanismos de apoio à inovação; e Eixo 2: disseminação e intercâmbio de experiências inovadoras em gestão educacional. Para fazerem parte do banco, foram definidos os seguintes critérios:

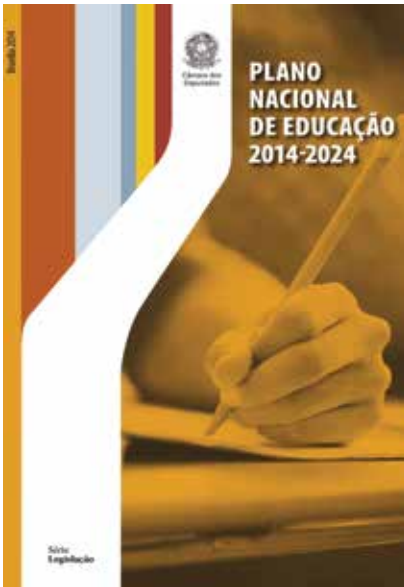
1. Eficácia e relevância

É crucial que seja estabelecida como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a serem atingidos – diretriz primeira do Compromisso Todos pela Educação.

2. Intencionalidade e contextualização

Trazem a necessidade de se conhecer a realidade local para que seja elaborado o desenho da experiência. Nesse sentido, um diagnóstico inicial indicando os principais problemas educacionais é de suma importância.





3. Abrangência e repercussão

Fazem parte de um mesmo enfoque, que salienta o quanto a experiência influenciou a comunidade escolar e as benesses que ainda pode trazer. É importante que parte significativa do público-alvo tenha sido alcançada e que ocorra uma repercussão na rede de ensino, cidade ou região.

4. Busca da melhoria dos níveis de equidade e respeito à diversidade na rede de ensino

Esse critério reconhece a importância da realização de ações visando à melhoria da equidade e ao fortalecimento do respeito à diversidade na rede de ensino e/ou no município.

5. Fortalecimento da gestão democrática e integrada

Procura analisar se ocorreram contribuições para o fortalecimento de práticas democrá-

ticas e integradas no município, no órgão dirigente ou nas escolas. Para tanto, é dada importância à participação de outros segmentos da comunidade escolar durante a execução da experiência. Outro ponto relevante é o estabelecimento de marco legal à volta dela.

6. Controle, transparência e eficiência no uso dos recursos

A falta de informação será vista como um dado que pode levar à não contemplação dos critérios de transparência.

7. Caráter inovador

Procura analisar se a experiência conseguiu transparecer sua inovação, se esta está articulada às concepções e práticas pedagógicas e se a coerência foi mantida durante o processo de implantação da experiência.



Junto com a implementação do laboratório, surgiu o Prêmio Inovação em Gestão Educacional, instituído em maio de 2006, com objetivo de dar reconhecimento aos municípios e dirigentes municipais de educação por iniciativas inovadoras e resultados alcançados.

EDUCAÇÃO SUPERIOR





Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Ano de criação: 2004

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: avaliação das instituições, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes. As origens dessa sistemática remontam a 1993, quando surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub). Sustentado no princípio da adesão voluntária das universidades, o Paiub concebia a autoavaliação como etapa inicial de um processo que, uma vez desencadeado, se estendia a toda a instituição e se completava com a avaliação externa.

A partir da Lei nº 9.131/1995 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – foram progressivamente implementados novos mecanismos de avaliação: o Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado por concluintes de cursos de graduação; o Questionário sobre condições socioeconômicas do aluno e suas opiniões sobre as condições de ensino do curso frequentado; a Análise das Condições de Ensino (ACE); a Avaliação das Condições de Oferta (ACO); e a Avaliação Institucional dos Centros Universitários.

Enquanto no Paiub a preocupação estava com a totalidade, com o processo e com a missão da instituição na sociedade, no ENC a ênfase recaiu sobre os resultados, com a produtividade, a eficiência, o controle do de-

sempenho frente a um padrão estabelecido e com a prestação de contas. O Paiub teve como referência a globalidade institucional, aí compreendidas todas as dimensões e funções das IES. O ENC teve como foco o curso, em sua dimensão de ensino, e teve função classificatória, com vistas a construir bases para uma possível fiscalização, regulação e controle, por parte do Estado, baseada na lógica de que a qualidade de um curso é igual à qualidade de seus alunos.

Os instrumentos em vigor à época necessitavam ser considerados válidos, deveriam ser preservados e aperfeiçoados. No entanto, deveriam ser integrados a uma outra lógica, capaz de construir um sistema nacional de avaliação da educação superior, articulando regulação e avaliação educativa.

O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno dos três eixos de avaliação, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. Os principais objetivos da avaliação envolvem: melhorar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior; e orientar a expansão da oferta, além de promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia de cada organização.

As informações obtidas com o Sinaes são utilizadas pelas IES para orientar sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, pelos órgãos governamentais – para destinar a criação de políticas públicas, e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral – para guiar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

70. Estudantes

71. Versão atual da marca do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Logomarca



Os resultados da avaliação realizada pelo Sinaes subsidiarão os processos de regulação, que compreendem Atos Autorizativos e Atos Regulatórios. Os Atos Autorizativos são responsáveis pelo credenciamento das IES, pela autorização e pelo reconhecimento de cursos, enquanto os Atos Regulatórios são voltados para o recredenciamento de IES e a renovação de reconhecimento de cursos.

Se os cursos apresentarem resultados insatisfatórios, serão estabelecidos encaminhamentos, procedimentos e ações com indicadores, prazos e métodos a serem

adotados. Essa iniciativa faz referência a um protocolo de compromisso firmado entre as instituições de ensino superior e o MEC, que objetiva a superação de eventuais dificuldades.

O Sinaes possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, Enade, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação, como o censo e o cadastro. A integração dos instrumentos permite que sejam atribuídos alguns conceitos, ordenados numa escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao



Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e das instituições de educação superior no país. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e a operacionalização é de responsabilidade do Inep.

conjunto das dimensões avaliadas. O Ministério da Educação torna público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

A avaliação dos estudantes por meio do Enade é aplicada periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. A avaliação será expressa por meio de conceitos, tomando como base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

O Sinaes propõe uma avaliação institucional integrada por diversos instrumentos complementares:

- Autoavaliação – conduzida pela CPA (Comissão Própria de Avaliação): cada instituição realiza uma autoavaliação, que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de mecanismos constitutivos do processo global de regulação e avaliação. O relatório da autoavaliação deve conter todas as informações e os demais elementos constantes no roteiro comum de base nacional, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico.
- Avaliação externa: essa avaliação é feita por membros externos, pertencentes à

comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em áreas específicas e portadores de ampla compreensão sobre instituições universitárias.

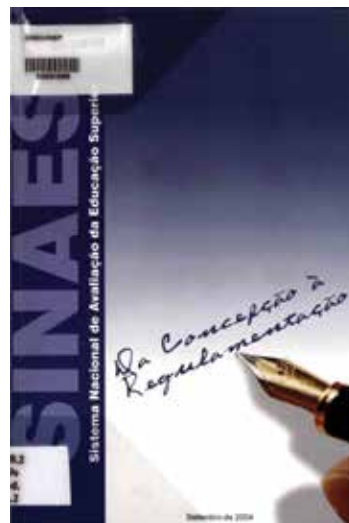
- Censo da Educação Superior: o censo é um instrumento independente que carrega grande potencial informativo, podendo trazer elementos de reflexão para a comunidade acadêmica, para o Estado e para a população em geral. Os dados do censo também fazem parte do conjunto de análises e estudos da avaliação institucional interna e externa, contribuindo para a construção de dossiês institucionais e de cursos a serem publicados no Cadastro das Instituições de Educação Superior.
- Cadastro de cursos e instituições: de acordo com as orientações do Inep e da Conaes, também são levantadas e disponibilizadas para acesso público as informações do Cadastro das IES e de seus respectivos cursos. Essas informações, que também serão matéria de análise por parte das comissões de avaliação nos processos internos e externos, formarão a base para a orientar de forma permanente pais, alunos e a sociedade em geral sobre o desempenho de cursos e instituições.

72. A Universidade de Campinas (Unicamp) foi considerada melhor universidade do país no Índice Geral de Cursos (IGC) so Sinaes 2016. Campinas- SP Fotografia

73. Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), precursor do Sinaes. Publicação, 1994

74. Segunda edição ampliada do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da Concepção à Regulamentação. Publicação, 2004

75. Diretrizes e Instrumentos da Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior do Sinaes. Publicação, 2006



censo da educação superior

Censo da Educação Superior

Ano de criação: 2008 (Decreto Nº 6.425)

O primeiro registro de levantamento dos dados da educação superior ocorreu em 1916 com a publicação do Primeiro Anuário Estatístico do Brasil dedicado ao período de 1908 a 1912.

No entanto, foi a partir de 1997, ano da transformação do Inep em Autarquia Federal, que se estabeleceu a coleta anual, por disquete ou meio eletrônico, das informações das instituições de educação superior.

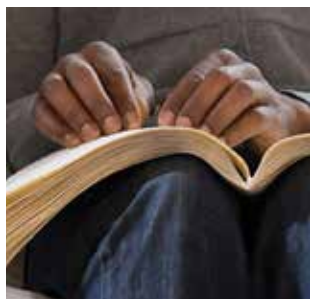
Em 2000, com a criação do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd), a coleta dos dados passou a ser realizada por meio de questionário eletrônico, disponível no site do Inep, via acesso restrito a cada instituição de ensino superior - IES.

Com a publicação do Decreto nº 6.425, em 4 de abril de 2008, ficou estabelecido o Censo da Educação Superior, realizado em caráter declaratório, mediante coleta descentrali-

zada de dados de todos os estabelecimentos públicos e privados de educação superior.

Por fim, em 2010 foi disponibilizado um sistema próprio do Inep para a coleta dos dados da educação superior, que importa as informações de IES e cursos do Cadastro e-MEC.

A coleta do Censo da Educação Superior 2009 passa a ser feita exigindo o CPF dos docentes e discentes que passa a ser campo obrigatório a partir de 2011.



As estatísticas possibilitam a análise da trajetória dos estudantes a partir de seu ingresso em determinado curso de graduação e, conseqüentemente, a geração de indicadores de acompanhamento e de fluxo na educação superior.

Marco inicial do Censo da Educação Superior a partir de dados individualizados: 2009

O Censo da Educação Superior é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequências de formação específica. Realizada anualmente pelo Inep, essa coleta, que inclui também dados sobre alunos e docentes das instituições, tem o objetivo de oferecer à comunidade acadêmica, aos formuladores de políticas e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação de momento e as grandes tendências do setor. Além disso, contribui para o cálculo de indicadores de qualidade como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC).

Dentre as informações coletadas sobre as instituições de educação superior, o levantamento estatístico reúne dados sobre cursos de graduação e sequenciais de formação específica presenciais ou a distância, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

As estatísticas educacionais produzidas pela pesquisa também oferecem aos usuários informações sobre dados de financiamento estudantil e recursos de tecnologia assistiva às pessoas com deficiência.

Os dados do Censo da Educação Superior podem ser acessados de várias maneiras e estão disponíveis no site do Inep. As principais são:

76. Versões atual e antiga do Censo da Educação Superior. Logomarcas

77. Estudantes. Fotografia

78. Laboratório de Cozinha do curso superior de Gastronomia do Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis- SC Fotografia

79. Laboratório de Malharia do curso superior de Design de Moda do Instituto Federal de Santa Catarina. Araranguá- SC Fotografia

80. Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Santo Antônio da Patrulha- RS Fotografia

81. Laboratório do curso superior de Tecnologia em Sistemas Eletrônicos do Instituto Federal de Santa Catarina. Joinville- SC Fotografia





- **Sistema do Censo da Educação Superior**
É o sistema de coleta do censo e somente é acessível pelos usuários cadastrados durante as diversas fases da pesquisa.

- **Sinopse Estatística da Educação Superior:**
Reúne um conjunto de dados tabulares do Censo da Educação Superior organizados por assunto (estabelecimento de ensino, cursos, matrículas, vagas, concluintes e docentes), consolidados em dados nacionais e desagregados por regiões geográficas, unidades da federação e, em breve, por municípios. Constitui-se em uma referência sistemática e estável, de fácil acesso, para as estatísticas e resultados da pesquisa de maneira mais



compreensiva e para diferentes níveis de agregação territorial.

- **Microdados**

Os microdados do censo da educação superior reúnem em arquivos eletrônicos os dados primários apurados pelo levantamento estatístico, organizados conforme os formulários de coleta (instituições de ensino, cursos, discentes e docentes) para todas as formas de organização da educação superior de graduação e cursos sequenciais de formação específica e detalhados para a menor unidade de informação que preserve a identificação dos titulares a quem os dados se referem. Sua estrutura possibilita ao usuário tratar os dados conforme o seu interesse, sendo útil para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, o processamento em softwares de tratamento estatístico, a interoperabilidade com outros sistemas de informação, a transparência pública e a sua apropriação pela sociedade.

- **InepData**

É um sistema eletrônico para a consulta de informações e estatísticas educacionais, reunindo as estatísticas mais comuns da pesquisa em agregações que podem ser estruturadas conforme o interesse do usuário.

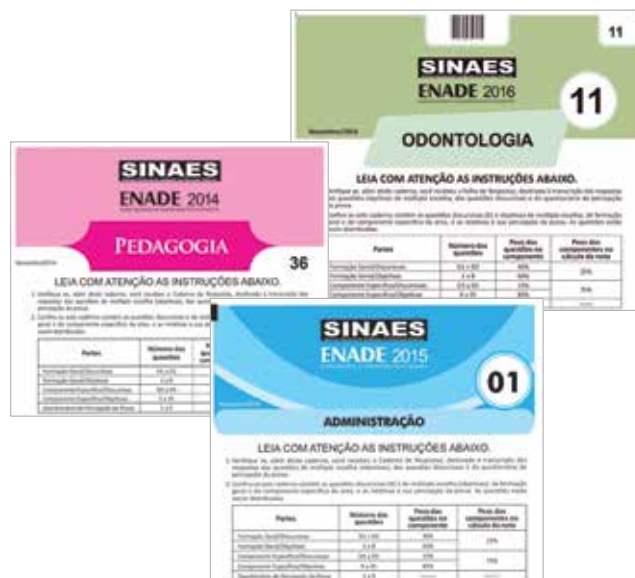
enade

Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

Ano de criação: 2004
(Lei nº 10.861).

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e às competências adquiridas em sua formação. O exame é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no exame deve constar em seu histórico escolar.

O objetivo do Enade é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).



O Sinaes é composto, também, pelos processos de Avaliação de Cursos de Graduação e de Avaliação Institucional que, junto com o Enade, formam um tripé avaliativo, que permite conhecer a qualidade dos cursos e das Instituições de Educação Superior (IES) de todo o Brasil.

O Ministério da Educação define, anualmente, as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

As provas são aplicadas por instituição ou consórcio de instituições contratadas pelo Inep que comprove capacidade técnica em avaliação e aplicação, segundo o modelo pro-

82. Equipes do Inep participam da International Meeting on Educational Assessments e marcam presença nas atividades promovidas no Teachers College da Columbia University pela Fundação Lemann, instituição com a qual o Inep mantém Acordo de Cooperação Técnica desde 2015.
Nova Iorque - EUA
Fotografia, 2018

83. Aluno da Universidade Aberta do Brasil.
Buri dos Lopes - PI
Fotografia, 2013

84. Versão atual da marca do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).
Logomarca

85. Provas do Enade dos cursos de Pedagogia em 2014, Administração em 2015 e Odontologia em 2016.
Cadernos, 2014-2016

86. Aplicativo do Enade lançado em 2018, por meio do qual podem ser feitas todas as etapas de responsabilidade do participante.
Divulgação online, 2018



A primeira aplicação do Enade ocorreu em 2004, pois até 2003 era aplicado o “Provão”. A periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento.



posto para o exame, e que atenda aos requisitos estabelecidos no projeto básico do Enade.

Os resultados do Enade, aliados às respostas do Questionário do Estudante, constituem-se insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior: Conceito Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), todos normatizados pela Portaria nº 40, de 2007, republicada em 2010. Esses indicadores mensuram a qualidade dos cursos e das instituições do país, sendo utilizados tanto para o desenvolvimento de políticas públicas para a educa-

ção superior quanto como fonte de consultas pela sociedade.

Embora a Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), permita a realização do exame por amostragem, em 2017, a aplicação foi censitária. Ou seja, todos os estudantes concluintes habilitados ao Enade 2017, identificados conforme controle acadêmico feito pela Instituição de Educação Superior (IES) e inscritos pela respectiva instituição participaram da prova. Do mesmo modo, todos os ingressantes foram inscritos no exame, ainda que não a tenham realizado.



Rede Ibero-americana para Acreditação da Qualidade da Educação Superior

Ano criação: 2003. O Brasil é membro desde 2004.

Descrição sumária: A Rede Ibero-americana para Acreditação da Qualidade da Educação Superior (Riaces) é uma associação sem fins lucrativos que reúne agências de avaliação e credenciamento de dezoito países ibero-americanos e se destina a promover, entre os participantes, a cooperação e o intercâmbio em matéria de avaliação e credenciamento da educação superior, contribuindo assim para a garantia da qualidade da educação superior nesses países.

Surgida em 2002, por ocasião da Conferência sobre “Qualidade, Transparência e Acreditação da Educação Universitária”, a Riaces é resultado de um processo de aproximação entre representantes de agências e governos latinoamericanos e caribenhos (Argentina, Colômbia, Cuba, Chile, México e Guatemala), com a finalidade de criar uma rede sobre a qualidade da educação superior. O papel da Aneca é fundamental na constituição da rede, em razão da experiência que a Espanha

– país pertencente ao bloco europeu – vivia com o processo de Bolonha.

As discussões levadas a partir de 2002 tinham como foco o apoio a movimentos de cooperação, integração e iniciativas entre os países participantes, no sentido de fortalecer ou forjar mecanismos de garantia da qualidade da educação superior e estreitar laços em matéria de avaliação e acreditação. Essas discussões levaram à constituição formal da Riaces em 2003, na cidade de Buenos Aires.

A atuação da Riaces está voltada para fomentar iniciativas de acreditação da qualidade da educação superior, em especial aquelas que favoreçam o surgimento de novas agências ou sistemas nos países-membro. Na busca da troca de experiências e do conhecimento mútuo, pode-se dizer que a Riaces se baseia na ideia de cooperação técnica e no intercâmbio humano e intelectual entre os sistemas universitários.

O Brasil participa como membro da Riaces desde 2004. A rede conta, também, com representantes de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Ela também reúne organismos internacionais, como o Conselho Superior Universitário Centroamericano (CSUCA), o Instituto de Educação Superior da América Latina e Caribe (Iesalc) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

87. O Inep utiliza as redes sociais para comunicar informações sobre os prazos cadastrais do Enade e outros exames. Os alunos que desejam ser atendidos pelo nome social, cujo uso foi possibilitado a partir do Enem de 2014 como parte das políticas de inclusão social do Inep, devem fazer a solicitação no período informado no edital. Divulgação online, 2018

88. Marca da Rede Ibero-americana para Acreditação da Qualidade da Educação Superior (Riaces), também abreviada como RIAICES, em língua espanhola. Logomarca

89. Marcas dos organismos internacionais participantes na RIACES: Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI); Conselho Superior Universitário Centroamericano (CSUCA); e Instituto de Educação Superior da América Latina e Caribe (Iesalc).



A Riaces caracteriza-se pela horizontalidade em suas relações, o que é próprio do trabalho em rede, com o objetivo de integrar e coordenar ações entre países-membro acerca dos desafios da educação superior em tempos de globalização.



Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina

Ano de criação: 2013 (Lei nº 12.871)

A Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina (Anasem) foi prevista na lei federal que instituiu o Programa Mais Médicos. Estava orientada para estudantes do 2º, 4º e 6º anos e previa o emprego de instrumentos e métodos que considerassem os conhecimentos, as habilidades e as atitudes previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Atualmente, não existe mais.

A Anasem constituiu componente curricular obrigatório e a situação de regularidade era inserida no histórico escolar do estudante, condição para a sua diplomação. Aos estudantes dos 2º e 4º anos que faltassem à prova, desde que apresentassem justificativa adequada, era oferecida nova oportunidade na Anasem subsequente. Aos estudantes do 6º ano que faltassem, desde que apresentassem justificativa adequada, era oferecida nova oportunidade de avaliação 30 (trinta) dias após a data do exame.

Não eram divulgados ao público os dados identificados dos estudantes e dos cursos. O estudante recebia o seu resultado individual posicionado na escala de proficiência (100,10), em que a interpretação de seu desempenho era descrita e situada em um dos três níveis de proficiência: básico, adequado e avançado. O participante recebia, também, a média do desempenho de sua turma e a média nacional dos estudantes que realizaram a avaliação na mesma edição.

O coordenador de curso recebia os dados de seus alunos avaliados e a média de todos os alunos de todos os cursos do Brasil da mesma edição do exame, sem identificação, bem como a distribuição dos desempenhos desses alunos em cada nível da escala de proficiência.

Os processos relacionados à Anasem foram idealizados de forma articulada aos do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos no Exterior (Revalida).

A Anasem estava direcionada para as seguintes áreas de conhecimento da medicina: Área Básica, Especialidades, Medicina da Família e Comunidade.

A ênfase da avaliação não era dada aos conteúdos e sim às estruturas e aos processos mentais. Visava avaliar as competências cognitivas, que são o conjunto de ações e operações mentais que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos, ideias, situações, fenômenos e pessoas. Essa concepção de competência se prende a



No ano de 2016, a avaliação foi aplicada somente aos alunos de medicina do 2º ano. A prova teve 60 questões objetivas e três discursivas e, como outras avaliações do Inep, baseou-se na teoria de respsta ao item - TRI.



90. Versão atual da marca da Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina (Anasem). Logomarca

91. Estudantes da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais em atividade de simulação realística. Belo Horizonte- MG Fotografia, 2017

92. Relatório Síntese dos resultados da Anasem 2016. Publicação, 2016

uma compreensão da inteligência humana que atua ou opera como uma estrutura de conjunto, não sendo possível destacar uma única operação mental como responsável por um determinado desempenho ou aprendizagem, mas um conjunto ou agrupamento delas que atuam simultaneamente na construção de conhecimentos.

As competências exigidas de todos os estudantes de Medicina eram:

- Comunicar-se por meio de diferentes recursos e linguagens (escrita, verbal e não verbal), no contexto de atenção à saúde, pautado nos princípios éticos e humanísticos;
- Descrever e aplicar conceitos biológicos, psicossociais, culturais e ambientais que permitam entender os fenômenos normais e alterados no processo de atenção, gestão e educação em saúde, nos diversos ciclos de vida;
- Buscar, organizar, relacionar e aplicar dados e informações com base em evidências científicas, para subsidiar o raciocínio clínico, com vistas à solução de problemas e à tomada de decisões, de forma a executar procedimentos apropriados aos diferentes contex-

tos, garantindo a segurança dos envolvidos no processo de atenção à saúde; e

- Mobilizar e associar informações obtidas a partir de diferentes fontes para construir, sustentar e compartilhar argumentação consistente e propostas de intervenção, individualmente e em equipe, em diferentes contextos, na defesa da saúde, da cidadania e da dignidade humana.



BASis

Banco de Avaliadores

Ano de criação: 2017

O Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) é composto por docentes da educação superior capacitados pelo Inep para realizar avaliações externas de Instituições de Educação Superior (IES) e dos cursos de graduação.

A constituição e manutenção do BASis compete ao Inep, de acordo com o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e é realizada pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes), segundo Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017.

Para se tornar avaliador, é necessário preencher os seguintes requisitos mínimos:

- Ser docente da educação superior com vínculo ativo junto à IES;
- Possuir titulação *stricto sensu*;
- Ter reputação ilibada;
- Estar livre de pendências junto às autoridades tributárias e previdenciárias; e
- Informar, anualmente, ao menos dez períodos na agenda de disponibilidade do Sistema Eletrônico do BASis.

O Decreto nº 9.235, que cria o BASis, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. No Art. 7º, estabelece que compete ao Inep a constituição e a manutenção de bancos de avaliadores e colaboradores especializados, incluída a designação das comissões de avaliação.

Em 2018, por meio de chamada pública, foram selecionados 3.969 docentes da educação superior. Aqueles habilitados no curso de capacitação e aptos ao ingresso no BASis integrarão comissões de avaliação externa *in loco* para avaliar Instituições de Educação Superior (IES) ou cursos de graduação.

Foram oferecidas vagas para docentes de 137 áreas, para atuação na avaliação institucional, avaliação de curso e avaliação de Curso Superior de Tecnologia (CST), tanto na modalidade presencial quanto a distância. Os avaliadores do BASis devem ser docentes da educação superior com vínculo institucional público ou privado que, em nome de seus pares e por delegação do MEC, podem ser designados para aferir a qualidade de IES e de seus cursos de graduação.

Os avaliadores são responsáveis por comparecer à instituição na data designada e cumprir com pontualidade o cronograma de avaliação; apresentar relatórios claros, objetivos

93. Versão atual da marca do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis).

94. Relatório da Qualidade das Capacitações dos Avaliadores no Instrumento de Avaliação do Basis. Publicação



A seleção de docentes para o processo de capacitação para composição do BASis ocorre de acordo com as demandas de avaliações da Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior (CGACGIES), da DAES.

e suficientemente densos; manter sob sua responsabilidade as senhas de acesso aos sistemas de informação do MEC; reportar ao Inep quaisquer situações que dificultem ou impeçam a avaliação in loco; participar, sempre que convocados, de atividades de capacitação no âmbito do Sinaes, promovidas pelo Inep; entre outras. A atividade é remunerada por meio do Auxílio de Avaliação Educacional (AAE), de acordo com o Decreto nº 7.114, de 19 de fevereiro de 2010.

O BASIS e a educação a distância

Ainda no decorrer de 2018, o Inep abriu inscrições para composição do BASIS na modalidade a distância. O perfil procurado pelo Inep estabelece que o avaliador deve ter graduação em qualquer área de formação, titulação mínima de mestre, vínculo docente atual com IES, experiência mínima de um ano em gestão acadêmica e experiência mínima de um ano como docente em educação a distância; avaliação de curso superior de Tecnologia – a distância (o avaliador deve ter graduação em CST, conforme anexo do edital, titulação mínima de mestre, vínculo docente atual com IES, experiência docente mínima de um ano em cursos superiores de Tecnologia e experiência docente mínima de um ano em educação a distância).

Os selecionados poderão integrar comissões de avaliação externa in loco para avaliar cursos de graduação. O trabalho é remunerado por meio de Auxílio de Avaliação Educacional (AAE). São requisitos básicos para participar da seleção:

- Ser docente da educação superior com vínculo atual e em pleno exercício de suas funções em IES;
- Possuir titulação universitária, reconhecida pelo Ministério da Educação, compatível com o perfil necessário para que seja suprida a demanda por avaliadores a partir das avaliações in loco a serem realizadas pelo Inep;
- Possuir a experiência necessária à composição das comissões avaliadoras;
- Não pertencer ao quadro de servidores efetivos ou comissionados do MEC, do Inep, do FNDE ou da Capes;
- Não ter pendências junto às autoridades tributárias e previdenciárias;
- Ter reputação ilibada;
- Não exercer atividade de consultoria educacional enquanto estiver vinculado ao BASIS;
- Não possuir participação acionária ou societária em mantenedora(s) de IES ou em IES isolada enquanto estiver vinculado ao BASIS;
- Possuir conhecimentos de informática sobre editores de texto e navegação na internet.



CTAA - Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação

Ano de criação: 2006

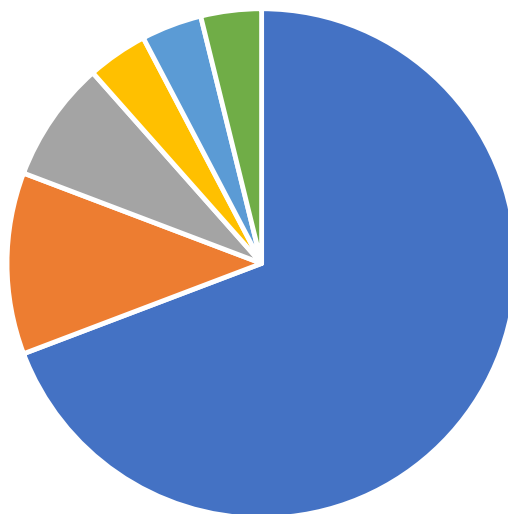
A Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA) foi instituída com a finalidade de acompanhar os processos periódicos de avaliação institucional externa e dos cursos de graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Além de ser responsável por julgar os recursos interpostos pelas Instituições de Ensino Superior (IES), a CTAA tem como função realizar a seleção final dos avaliadores do BASIS – o banco de avaliadores do Sinaes.

A CTAA é um órgão colegiado composto por:

- Três representantes do Inep, sendo um deles necessariamente o presidente;
- Dois representantes da Conaes;
- Um representante da Secretaria de Regulação Educação Superior (Seres);
- Um representante da Secretaria de Educação Superior (SESu);
- Um representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec); e
- Dezoito docentes oriundos das diferentes áreas do conhecimento e com notória competência científico-acadêmica e reconhecida experiência em avaliação ou gestão da educação superior.

Os membros da CTAA são indicados por suas respectivas secretarias e nomeados pelo

Composição dos participantes na CTAA



Fonte: Inep



A CTAA tem como atribuição julgar, em grau de recurso, os relatórios das comissões de avaliações in loco nos processos de avaliação institucional externa e de avaliação dos cursos de graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

ministro de Estado da Educação, exceto os dezesseis docentes, que são nomeados pelo ministro e têm mandato de três anos, admitida uma recondução. Quanto da constituição da Comissão Técnica de Acompanhamento de Avaliação, oito dos membros (docentes com notório saber e competência científico-acadêmica) tiveram mandato de dois anos.

As reuniões da CTAA acontecerão uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu presidente. Os membros da comissão, enquanto estiverem no exercício de suas funções, não poderão participar das comissões de avaliação in loco para avaliar instituições de ensino superior ou cursos de graduação.

Nos processos de julgamento, cabe à CTAA decidir por uma das seguintes formas:

- Manutenção do parecer da Comissão de Avaliação;
- Reforma do parecer da Comissão de Avaliação, com alteração do conceito, para mais ou para menos, conforme se acolham os argumentos da instituição de educação superior ou do órgão regulador; e
- Anulação do relatório e do parecer, com base em falhas na avaliação, determinando a realização de nova visita.

Em nenhuma hipótese, a CTAA efetuará diligências nem avaliações in loco. Quando, para uma mesma avaliação, existirem manifestações recursais da instituição e do órgão regulador, a CTAA as examinará em conjunto. Na esfera administrativa, a decisão da CTAA é irrecorrível, portanto, ela encerra a fase de avaliação.

Também são atribuições da CTAA realizar a seleção final do banco de avaliadores do Sinaes, decidir pelos casos de exclusão de avaliadores do banco, zelar pelo cumprimento das diretrizes do Sinaes e assessorar o Inep sempre que necessário.

INDICADORES DE QUALIDADE

Ano de criação: 2004

Os indicadores de qualidade são obtidos com base no Enade e em demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela Conaes e atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Servem como orientadores das avaliações in loco do ciclo avaliativo, sendo importantes resultados de avaliação da educação superior brasileira. Os principais itens desses indicadores são:

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)

É um indicador de qualidade que foi criado com o objetivo de avaliar as instituições de educação superior.

Seu cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos: média dos Conceitos Preliminares de Curso (CPCs) do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição; média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela Capes na última avaliação trienal disponível; e distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu.

Como o índice geral de cursos avaliados da instituição considera o Conceito Preliminar dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do Enade. O ciclo compreende a avaliação periódica de cursos de graduação, com referência nos resultados trienais de desempenho de estudantes.

Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e sua divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos –, conforme orientação técnica aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

O CPC também mantém relação direta com o Ciclo Avaliativo do Enade, sendo os cursos avaliados segundo as áreas de avaliação a ele vinculadas.

Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)

O IDD é um indicador de qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida proxy (aproximação) das suas característi-

cas de desenvolvimento ao ingressarem no curso de graduação avaliado.

Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele possua no mínimo 2 (dois) estudantes concluintes participantes do Enade, com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os 3 (três) anos anteriores, e atinja 20% (vinte por cento) do total de estudantes concluintes participantes do Enade, com dados recuperados da base de dados do Enem.

Desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, recuperando-se os resultados do mesmo estudante nos dois exames a partir do número do CPF. O IDD também mantém relação direta com o Ciclo Avaliativo do Enade.

Conceito Enade

O Conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio dos desempenhos dos estudantes e mantém relação direta com o Ciclo Avaliativo do Enade. Seu cálculo e sua divulgação ocorrem anualmente para os cursos com pelo menos dois estudantes concluintes que tenham participado do exame.

95. Estudantes prestando o Enem. O Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado- IDD de um curso é obtido a partir dos desempenhos no Enem e no Enade de pelo menos dois estudantes concluintes de graduação. Fotografia



SAEG - Sistema de Avaliação de Escolas de Governo

Ano de criação: 2014



As Escolas de Governo são instituições públicas criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes públicos, visando ao fortalecimento e à ampliação da capacidade de execução do Estado, tendo em vista a formulação, a implantação, a execução e a avaliação das políticas públicas.

O Inep, por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), é o órgão responsável pela operacionalização das avaliações das Escolas de Governo. Desse modo, entre suas competências está a constituição e a manutenção do banco público de avaliadores especializados que irão realizar essas avaliações, também conhecidas como avaliações institucionais externas, necessárias para os atos de credenciamento e credenciamento.

A avaliação in loco das Escolas de Governo deve respeitar as especificidades de cada uma delas, tendo como finalidade promover a melhoria da qualidade, o aumento permanente da sua eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social, bem como a promoção do aprofundamento dos compromissos e das responsabilidades sociais das EGOVs.

Entre as ações sob a responsabilidade da DAES destacam-se:

- A elaboração e revisão do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, em parceria com representantes das Escolas de Governo;
- A construção e a gestão do Banco de Avaliadores das Escolas de Governo;
- A capacitação e a formação continuada dos avaliadores;
- O monitoramento e acompanhamento das avaliações no sistema e-MEC; e
- O suporte para a realização das avaliações in loco.

Tais ações têm por objetivo a avaliação in loco, também conhecida como avaliação institucional externa, necessária para os atos de credenciamento e credenciamento.

A avaliação das Escolas de Governo não se dá no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861/2004, pois elas não são consideradas instituições de educação superior. No entanto, o Sinaes é considerado uma referência importante para as avaliações realizadas.

Para a condução e operacionalização do processo avaliativo, o Inep também está incumbido de garantir programas de capacitação, recapacitação e formação continuada dos avaliadores.



O Banco de Avaliadores das Escolas de Governo, regulamentado pela Portaria nº 649/2014, de 28 de julho de 2014, do Ministério da Educação, constitui-se em cadastro nacional e único de avaliadores selecionados pelo Inep para constituição de Comissão de Avaliação in loco.

Revalida

Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras

Ano de criação: 2011

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira (Revalida) foi criado em 2011, em uma ação articulada dos Ministérios da Educação e da Saúde, para ampliar a revalidação de diplomas médicos obtidos no exterior. Antes do exame, a revalidação era restrita às Instituições de Ensino Superior (IES).

Como instrumento unificado de avaliação, o Revalida tornou a revalidação mais acessível e permitiu atender ao grande fluxo de graduados em escolas médicas no exterior.

O Revalida reconhece os diplomas de médicos que se formaram no exterior e querem atuar no Brasil. O exame é feito tanto por estrangeiros formados em Medicina fora do Brasil quanto por brasileiros que se graduaram em outro país e querem exercer a profissão em sua terra natal.

A Revalidação de Diploma de Médico pode ser solicitada por meio de dois procedimentos: Procedimento Ordinário de Revalidação de Diplomas e Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras (Revalida).

O Procedimento Ordinário de Revalidação de Diplomas é o processo em que a revalidação de diplomas de médico expedidos por universidades estrangeiras é realizada por universidades públicas brasileiras, que ministrem curso de graduação reconhecido na mesma área de conhecimento.

O Revalida é realizado em colaboração com a Subcomissão de Revalidação de Diplomas Médicos, da qual participam representantes dos Ministérios da Saúde, Educação e Relações Exteriores, Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes) e Inep. O exame é aplicado pelo Inep, mas a revalidação é de responsabilidade de instituições de educação superior públicas que aderem ao instrumento unificado de avaliação.

O Revalida é compatível com as exigências de formação das universidades brasileiras. Para aferição de equivalência curricular e definição da correspondente aptidão para o exercício profissional da Medicina no Brasil, os parâmetros e critérios isonômicos seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina.

96. Versão atual da marca do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira (Revalida). Logomarca

97. Relatório da Capacitação de Elaboradores e Revisores Técnico-pedagógicos do Revalida 2011. Publicação, 2011

98. Ambiente Hospitalar. Fotografia



A revalidação de diplomas de médico obtidos no exterior é pré-requisito para o exercício da Medicina no Brasil, sendo exigida dos portadores de diplomas de médico expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, inclusive para brasileiros.

O exame é orientado pela Matriz de Correspondência Curricular para Fins de Revalidação de Diplomas de Médico Expedidos por Universidades Estrangeiras, que define os conteúdos, as competências e as habilidades das cinco grandes áreas de exercício profissional: Cirurgia, Medicina de Família e Comunidade, Pediatria, Ginecologia-Obstetrícia e Clínica Médica.

O objetivo do Revalida é verificar a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências requeridas para o exercício profissional adequado aos princípios e às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS), em nível equivalente ao exigido dos médicos formados no Brasil.

O único documento aceito e previsto em edital é o diploma original médico expedido por instituição de ensino superior estrangeira, reconhecida no país de origem pelo seu ministério da educação ou órgão equivalente, e autenticado pela autoridade consular brasileira.

Os procedimentos usuais de análise de equivalência curricular realizados por comissões de especialistas (que, via de regra, recomendam complementação de créditos) tornam-se dispensáveis, uma vez que o Revalida faz rigoroso processo avaliativo, em duas etapas eliminatórias – prova escrita e avaliação de habilidades clínicas, fundamentado na demonstração de conhecimentos, habilidades e competências necessárias ao exercício da Medicina.

Entre as IES que firmaram o Termo de Adesão para participação no Revalida foi estabelecido consenso que a aprovação nas duas etapas da avaliação é demonstrativo da competência técnica (teórica e prática) do graduado para o exercício profissional, o que torna irrelevante o rito processual de comprovação de currículos.

O Revalida é direcionado aos profissionais formados em Medicina em instituições de educação superior estrangeiras e que atendam aos seguintes requisitos:

- Seja brasileiro(a) ou estrangeiro em situação legal de residência no Brasil;
- Envie imagens do diploma (frente e verso), como solicitado pelo sistema de inscrição;
- Tenha registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) emitido pela Receita Federal do Brasil; e
- Seja portador de diploma médico expedido por instituição de ensino superior estrangeira, reconhecida no país de origem pelo seu ministério da educação ou órgão equivalente, e autenticado pela autoridade consular brasileira.

As universidades públicas participam da elaboração da metodologia de avaliação, da supervisão e da aplicação da prova.



ENC - Provão Exame Nacional de Cursos

Ano de criação: 1995

Ano de encerramento: 2003

O Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão), aplicado aos formandos no período de 1996 a 2003, foi um exame pioneiro em vários aspectos. Seu objetivo era avaliar os cursos de graduação da educação superior por meio de avaliação de estudantes graduandos, constituindo-se na primeira política do gênero a ser aplicada universal e obrigatoriamente na avaliação do ensino superior no Brasil (embora iniciativas anteriores já apontassem nessa direção).

O Provão condicionou a liberação do diploma de conclusão à realização da avaliação e, desde seu início, teve como meta a ampliação do número de cursos a serem avaliados como forma de garantir a abrangência de sua cobertura.

O Decreto nº 2.026/96 delimitou a política do Provão, estabelecendo critérios complementares para a avaliação da educação superior e determinando uma análise de indicadores-

chave dos resultados do Sistema Nacional de Educação Superior por estado e por região. Essa análise deveria levar em conta a divisão por áreas de conhecimento e as características da instituição de ensino analisada.

Além de determinar uma avaliação institucional baseada nas dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão, o decreto que criou o Provão determinava que todos os cursos deveriam ser avaliados tomando-se como base os resultados do exame e os pareceres de especialistas encarregados de avaliar as condições gerais das condições de ensino: currículo, qualificação docente, instalações físicas e biblioteca. O Inep ficou encarregado de conduzir a avaliação das IES e seus cursos de graduação desde o início, excetuando-se a avaliação da pós-graduação, que já estava a cargo da Capes desde 1976.

O tempo se encarregou de consolidar o status de exame nacional e exigir mudanças de formato. Essas mudanças se concretizaram a partir de 2003, com a Medida Provisória nº 147, à qual seguiu-se um estudo do MEC que apontava uma nova abordagem para os exames de avaliação.

99. Revista Provão - Veículo de divulgação da Diretoria de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior do Inep. Revistas: n. 1, 1996, n. 6, 2001 e n. 7, 2002 Brasília- DF Revistas

100. Matéria da revista Provão n.6, O Perfil de quem fez o Provão 2001 Brasília- DF Revista

101. Marca da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES. Logomarca

102. Sala de aula. Fotografia



OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO

Ano de criação: 2006

O Observatório da Educação teve como objetivo estimular o crescimento da produção acadêmica e a formação de recursos humanos pós-graduados, nos níveis de mestrado e doutorado, por meio de financiamento específico. A parceria entre a Capes e o Inep previu que, regularmente, fossem abertos editais convidando a comunidade acadêmica para apresentar projetos de estudos e pesquisas na área de educação, envolvendo os programas de pós-graduação de mestrado e de doutorado das Instituições de Educação Superior (IES).

O Observatório da Educação foi criado por meio de decreto presidencial em junho de 2006. Naquele ano, a Capes, em parceria com o Inep, lançou o primeiro edital do programa e convidou a comunidade acadêmica a apresentar propostas de projetos de estudos e pesquisas. Das 84 propostas apresentadas, 28 foram recomendadas e se

tornaram projetos apoiados, com prazo de duração de até quatro anos. Juntos, os projetos receberam cerca de R\$ 1,8 milhão por ano.

O objetivo foi incentivar, criar e desenvolver programas de pós-graduação interdisciplinares e multidisciplinares que contribuíssem para o avanço da pesquisa educacional, além do aumento da produção acadêmica e científica nas questões relacionadas à Educação.

O programa também pretendia promover a capacitação de professores e a disseminação de conhecimentos sobre Educação, além de fortalecer o diálogo entre a comunidade acadêmica, os gestores das políticas nacionais de Educação e os diversos atores envolvidos no processo educacional.

O Observatório da Educação teve na sua concepção inicial a participação de professores e pesquisadores, de IES públicas ou privadas, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu.

Esses núcleos foram idealizados para serem locais ou em rede: um núcleo local é composto por, pelo menos, um programa de pós-





103. Aluna do ensino fundamental do estado de Santa Catarina. Fotografia

104. Alunos da Escola Estadual Hermano Stradelli. Uarini- AM Fotografia

105. Aluno do estado de Roraima em aula de informática. Fotografia

106. Atividade de robótica no estado do Rio Grande do Sul. Fotografia

107. Aluno em atividade na horta da Escola Municipal de Ensino Fundamental Lauro Rodrigues. Porto Alegre- RS Fotografia

108. Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos- SP Fotografia

109. Estudantes da Universidade de Brasília (UnB) Brasília- DF Fotografia

graduação *stricto sensu* de uma IES e deve ter, ao menos, um docente orientador, um doutorando e dois mestrandos ou três mestrandos e até seis estudantes de graduação. Já o núcleo em rede é composto por três ou mais programas de pós-graduação de IES distintas e, além de possuir três docentes orientadores. Cada rede deve ter, no mínimo, nove doutorandos ou pós-doutorandos ou nove mestrandos e até 18 graduandos.

Esses núcleos de estudos foram idealizados para desenvolver linhas de pesquisa voltadas à Educação, em torno dos eixos temáticos: educação básica; educação superior; educação profissional e tecnológica; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação especial; educação no campo; educação quilombola; educação integral; e educação a distância.

Áreas Temáticas Prioritárias:

- Avaliação institucional e da aprendizagem;
- Indicadores de qualidade do ensino -aprendizagem, do trabalho didático e da carreira docente;
- Indicadores de desempenho dos sistemas de ensino;
- Determinantes da qualidade de ensino;
- Educação e desenvolvimento;
- Financiamento da educação;
- Mercado de trabalho e educação;
- Demografia e educação;
- Análise do fluxo escolar;
- Educação e inclusão social;
- Abordagens multidisciplinares de áreas de conhecimentos afins; e
- Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Linguagens.



O Observatório da Educação tem como finalidade contribuir para a criação, o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na temática da educação, bem como das áreas de concentração em educação nos programas de diferentes áreas do conhecimento.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Ano de criação: 2004

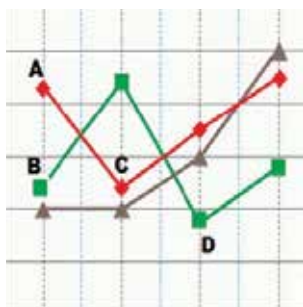
A Avaliação Institucional é um dos três componentes principais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e está relacionada a:

- A melhoria da qualidade da educação superior;
- A orientação da expansão de sua oferta;
- O aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; e
- O aprofundamento dos compromissos e das responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

- **Autoavaliação** – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Conaes.
- **Avaliação externa** – Realizada por comissões designadas pelo Inep, tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliações.

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.



O processo de avaliação externa independe de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

AValiação DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Ano de criação: 2004

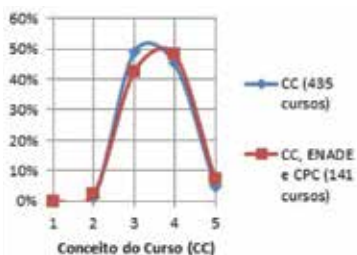
A avaliação dos cursos de graduação é baseada na análise das condições de ensino, em especial aquelas relativas ao corpo docente, às instalações físicas, ao projeto pedagógico e ao resultado dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

O Índice Geral de Cursos (IGC) é uma das medidas usadas pelo Inep para avaliar as instituições de educação superior, públicas e privadas. O IGC de uma instituição é resultado da média ponderada do Conceito Preliminar de Curso (CPC), indicador de avaliação de cursos de graduação, e obedece a um ciclo de três anos, em combinação com o resultado do Enade, que mede o desempenho dos estudantes.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um índice que avalia os cursos de graduação. Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade dos cursos são o Enade, aplicado a cada ano por grupo de áreas do conhecimento, e as avaliações feitas por especialistas diretamente na instituição de ensino superior.

Os cursos passam por três tipos de avaliação em momentos diferentes:

- **Autorização** – Essa avaliação é feita quando a instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. Nesse caso, são avaliadas três dimensões do curso: a organização didático-pedagógica, o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.
- **Reconhecimento** – Quando a primeira turma entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar ao MEC o reconhecimento.



A autorização de curso transcorre dentro de um fluxo processual composto por diversas etapas, dentre as quais a avaliação in loco, que culmina em um relatório da comissão de avaliadores, em que constam aferidas as informações apresentadas pelo curso relacionadas à realidade encontrada durante a visita. É gerado, assim, o Conceito de Curso (CC), graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.



• **Renovação do reconhecimento** – Essa avaliação é feita de acordo com o ciclo do Sinaes, ou seja, a cada três anos. Com base no cálculo do CPC, os cursos que tiverem conceito preliminar um ou dois (insatisfatório) são avaliados por dois especialistas dentro da instituição. Já os cursos com três a quatro pontos receberão visitas se a instituição solicitar.

O processo de autorização abrange instituições diversas: faculdades, centros universitários e universidades privadas, ofertantes da modalidade presencial ou a distância. Sendo assim, a avaliação é a ferramenta dos avaliadores na verificação das três dimensões previstas no Sinaes, constantes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC): Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura.

De acordo com a Portaria Normativa nº 40, de dezembro de 2010, a comissão de avaliadores é composta de seguinte forma:

- Ato de Credenciamento de IES, ato de Recredenciamento de IES e ato de Recredenciamento de IES na modalidade EAD: a comissão é formada por três avaliadores e dura cinco dias, sendo dois para deslocamento e três dias in loco.
- Ato de Credenciamento de IES na modalidade EAD e ato de Credenciamento de Polo na modalidade EAD: a comissão é formada por dois avaliadores e dura quatro dias, sendo dois dias para deslocamento e dois dias in loco.
- Todos os atos relativos a curso, ato de Autorização, ato de Reconhecimento, ato de Renovação e atos de Aditamento: a comissão é formada por dois avaliadores e dura quatro dias, sendo dois dias para deslocamento e dois dias in loco.

Para todos os atos acima, os avaliadores são sorteados dentre os integrantes do Banco Nacional de Avaliadores (BASIS).

110 e 111. Alunos em sala do Instituto Federal de São Paulo. Bragança Paulista- SP
Fotografia

112. Sala de aula da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (USP).
Fotografia

PROGRAMAS



Sinopses Estatísticas: Educação Básica, Educação Superior e ENADE

Ano de criação: 1995

As Sinopses Estatísticas da Educação Básica, até 2006, apresentam dados referentes a estabelecimento, matrícula, função docente, movimento e rendimento escolar, para as diferentes modalidades de ensino brasileiras: Ensino Regular (educação infantil e ensino fundamental e médio), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Os dados estão distribuídos de acordo com as regiões brasileiras e suas respectivas unidades da federação.

A Sinopse Estatística da Educação Superior vem sendo produzida pelo Inep desde 1995. Essa publicação, disponível para download, corresponde a um conjunto de tabelas organizadas por tema – sendo também possível consultar as informações divididas por municípios. Os dados apresentados fazem referência a instituições, recursos humanos, cursos de graduação presenciais, processos seletivos, matrícula, concluintes, cursos de graduação a distância, cursos sequenciais presenciais e a distância, além das instituições federais, com base nos resultados do Censo da Educação Superior 2010.

A Sinopse Estatística da Educação Superior é a consolidação dos dados coletados pelo sistema CENSUP junto às instituições de educação superior. É composta por tabelas divididas por modalidades de ensino (graduação e sequencial – presencial e a distância) e redes de ensino que trazem a distribuição de instituições, docentes, funcionários técnico-administrativos, matrículas, concluintes, vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressos

desagregados por cruzamentos entre diversas variáveis, tais como sexo, cor/raça, faixa etária, localização (capital e interior), organização acadêmica, categoria administrativa, cursos, entre outras.

Elaborada nos formatos adotados e recomendados pelos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePING (Versão 2015), a sinopse traz os dados desagregados por unidade da federação. Assim, as informações passaram a ser apresentadas nos seguintes níveis de desagregação geográfica: Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Categoria Administrativa, de modo a auxiliar na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, além de subsidiar estudos e pesquisas sobre a realidade da educação brasileira.

As Sinopses Estatísticas do Enade começaram a ser produzidas pelo Inep a partir de 2014. Essa publicação, disponível para download, corresponde a um conjunto de tabelas relativas à participação e ao desempenho de estudantes, cursos e instituições de educação superior no exame, além de um compilado das respostas ao Questionário do Estudante. Todas as informações estão organizadas por região geográfica, organização acadêmica e categoria administrativa.



113. Estudantes
Fotografia

114. Detalhe da capa
da Sinopse Estatística da
Educação Básica do Censo Escolar
de 2002.
Publicação, 2003



Mercosul Educacional

Ano de criação: 1991

O Mercosul Educacional – Setor Educacional do Mercosul (SEM) é o resultado da assinatura de protocolo de intenções por parte dos ministros da Educação dos respectivos países-membro do bloco. Ao longo do tempo, a reunião de ministros criou outras instâncias de apoio ao setor. Em 2001, o CMC, por meio da decisão 15/01, aprovou a “Estrutura Orgânica do Setor Educacional do Mercosul”, onde se cria o Comitê Coordenador Regional e as Comissões Coordenadoras de Área (Básica, Tecnológica e Superior) e o Comitê Gestor do Sistema de Informação e Comunicação. Em 2005 foi criado o Comitê Assessor do Fundo Educacional do Mercosul. Em 2006, foi criada a Rede de Agências Nacionais de Acreditação e, em 2011, a Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente. Além dessas, existem outras instâncias, provisórias e permanentes, que gerenciam ações específicas.

Por meio da negociação de políticas públicas e da elaboração e implementação de programas e projetos conjuntos, o Setor Educacional do Mercosul busca a integração e o desenvolvimento da educação em toda a região do Mercosul e países associados.

A criação do Setor Educacional do Mercosul (SEM) reconheceu a importância da educação “como estratégia para o desenvolvi-

mento da integração econômica e cultural do Mercosul e o peso da informação para se alcançarem esses objetivos”.

O SEM é organizado pelo Comitê Coordenador Regional (CCR) dos países associados e membros do Mercosul com suas respectivas instâncias: as Comissões Regionais de Área (CRA) relacionadas à educação básica, educação superior e educação tecnológica.

Também fazem parte do SEM diferentes Grupos de Trabalho (GT) que analisam as questões relacionadas a indicadores estatísticos e à harmonização de termos educacionais – além do Comitê Gestor do Sistema de Informação e Comunicação (CGSIC), que interage nos diversos níveis. Estas são as instâncias das quais o Inep participa:

Grupo de Trabalho Indicadores

Um dos grupos do Mercosul Educacional dos quais o Inep participa é o Grupo de Trabalho de Indicadores (GT Indicadores), o qual tem como papel principal produzir novos indicadores educacionais comparáveis regionalmente. Além disso, o grupo também é responsável pela Vitrine Estatística, na qual constam informações, tais como descrições sobre os sistemas educativos dos países-membro e associados, seleção de indicadores demográficos, econômicos e educativos globais e um conjunto de indicadores educativos específicos.

Como novidade, o GT Indicadores tem calculado o IRDE (Índice Regional de Desenvolvimento da Educação), que considera condições regionais durante a avaliação da qualidade educacional específico para os países da América Latina. A criação do IRDE foi baseada nas diretrizes do Ideb, graças ao trabalho da Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep (DEED).

115. Marca do Mercosul Educacional – Setor Educacional do Mercosul (SEM). Logomarca

116. Países integrantes do Mercosul: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Mapa ilustrativo, 2018

Comissão Ad Hoc de Terminologia (CAHT)

Outro grupo técnico sob responsabilidade do Inep é a Comissão Ad Hoc de Terminologia (CAHT), que se concentra na harmonização e normatização de termos ligados à educação. Atualmente, o grupo tem trabalhado para alimentar o Banco Terminológico do Mercosul, considerado a primeira base terminológica regional. Sob incumbência da equipe do Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC), o GT Terminologia é hoje um dos pilares técnicos do Mercosul Educacional, constantemente demandado como assessor técnico das demais instâncias.

Comitê Técnico de Avaliação

O Comitê Técnico de Avaliação (CTA) é responsável pelos estudos comparativos dos sistemas nacionais de avaliação e o Brasil é representado pelo Inep, por meio da Diretoria de Educação Básica. Cumpre a agenda de apresentar os dados brasileiros vinculado às Ações Internacionais do Setor Educacional do Mercosul (SEM).

A Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana) é responsável pela gestão do Sistema ARCU-SUL, que é um mecanismo permanente de acreditação regional, cujo objetivo é dar garantia pública na região do nível acadêmico e científico dos cursos, definidos por critérios regionais elaborados por comis-

sões consultivas. O processo de acreditação é contínuo, com convocatórias periódicas. O Inep é responsável pela implementação do processo de avaliação de cursos no Sistema ARCU-SUL no Brasil e a Diretoria de Avaliação da Educação Superior é responsável pelo gerenciamento da secretaria da Rede, que está sob a responsabilidade do Brasil para o período de 2015 a 2019. O Inep representa o Brasil na Reunião de Intercâmbio de Experiências entre as Agências Nacionais de Acreditação, bem como capacita regionalmente avaliadores, conforme cronograma de atividades do Setor Educacional do Mercosul.

Rede Interna de Especialistas

Instituída em junho de 2015, a Rede Interna de Especialistas do Inep é composta por mestres e doutores da área da Educação e áreas afins. A Rede tem como finalidade elaborar, revisar e validar as definições de termos da área educacional para o Thesaurus Brasileiro da Educação (BRASED) e para o Banco de Dados Terminológicos (BDT) do Setor Educacional do Mercosul. O CIBEC é o responsável pelo desenvolvimento do BRASED e do BDT e, desde 2012, empreende esforços para a atualização das linguagens de referência no país.





Banco Nacional de Itens

Ano de criação: 22 de outubro de 2013 (Lei nº 12.871)

O Banco Nacional de Itens (BNI) é uma coleção de itens de testes de natureza específica, disponíveis para a construção de instrumentos de avaliação promovidos pelo Inep. Foi criado para fornecer insumos para as diversas avaliações que o Inep desenvolve, assegurando acesso a itens de qualidade, elaborados e revisados para cada instrumento de medição, seja prova ou questionário.

Os processos que utilizam os itens que compõem o Banco Nacional de Itens são:

- Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica;
- Enem - Exame Nacional do Ensino Médio;

- Encceja - Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos;
- Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Alunos;
- Enade - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes;
- Revalida - Revalidação dos Diplomas Médicos ;
- Prolibras - Certificado de Proficiência na Língua Brasileira de Sinais;
- Celpe-Bras - Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa; e
- Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente.

Como o Inep é responsável pela elaboração e aplicação de avaliações nacionais em larga escala da educação brasileira, a existência do BNI é fundamental para que o instituto possa cumprir sua missão.

A aplicação de instrumentos de medida e a análise de seus resultados são fundamentais para que o Inep produza análises e publique os seus indicadores/ índices. No caso da educação, um instrumento de medida muito utilizado é o teste, o qual pode ser desenhado para medir o desempenho dos par-



participantes em determinadas situações, com o objetivo de realizar inferências sobre o processo educacional em desenvolvimento.

Uma atividade necessária para que essas avaliações aconteçam é a manutenção de um banco de itens que ofereça subsídios para construir os testes.

A existência do BNI é necessária para que se tenha uma quantidade expressiva de itens com comprovada qualidade técnico-pedagógica e psicométrica para comporem os testes de uma avaliação em larga escala.

O Guia de Elaboração e Revisão de Itens apresenta as orientações do Inep para a construção e revisão de itens para testes de avaliação, considerando a literatura especializada na área, e se estrutura da seguinte forma: Definições e conceitos; Estrutura do item de múltipla escolha; Etapas para elaboração de item; Especificações para apresentação do item; Etapas de validação de item; e Protocolo de revisão de item.

A manutenção do BNI depende da entrada constante de itens de qualidade. Para tanto, educadores e pesquisadores da educação brasileira são chamados a colaborar nessa construção, elaborando itens que possam fazer parte desse banco. Em atividades dessa natureza, a experiência docente é de fundamental importância para que se possa elaborar itens em consonância com o con-



texto educacional. Para isso, o Inep realiza chamadas públicas para a construção de uma rede de colaboradores interessados em elaborar e revisar itens para o Banco Nacional de Itens, constituindo o Banco de Colaboradores do BNI para cada avaliação ou exame em desenvolvimento.

As chamadas públicas fazem parte do processo de estruturação da rede de colaboradores do Inep, que participam de capacitações, de oficinas de elaboração/ revisão, de painéis de revisão de itens e de outros eventos que os capacitam e qualificam a produzir para o Banco Nacional de Itens (BNI) ou para as diretorias do Inep. A participação da comunidade educacional e acadêmica de todo o Brasil amplia a diversidade e melhora a adequação dos instrumentos para a avaliação da educação do país.

117 Marca do Banco Nacional de Itens - BNI. Logomarca

118. Estudantes Fotografia

119. Certificado da Capacitação para os elaboradores e revisores de itens do BNI do Enade. Documento, 2014

120. Aluna do programa de alfabetização de jovens e adultos. Fotografia



As avaliações em larga escala distinguem-se das avaliações internas, na medida em que estas são feitas pelo professor ou pela própria instituição de ensino para avaliar e propor alternativas no âmbito da sala de aula ou da instituição. Enquanto isso, as avaliações em larga escala são elaboradas por um órgão externo às escolas, com a finalidade de fazer juízos de valor e propor alternativas em âmbito mais amplo que o da instituição de ensino.



Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros

Ano criação: 1998

O Celpe-Bras é o certificado brasileiro oficial de proficiência em Português como língua estrangeira. É aplicado pelo Inep no Brasil e em outros países, com apoio do Ministério da Educação e em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. Suas provas são realizadas em postos aplicadores, instituições de ensino superior no Brasil e no exterior, representações diplomáticas e missões consulares do Brasil no exterior, centros e institutos culturais brasileiros e estrangeiros e instituições congêneres interessadas na promoção e difusão da Língua Portuguesa.

O Celpe-Bras passou a ser aplicado em 1998, tendo ocorrido em cinco postos no Brasil – UFRGS, Unicamp, UFRJ, UFMG e UFPE – e

três no exterior – Buenos Aires, Assunção e Montevidéu. Na oportunidade, 127 candidatas participaram do certame.

O Celpe-Bras, desde seu início, teve como propósito o foco na comunicação e na necessidade de agir no mundo em Língua Portuguesa. O exame fundamenta-se na ideia de proficiência enquanto uso adequado da língua para desempenhar ações no mundo. Para isso, leva em consideração não apenas aspectos textuais, mas, principalmente, aspectos discursivos: contexto, propósito e interlocutores envolvidos na interação.

Por ser de natureza comunicativa, o Celpe-Bras tem ênfase no uso da língua e conta com avaliações integradas que envolvem compreensão e produção oral e escrita. O exame, portanto, não afere conhecimentos de Língua Portuguesa por meio de questões sobre gramática e vocabulário, mas sim avaliando a capacidade de uso dessa língua, independentemente das circunstâncias em que o participante aprendeu.

A elaboração e a aplicação do Celpe-Bras contam com a colaboração de uma comissão técnico-científica, de caráter consultivo, composta por professores especialistas em





avaliação e ensino de Português para falantes de outras línguas, selecionados por meio de chamada pública.

Níveis de Proficiência

O Celpe-Bras certifica quatro níveis de proficiência em Língua Portuguesa. Para obter o certificado, é preciso alcançar, tanto na parte escrita quanto na parte oral, pelo menos o nível intermediário. Quando o nível de proficiência das partes do exame for diferente, prevalecerá o nível mais baixo.

Além de funcionar como suporte importante à entrada na vida universitária – ou no decorrer do percurso acadêmico – o Celpe-Bras também pode ser usado como comprovação de proficiência no mercado de trabalho. Existem muitas empresas multinacionais, asiáticas por exemplo, que exigem que seus funcionários tenham o Celpe-Bras para trabalhar em setores de comércio com o Brasil.

Nem todas as universidades federais brasileiras aplicam o Celpe. O objetivo é que isso ocorra em breve, conforme consta no edital do Programa Idiomas sem Fronteiras, lançado no ano de 2016: as universidades federais devem oferecer cursos de PLA e estar abertas a se tornarem centros aplicadores do Celpe-Bras.

Para ser credenciada, uma instituição fora do país precisa demonstrar que atende aos requisitos de idoneidade, atuação efetiva e qualificação de sua equipe. Para fazer essa acreditação, é necessário enviar uma missão brasileira para conhecer e vistoriar essa instituição, ou delegar essa tarefa a alguém da embaixada brasileira. Vários documentos são requisitados pelo Inep para credenciar um novo posto aplicador, uma vez que essa instituição, no futuro, atuará também para realizar a avaliação da parte oral do exame.

115. Versão atual da marca do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros- Celpe-Bras. Logomarca

116. Aplicação do exame do Celpe-Bras para estudantes de língua portuguesa na Casa do Brasil. Cidade do México- México Fotografia, 2017

117. Mesa de abertura do Encontro de Coordenadores do Celpe-Bras (Encelpe) de 2018 composta por: Fernando Diniz, do Departamento de Migrações do Ministério da Justiça; Silvana Helena Vieira Borges, diretora-executiva da Polícia Federal; Fernando Augusto Rodrigues Bueno, coordenador-geral da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC); a presidente do Inep, Maria Inês Fini; Paula Alves de Souza, diretora do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Jussara Pereira Prado, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e Rita de Fátima Aragão Macedo, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Fotografia, 2018



O Celpe-Bras é um exame para certificar diferentes níveis de proficiência. Isso se baseia na premissa de que participantes de todos os níveis certificados são capazes de desempenhar ações em Língua Portuguesa. O que pode variar é a qualidade do desempenho, dependendo do nível de proficiência.

Futuro



26%

O Inep do Século XXI

Conclusão

O Inep segue, nesta primeira década do século XXI, como um excepcional produtor de evidências sobre a educação do país, cumprindo sua missão regimental de subsidiar a elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas essenciais para que avancemos enquanto nação. Essa caminhada rumo ao futuro, com a velocidade que a sociedade brasileira demanda e que as inovações tecnológicas exigem, é sustentada pela força de sua história, ao longo dos 80 anos de existência e pela experiência consolidada nas centenas de trabalhos que executa, sejam as pesquisas estatísticas que os censos educacionais promovem anualmente sobre a educação básica e superior, sejam a realização dos exames e avaliações da educação básica e da educação superior, além de pesquisas específicas sobre temas emergentes e de sua ampla agenda internacional, com parcerias em ações estratégicas que projetam o Brasil nacional e internacionalmente no cenário acadêmico e científico da avaliação.

Ao longo de sua existência, o trabalho do Inep evoluiu e se aperfeiçoou constantemente para enfrentar desafios que lhe são impostos por mudanças conjunturais na educação brasileira.

Nesse sentido, os processos avaliativos do ensino superior do país têm sido metodicamente cumpridos segundo as determinações da Lei do SINAES, e para tanto as equipes técnicas realizam intenso trabalho de atualização dos instrumentos de avaliação in loco, de capacitação de

novos professores para compor o Banco Nacional de Avaliadores, além de elaborar as provas e os demais instrumentos de pesquisa para o ENADE, coordenando a aplicação anual desse exame para centenas de milhares de concluintes do ensino superior. Ainda por força de imposição da lei do Mais Médicos realizou também o primeiro ANASEM que é uma avaliação processual dos alunos durante o curso de Medicina e o REVALIDA que é o exame aplicado aos concluintes do curso de medicina em outros países e que são usados como referência para revalidação dos diplomas de conclusão obtidos fora do Brasil. Por entender que esses dois exames da área médica fogem ao escopo institucional do Inep, eles deverão sair de suas funções rotineiras, ainda em 2018.

Hoje o Instituto encontra-se em plena finalização dos processos de atualização das referências científicas e metodológicas de exames e avaliações da educação básica em consonância com novas demandas sociais e políticas públicas, especialmente com a homologação da Base Nacional Comum Curricular, BNCC.

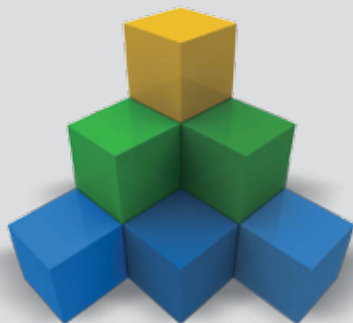


1. Computação gráfica

2. Estudantes da rede pública do ensino básico. Maranhão
Fotografia

Base Nacional Comum Curricular - BNCC

2018



**BASE
NACIONAL
COMUM
CURRICULAR**

EDUCAÇÃO É A BASE

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escola-

res dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e

3. Logomarca da BNCC

4. Sala de aula do ensino fundamental
Fotografia

5. Competências Gerais da nova
BNCC- MEC

estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.



COMPETÊNCIAS GERAIS DA NOVA BNCC

1. *Conhecimento*

Valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital.



2. *Pensamento científico, crítico e criativo*

Exercitar a curiosidade intelectual e utilizar as ciências com criticidade e criatividade.



3. *Repertório cultural*

Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais.



4. *Comunicação*

Utilizar diferentes linguagens.



5. *Cultura Digital*

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética.



10. *Responsabilidade e Cidadania*

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação.



9. *Empatia e Cooperação*

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação.



8. *Autoconhecimento e autocuidado*

Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e apreciar-se.



7. *Argumentação*

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis.



6. *Trabalho e Projeto de Vida*

Valorizar e apropriar-se de conhecimentos e experiências.





No caso do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) um novo modelo de avaliação já está sendo elaborado, em consonância com a Base Curricular do ensino médio, atualmente em discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE) e após sua homologação será apresentado à comunidade acadêmica, embora seu formato atual permaneça vigorando na edição de 2019.

Também o Encceja, criado em 2000 para resgatar a autoestima dos jovens e adultos que não puderam frequentar a escola na idade certa, continuará sendo oferecido às secretarias de educação e institutos federais com todo vigor, para que possam dele se utilizar para prover certificação de nível de ensino fundamental ou médio, oferecido anualmente para brasileiros no Brasil e para brasileiros residentes no exterior.

Em junho de 2018, por meio do decreto 9.432, foram anunciadas algumas mudanças no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb, sendo a principal a supres-

são das antigas nomenclaturas para a avaliação da educação básica (Ana, Aneb, Anresc e Prova Brasil). O decreto especificou também a diferença entre exames e avaliação, consagrando o Saeb como o sistema que avalia a educação básica do país envolvendo a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Outra mudança do Saeb, a ser implementada já em 2019, é a avaliação da alfabetização e do letramento matemático ao termino do segundo ano do ensino fundamental e também a inclusão das Ciências no escopo das provas, inicialmente introduzidas no nono ano do ensino fundamental.

Além das escolas públicas, também as escolas particulares que aderirem ao sistema irão receber resultados institucionais. De maneira inovadora, o Inep vai abordar em seus instrumentos de pesquisa de fatores associados, a aferição de competências socioemocionais, tal como previsto na Base Nacional Comum Curricular. Nesta perspectiva, o novo Saeb modernizou sua arquitetura buscando sintonia com o cenário mundial da avaliação educacional.

6. Alunos do ensino fundamental
Fotografia

7. Estudantes do ensino médio no
Rio de Janeiro
Fotografia

Muito tem sido feito desde a criação do Instituto Nacional de Pedagogia em 1937, para que o Inep pudesse chegar aos dias de hoje, com oito décadas de uma história de muitas conquistas indelévels para a educação nacional, permeada por períodos de grandes desafios que só puderam ser transpostos graças ao esforço de cada um que já integrou ou integra essa grandiosa autarquia federal do Ministério da Educação, que é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A criação da Escola de Estatísticas e Avaliações Educacionais, já em andamento, é o próximo passo para a consolidação do Inep como o órgão promotor de subsídios para a formulação das políticas públicas de educação. Por meio de seus cursos, gestores e equipes técnicas das secretarias estaduais e municipais de educação serão capacitados

para o uso adequado de todas as informações educacionais produzidas pelo Inep e pelas pesquisas e estudos da área.

Os projetos e serviços empreendidos ao longo de sua história para cumprir sua missão institucional, são o legítimo legado que o Inep deixa para o Brasil. Cabe agora, àqueles que comporão no futuro próximo, este grande instituto, assumir seu papel histórico e dar continuidade ao esforço de todos os que os antecederam prosseguindo com um trabalho de absoluta qualidade técnica, responsável, de inestimável valor acadêmico, honesto, transparente e vital para um país que precisa tanto de educação de qualidade para suas crianças e jovens.

Que novos personagens se integrem e escrevam com o mesmo brilho do passado os próximos passos da história que está por vir.



REFERÊNCIAS

- AGUILAR FILHO, Sidney. Racismo à brasileira. In: **Revista de História**. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/racismo-a-brasileira>. Acesso em: 22 jan. 2017.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2002.
- BERTONHA, João Fábio. **Fascismo, Nazismo, Integralismo**. São Paulo: Ática, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. (1934). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em: 5 ago. 2018.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. (1937). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 5 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Serviço de Documentação – 1946. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001590.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de. **A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930 - 1945)**. HISTEDBR (1986 - 2006) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas (SP). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html. Acesso em: 13 ago. 2018.
- CAMPOS, Francisco. **Educação e Cultura**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.
- CASTRO, Luiz Felipe Moura de. **Fundamentos do Salário-Educação**. Disponível em: <file:///Users/gilberto/Downloads/60696-127764-1-PB.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2018.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. O Inep ontem e hoje. In: **Um olhar para o Mundo – Contemporaneidade de Anísio Teixeira**. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/helena.html>. Acesso em: 8 jul. 2018.
- CHAVES, Alberto Klaus. Inconstantes cidades universitárias: um estudo da Universidade de Brasília. In: 7º SEMINÁRIO DO COMOMO BRASIL, 22 a 24 de outubro de 2007. **Anais**. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/058.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- CUNHA, Ari. Escola Parque como parte do ensino integral. **Correio Braziliense**, Blog do Ari Cunha, Brasília, 3 jan. 2017.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia da educação brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1988.
- DAMASIO, Leandro. **Desenvolvimento Institucional do Inep**: Conjuntura Crítica e Trajetórias. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2011. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8547/DISSERT_LEANDRO%20DAMASIO.pdf. Acesso em: 4 set. 2018.
- DEWEY, John. **Democracia e Educação**: introdução à Filosofia da Educação. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Depoimentos de educadores e funcionários solidários com o atual diretor do Inep. Movimento do meio educa-

- cional ante a notícia de sua demissão. Rio de Janeiro, **Diário de Notícias**, 17 abr. 1958.
- DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.
- DOMINGUES, O. O meio revela. **Boletim de Eugenia**, nº 16, ano II, abr. 1930.
- DUTRA, Eurico Gaspar. (1947). **Mensagem ao Congresso Nacional (Brasília)**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1325/>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- DUTRA, Eurico Gaspar. (1948). **Mensagem ao Congresso Nacional (Brasília)**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1326/>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- DUTRA, Eurico Gaspar. (1949). **Mensagem ao Congresso Nacional (Brasília)**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1327/>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- FÁVERO, Maria de Lurdes. Anísio, o administrador. In: SEMINÁRIO “UM OLHAR SOBRE ANÍSIO”. Mesa Redonda “Gestão da Educação”, Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/favero.html>>. Acesso em: 6 maio 2018.
- FIGUEIREDO, Alexandre. **Roquette Pinto e o rádio educativo no Brasil**. Disponível em: <http://br.geocities.com/preserveoam/edgar_roquettepinto.htm>. Acesso em: 3 ago. 2018.
- FORMIGA, Marcos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: Inep/MEC, 2005. Disponível em: <<http://www.dominio-publico.gov.br/download/texto/me002548.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2018.
- FRIEDERICH, Marcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado; PEREIRA, Viviane Soares. *Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil*: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, nº 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867>>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- GIL, Jorge. Biógrafo de Anísio Teixeira fala sobre a relação entre o fundador e a trajetória da Universidade. **UnB Notícias**, 20 abr. 2017. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/1429-biografo-de-anisio-teixeira-fala-sobre-a-relacao-entre-o-fundador-e-a-trajetoria-da-universidade>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- GOUVEA, Fernando Cesar Ferreira. **O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**: criação, intervenção e legitimação nos planos regional, nacional e internacional (1955-1964). Disponível em: <http://www.academia.edu/6999845/O_Centro_Brasileiro_de_Pesquisas_Educacionais_cria%C3%A7%C3%A3o_interven%C3%A7%C3%A3o_e_legitima%C3%A7%C3%A3o_nos_planos_regional_nacional_e_internacional_1955-1964_>. Acesso em: 13 ago. 2018.
- Inep - Ministério da Educação e Cultura. III CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002590.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- KANG, Thomas H. **Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil – 1930-1964**. *Latin American Research Review*, 52(1), 35-49, 2017. Disponível em: <<https://larrlasa.org/articles/10.25222/larr.42/>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

- KEHL, R. Crescei e multiplicai-vos. **Boletim de Eugenia**, nº 18, ano II, jun. 1930.
- KEHL, R. Emerson o sábio de concord. **Boletim de Eugenia**, nº 17, ano II, maio 1930.
- KEHL, R. O ensino da genética nas escolas primárias. **Boletim de Eugenia**, nº 11, ano I, nov. 1929.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstron. O problema da educação de adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Inep/MEC, vol. V, ago. 1945.
- LUIZI, P. Educação sexual. **Boletim de Eugenia**, nº 24, ano II, dez. 1930.
- MARIAN, Maria Clara. Educação e Ciências Sociais: o *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais*. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, p.167-195. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/Inep.htm>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **As políticas do Inep/MEC no contexto brasileiro dos anos 1950/1960**. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7392/7392.PDFXvmi=HxvCoWjds5OHbZ5WMIHVBCwNsOpUKGDsFa548piBv7jI7oFT7mQJ0nxtDZoxG3rmexqnZKZuSjd0JTURhLChaaLnabmQePetnFRmqRSjb7kU1fNi2pAdBmBLxZDNPRhdx9BZ2ujdCF9DVWVxnbwZTNKrNofDgxRPHtOKZ9xBO8fL6cJtJVsDKe6xDmcUU5KD-zAnzKmbAuqICD57n2B1MP8ltuxppDa4cLrMvOx6korW3x5qAGsnwCJ17hrxVCC9o>>. Acesso em: 13 ago. 2012.
- MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia. O Inep no contexto das políticas do MEC (1950/1960). **Revista contemporânea de Educação**, v. 1, nº 1, p. 90-106. 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1479>>. Acesso em: 9 jul. 2018.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e Política nos Anos 30: a presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.73, n.174, p.291-321, maio/ago. 1992. Disponível em: <<http://emaberto.Inep.gov.br/index.php/rbep/article/viewFile/1257/1231>>. Acesso em: 3 ago. 2018.
- NERY, Marina. **Uma mente privilegiada**: Dizonzir Gusso. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3126&catid=52&Itemid=23>. Acesso em: 29 jul. 2018.
- NUNES, Cassiano. Monteiro Lobato e Anísio Teixeira: O sonho da educação no Brasil. **Letras de Hoje**, v. 21, nº 2, p. 25-54, 1986. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/17443/11179>>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Coleção Educadores. Recife: MEC/Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4689.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2018.
- PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**.: Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- PASQUALE, Carlos. **O Desenvolvimento do Ensino Primário e o Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002405.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lúcia Maria da Franca. **Anísio Teixeira e o Plano de Educação de Brasília**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-667-intok.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

- PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder**: O profeta da paz. São Paulo (SP): Editora Contexto, 2010.
- RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira**. A organização escolar. Campinas: Autores Associados, 2003.
- ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ROTHEN, José Carlos. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 189-224, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://rothen.pro.br/site/wp-content/uploads/2017/10/09capitulo40Inep-arbep-14442.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2018.
- SAAVEDRA, Silvia Maria Galiac. **Passos e descompassos de uma instituição de pesquisa educacional no Brasil**: a realidade do Inep. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1988.
- SAVIANI, Dermeval. O Inep, o diagnóstico da educação brasileira e a Rbep. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, nº 234, [número especial], p. 291-322, maio/ago. Disponível em: <<http://www.rbep.Inep.gov.br/index.php/rbep/article/viewFile/442/428>>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- SCHEIDER, Eduarda Maria; MEGHIORATTI, Fernanda Aparecida. A influência do movimento eugênico na constituição da educação pública no Brasil na década de 1930. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012. **Anais**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/963/59>>. Acesso em: 7 jul. 2018.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/prefac2.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- SEGAWA, Francine Sayuri. **Programa Educ.com.rádio**: Um estudo sobre representações. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23092009-151153/publico/Francinesayurisegawa.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- SILVA, Ernesto. Plano Educacional. In: SILVA, Ernesto. **História de Brasília**. 2. ed. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2015/anais2015/mc3/Tc34.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- SILVEIRA, A. **Repertório de acervos e fontes para a história do Inep**. Brasília: Inep: OEI, 2018.
- SOUZA, Adilson de. Um plano educacional para um novo tempo: Anísio Teixeira e as escolas classe/escola parque de Brasília. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 3, nº 2, p. 39-52, 2016.
- STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II. Século XIX. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- TEIXEIRA, Anísio. A crise educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 19, nº 50, abr./jun. 1953. p. 20-43.
- TEIXEIRA, Anísio. A educação comum do homem de hoje. In: Educação no Brasil. **Atualidades Pedagógicas**, v. 132. São Paulo: Nacional; Brasília, DF: INL/MEC, 1976. p. 362 – 366.
- TEIXEIRA, Anísio. A escola brasileira e a estabilidade social. In: TEIXEIRA, Anísio. **Educa-**

- ção no Brasil.** São Paulo: Nacional; Brasília, DF: INL/MEC, 1976.
- TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 47, nº 106, p. 246-253, abr./jun. 1967.
- TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 64, p. 3-27, out./dez. 1956.
- TEIXEIRA, Anísio. A Pedagogia de Dewey: esboço da teoria da educação de John Dewey. In: DEWEY, John. **Vida e educação.** São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 31, nº 73, p. 78-84, jan./mar. 1959.
- TEIXEIRA, Anísio. *Ciência e humanismo.* **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 60, 1955, p. 30-44.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito.** 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** 4. ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Inep/MEC, 1976.
- TEIXEIRA, Anísio. Estado atual da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 39, nº 89, p. 8-16, jan./mar. 1963.
- TEIXEIRA, Anísio. O problema de formação do magistério. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 46, nº 104, p. 278-287, out./dez. 1966.
- TEIXEIRA, Anísio. *Padrões brasileiros de educação [escolar] e cultura.* **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 55, p. 3-22, jul./set. 1954.
- TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- TEIXEIRA, Anísio. Plano de Construções Escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. 35, nº 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.
- TEIXEIRA, Anísio. Uma experiência de educação primária integral no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 38, nº 87, p. 21-33, jul./set. 1962.
- TEIXEIRA, José Antônio. O educador Anísio Teixeira: de John Dewey a Darcy Ribeiro. In: I CONGRESSO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, 10-12 jul. 2000. Rio de Janeiro, ABE, 2000. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/congresso2.html>>. Acesso em: 13 set. 2018.
- XAVIER, Libânia; SCELZA, César. **Publicações do CBPE e sua importância para a pesquisa educacional no Brasil.** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/261.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

FONTES DA IMAGENS

Capítulo 1

Foto 1.

Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.

Foto 2.

Acervo do Arquivo Histórico do Cibec -Inep .

Foto 3.

Acervo do Arquivo Histórico do Cibec -Inep.

Foto 4.

Acervo do Arquivo Histórico do Cibec -Inep.

Foto 5.

Acervo do Arquivo Histórico do Cibec -Inep.

Foto 6.

Acervo do Arquivo Histórico do Cibec -Inep.

Foto 7.

Acervo do Wiki Media Commons.

Foto 8.

Acervo do Arquivo Histórico do Cibec -Inep.

Foto 9.

Acervo do Arquivo Histórico do Cibec -Inep.

Foto 10.

Acervo Elos.

Foto 11.

Reportagem de Adalberto Ribeiro para a Revista do Serviço Público, Ano V, Vol. III, N. 1. Julho de 1942. Acervo da biblioteca do Cibec - Inep.

Foto 12.

Reportagem de Adalberto Ribeiro para a Revista do Serviço Público, Ano V, Vol. III, N. 1. Julho de 1942. Acervo da biblioteca do Cibec - Inep.

Foto 13.

Reportagem de Adalberto Ribeiro para a Revista do Serviço Público, Ano V, Vol. III, N. 1. Julho de 1942. Acervo da biblioteca do Cibec - Inep.

Foto 14.

Reportagem de Adalberto Ribeiro para a Revista do Serviço Público, Ano V, Vol. III, N.

1. Julho de 1942. Acervo da biblioteca do Cibec - Inep..

Foto 15.

Reportagem de Adalberto Ribeiro para a Revista do Serviço Público, Ano V, Vol. III, N. 1. Julho de 1942. Acervo da biblioteca do Cibec - Inep.

Foto 16.

Reportagem de Adalberto Ribeiro para a Revista do Serviço Público, Ano V, Vol. III, N. 1. Julho de 1942. Acervo da biblioteca do Cibec - Inep.

Foto 17.

Reportagem de Adalberto Ribeiro para a Revista do Serviço Público, Ano V, Vol. III, N. 1. Julho de 1942. Acervo da biblioteca do Cibec - Inep.

Foto 18.

Sítio eletrônico História/Arte.
<https://historia-arte.com>

Foto 19.

Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café. Brasília: Embrapa Café, 2004.

Foto 20.

BUENO, Eduardo. Produto Nacional: uma História da Indústria no Brasil. Brasília: CNI, 2008.

Foto 21.

Acervo do Arquivo Histórico do Cibec -Inep.

Foto 22.

Acervo do CPDOC - FGV.

Foto 23.

Acervo do Arquivo Histórico do Cibec -Inep.

Foto 24.

Sítio eletrônico História de Alagoas. <https://www.historiadealagoas.com.br/>

Foto 25.

Reportagem de Adalberto Ribeiro para a Revista do Serviço Público, Ano V, Vol. III, N. 1. Julho de 1942. Acervo da biblioteca do Cibec - Inep. Foto 26.

- Foto 26.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 27.
Acervo do Arquivo Nacional.
- Foto 28.
Acervo do CPDOC - FGV.
- Foto 29.
NETO, Lira. Getúlio: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Foto 30.
Acervo do CPDOC - FGV.
- Foto 31.
CAVALCANTE, Neusa. 40 Anos do IEL na Trajetória da Indústria no Brasil. Brasília: IEL, 2009.
- Foto 32.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 33.
Sítio eletrônico da Rádio Roquette Pinto. <http://www.radioroquettepinto.rj.gov.br/>
- Foto 34.
Acervo Elos.
- Foto 35.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 36.
Sítio eletrônico Wikimedia Commons. <https://commons.wikimedia.org>
- Foto 37.
Revista Zé Carioca 70 Anos, Vol. I. Acervo Elos
- Foto 38.
Acervo Elos
- Foto 39.
Arquivo Redpath Chautauqua, do acervo do departamento de coleções especiais da biblioteca da University of Iowa.
- Foto 40.
Acervo Paulo Freire. <http://www.acervo.paulofreire.org>
- Foto 41.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 42.
Projeto Portinari. <http://www.portinari.org.br>
- Foto 43. Cecília Meireles
Acervo do Arquivo Nacional.
- Foto 44. Vinícius de Moraes
Acervo do Arquivo Nacional.
- Foto 45.
Fundo Correio da Manhã, do acervo do Arquivo Nacional.
- Foto 46.
Acervo da Biblioteca Nacional do Brasil. <https://www.bn.gov.br>
- Foto 47.
Sítio eletrônico Wikimedia Commons. <https://commons.wikimedia.org>
- Foto 48.
Wikimedia Commons. <https://commons.wikimedia.org>
- Foto 49.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 50.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 51.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 52.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 53.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 54.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 55.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 56.
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep
- Foto 57.
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep
- Foto 58.
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep
- Foto 59.
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep
- Foto 60.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 61.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep

- Foto 62.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 63.
RBEP, Vol. VI, N. 17. Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.
- Foto 64.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 65.
LISSOVSKY, Maurício & MORAES DE SÁ, Paulo Sergio. Colunas da Educação: A Construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945). Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1996.
- Foto 66.
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.
- Foto 67.
Sítio eletrônico TV Escola. <https://tvescola.org.br>
- Foto 68.
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.
- Foto 69.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 70.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 71.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 72.
Fotografia de A. Monteiro para o Boletim N. 40 do Inep - Novos Prédios Escolares para o Brasil (1948). Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.
- Foto 73.
Boletim N. 40 do Inep - Novos Prédios Escolares para o Brasil (1948). Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.
- Foto 74.
Fotografia de A. Monteiro para o Boletim N. 40 do Inep - Novos Prédios Escolares para o Brasil (1948). Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep
- Foto 75.
Fotografia de A. Monteiro para o Boletim N. 40 do Inep - Novos Prédios Escolares para o Brasil (1948). Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep
- Foto 76.
Fotografia de A. Monteiro para o Boletim N. 40 do Inep - Novos Prédios Escolares para o Brasil (1948). Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep
- Foto 77.
Boletim N. 40 do Inep - Novos Prédios Escolares para o Brasil (1948). Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.
- Foto 78.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 79.
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.
- Foto 80.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 81.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 82.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 83
Rádio Câmara - Seção de Notícias. <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio>
- Foto 84.
Acervo Elos.
- Foto 85.
Sítio eletrônico Jorge Amado. <http://www.jorgeamado.com.br>
- Foto 86.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep
- Foto 87.
Nosso Século - 1945/1960: A Era dos Partidos (1ª Parte). São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- Foto 88.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 89.
Acervo da Biblioteca do Cibec- Inep.
- Foto 90.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 91.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 92.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.

- Foto 93.
Estudo para a publicação “Novos Mestres para o Brasil”, do CBPE. Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 94.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 95.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 96.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 97.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 98.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 99.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 100.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 101.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 102.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 103.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 104.
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.
- Foto 105.
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.
- Foto 106.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 107.
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.
- Foto 108.
Foto de Luiz Carlos Barreto. BUENO, Eduardo. Produto Nacional: uma História da Indústria no Brasil. Brasília: CNI, 2008.
- Foto 109.
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.
- Foto 110.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 111.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 112.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 113.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 114.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 115.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 116.
Acervo do Arquivo Nacional. BUENO, Eduardo. Produto Nacional: uma História da Indústria no Brasil. Brasília: CNI, 2008.
- Foto 117.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 118.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 119.
Acervo do Cedoc - UnB.
- Foto 120.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 121.
FREIRE, A. (ORG). Grandes Manifestações Políticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, 2002.
- Foto 122.
Artref. <https://arteref.com/movimentos/atropicalia-e-12-curiosidades-que-voce-precisa-conhecer/>
- Foto 123.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 124.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 125.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 126.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.
- Foto 127.
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.
- Foto 128. 1
Acervo Elos
- Foto 128.2.
Foi um Rio passou.

<http://www.rioquepassou.com.br/2011/07/22/cinelandia-inicio-dos-anos-30/>

Foto 128.3
Centro - Praça Marechal Âncora.
<http://www.marcellio.com/rio/encentro.html>

Fotos 128.4, 128.5, 128.6, 128.7, 128.9 e 128.10
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep

Foto 128.11
Fotografia Maylena Clécia. Acervo Elos

Foto 129.
Acervo da Biblioteca do Cibec- Inep

Foto 130.
Acervo da Biblioteca do Cibec- Inep

Foto 131.
Acervo do Arquivo Histórico do Cibec - Inep.

Foto 132.
Acervo da Biblioteca do Cibec- Inep

Foto 133.
Acervo da Biblioteca do Cibec- Inep

Foto 134.
Acervo da Biblioteca da Presidência da República. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>

Foto 135.
Fotografia de Alfredo Rizzutti.
Acervo da Agência Estado.

Foto 136.
Acervo da Biblioteca do Cibec- Inep.

Foto 137.
Acervo da Biblioteca do Cibec- Inep.

Foto 138.
Arquivo Fernando de Azevedo.
Acervo do IEB – USP.

Foto 139.
Acervo Elos

Foto 140.
Acervo Correio Braziliense/DA Press, Brasília.

Foto 141.
Acervo Elos.

Foto 142.
Revista do Provão, Vol. 2, N. 1, de 1997.
Acervo da biblioteca do Cibec – Inep.

Foto 143.
Síntese dos dados sobre despesas em educação, cultura e desporto- prefeituras municipais: censo educacional 1989. Publicação do Sistema Estatístico da Educação, 1991 Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.

Foto 144.
FRAGATA, Cássia. Investindo na Cidadania: O avanço da educação no Brasil, São Paulo: Prêmio Editorial, 2002. Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.

Foto 145.
Assessoria de Comunicação do Inep.

Foto 146.
Acervo da Biblioteca do Cibec - Inep.

Foto 147.
Ilustração Anísio Teixeira de Rodrigo Mafra

Foto 148.
Fotografia de Marcello Casal Jr., Agência Brasil. Wikimedia Commons. <https://commons.wikimedia.org>

Foto 149.
Assessoria de comunicação do Inep.

Foto 150.
Fotografia Ademir Rodrigues.

Foto 151.
Assessoria de comunicação do Inep.

Foto 152.
Assessoria de comunicação do Inep.

Foto 153.
Acervo do banco de imagens do MEC.
Fotografia João Bittar.

Foto 154.
Acervo Inep e Elos.

Capítulo 2

- Foto 1.
Fotografia de Kim-Ir-Sem.
- Foto 2.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 3.
Fotografia de Kim-Ir-Sem.
- Foto 4.
Assessoria de comunicação do Inep.
- Foto 5.
Sítio eletrônico do Ministério da Educação.
<https://www.mec.gov.br/>
- Foto 6.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 7.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 8.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 9.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 10.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 10.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 11.
Fotografia João Bittar.
Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 12.
Fotografia João Bittar.
Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 13.
Fotografia João Bittar.
Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 14.
Fotografia João Bittar.
Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 15.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 16.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 17.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 18.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 19.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 20.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 21.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 22.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 23.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 24.
Press Kit Ideb 2017. Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 25.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 26.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 27.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 28.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 29.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 30.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 31.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 32.
Acervo do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica - CECOMSAER.
- Foto 33.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 34.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 35.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

- Foto 36.
Assessoria de Comunicação Social do Inep
- Foto 37.
Assessoria de Comunicação Social do Inep
- Foto 38.
Mega Curioso
<http://www.m.megacurioso.com.br/>
- Foto 39.
Assessoria de Comunicação Social do Inep
- Foto 40.
Assessoria de Comunicação Social do Inep
- Foto 41.
Assessoria de Comunicação Social do Inep
- Foto 42.
Assessoria de Comunicação Social do Inep
- Foto 43.
Assessoria de Comunicação Social do Inep
- Foto 44.
Assessoria de Comunicação Social do Inep
- Foto 45.
Assessoria de Comunicação Social do Inep
- Foto 46.
Assessoria de Comunicação Social do Inep
- Foto 47.
Documento Básico do PISA Brasil – Aprendendo para a Vida (2002). Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 48.
Sítio eletrônico da Organisation for Economic Co-operation and Development. <http://www.oecd.org/>
- Foto 49.
Sítio eletrônico do Inep. <http://portal.inep.gov.br>
- Foto 50.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep..
- Foto 51.
Sítio eletrônico do Itamaraty. <http://www.itamaraty.gov.br>
- Foto 52.
Fotografia de Maylena Clécia.
- Foto 53.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 54.
Sítio eletrônico do Inep. <http://portal.inep.gov.br>
- Foto 55.
Sítio eletrônico do QEdU. <http://qedu.org.br>
- Foto 56.
Fotografia João Bittar.
Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 57.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 58.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 59.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 60.
Istock by Getty Images
- Foto 61.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 62.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.
- Foto 63.
Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2011: Gestão Pedagógica – Trombuco Central – SC. Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 64.
Materiais do Prêmio Inovação em Gestão Educacional, edições 2006 e 2011. Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.
- Foto 65.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.
- Foto 66.
Plano Nacional de Educação 2014-2024. Centro de Documentação e Informação da Coordenação Edições Câmara: Brasília (2014). Sítio eletrônico do Observatório do PNE. <http://www.observatoriodopne.org.br>
- Foto 67.
Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional da Educação.

Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Sítio eletrônico do MEC: PNE em Movimento. <http://pne.mec.gov.br>

Foto 68.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 69.
Guia do Participante do Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2006. Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.

Foto 70.
Fotografia Mariana Leal. Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 71.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 72.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 73.
Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/MEC/SESu.- Brasília: SESu (1994). Domínio Público. <http://www.dominiopublico.gov.br>

Foto 74.
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2. ed., ampl. Brasília: Inep (2004). Domínio Público. <http://www.dominiopublico.gov.br>

Foto 75.
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior – Diretrizes e instrumentos. Brasília: Inep/CONAES/MEC (2006). Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.

Foto 76.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 77.
Fotografia Mariana Leal. Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 78.
Fotografia de João Bittar. Central de Mídia do MEC. <http://centraldemidia.mec.gov.br>

Foto 79.
Fotografia de João Bittar. Central de Mídia do MEC. <http://centraldemidia.mec.gov.br>

Foto 80.
Fotografia de João Bittar. Central de Mídia do MEC. <http://centraldemidia.mec.gov.br>

Foto 81.
Fotografia de João Bittar. Central de Mídia do MEC. <http://centraldemidia.mec.gov.br>

Foto 82.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 83.
Fotografia de João Bittar. Central de Mídia do MEC. <http://centraldemidia.mec.gov.br>

Foto 84.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 85.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 86.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 87.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 88.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 89.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 90.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 91.
Sítio eletrônico da Faculdade Ciências Médicas-MG. <http://www.cmmg.edu.br>

Foto 92.
Sítio eletrônico do Inep. <http://portal.inep.gov.br>

Foto 93.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 94.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.

Foto 95.
Fotografia de Natalia Valarini. Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 96.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 97.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.

Foto 98.
Istock by Getty Images

Foto 99.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.

Foto 100.
Acervo da Biblioteca do Cibec – Inep.

Foto 101.
Sítio eletrônico da Capes. <http://www.capes.gov.br/>

Foto 102.
Istock by Getty Images

Foto 103.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.

Foto 104.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.

Foto 105.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.

Foto 106.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.

Foto 106.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.

Foto 107.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.

Foto 108.
Fotografia de João Bittar. Central de Mídia do MEC. <http://centraldemidia.mec.gov.br>

Foto 109.
Central de Mídia do MEC. <http://centraldemidia.mec.gov.br>

Foto 110.
Fotografia de João Bittar. Central de Mídia do MEC. <http://centraldemidia.mec.gov.br>

Foto 111.
Fotografia de João Bittar. Central de Mídia do MEC. <http://centraldemidia.mec.gov.br>

Foto 106.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 112.
Sítio eletrônico da Faculdade Odontologia da USP. <http://www.fo.usp.br/>

Foto 113.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 114.
Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 2002 / Inep. Brasília: 2003.

Foto 115.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 116.
Acervo Elos

Foto 117.
Assessoria de Comunicação Social do Inep.

Foto 118.
Banco Freejpg. <http://freejpg.com.ar/>

Foto 118.
Sítio eletrônico do Inep. <http://portal.inep.gov.br>

Foto 120.
Fotografia de Wanderley Pessoa. Central de Mídia do MEC. <http://centraldemidia.mec.gov.br>

Foto 121
Assessoria de Comunicação Social do Inep

Foto 122.
Página do Facebook da Casa do Brasil.

Capítulo 3

Foto 1.
Istock by Getty Images

Foto 2.
Fotografia de João Bittar. Acervo do banco de imagens do MEC.

Foto 3.
Sítio eletrônico do Ministério da Educação.
<https://www.mec.gov.br/>

Foto 4.
Istock by Getty Images

Foto 5.
Sítio eletrônico do Ministério da Educação.
<https://www.mec.gov.br/>

Foto 6.
Istock by Getty Images

Foto 7.
Istock by Getty Images

